

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

DE USUÁRIO A CIDADÃO: O ACESSO À INFORMAÇÃO
AMBIENTAL EM BIBLIOTECAS ESCOLARES EM MANAUS

YÊDA VIDÉO DE SOUSA PENEDO

MANAUS

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

YÊDA VIDÉO DE SOUSA PENEDO

DE USUÁRIO A CIDADÃO: O ACESSO À INFORMAÇÃO
AMBIENTAL EM BIBLIOTECAS ESCOLARES EM MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana Schor

MANAUS

2008

Ficha Catalográfica
(Catalogação na fonte realizada pela Biblioteca Central – UFAM)

P938a PENEDO, Yêda Vídeo de Sousa

O acesso à informação ambiental em Bibliotecas Escolares em Manaus / Yêda Vídeo de Sousa Penedo. – Manaus: UFAM, 2008.

171 p. ilustr.

Dissertação (Mestrão em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2008.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana Schor

1. Biblioteca Escolar 2. Informação Ambiental I. Schor, Tatiana
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 027.8:504(811.3)(043.3)

YÊDA VIDÉO DE SOUSA PENEDO

DE USUÁRIO A CIDADÃO: O ACESSO À INFORMAÇÃO
AMBIENTAL EM BIBLIOTECAS ESCOLARES EM MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovado em 30 de junho de 2008

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Tatiana Schor, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª. Célia Regina Simonetti Barbalho, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Néilson Noronha, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Ao Reinaldo, Pedro e Lucas.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação é um processo que exige muita determinação e renúncia para enfrentar com sabedoria os desafios do dia-a-dia. Esta experiência só foi possível graças às pessoas especiais que me apoiaram e sem as quais não teria sido possível trilhar esse caminho.

Primeiro a Deus pela superação dos obstáculos e por fortalecer a minha fé.

A minha orientadora, Dr^a. Tatiana Schor, que aceitou ser o guia na empreitada e acreditou que eu seria capaz de realizar essa jornada.

Aos meus familiares que souberam aceitar minha ausência, em especial ao Reinaldo (espos) pelo apoio nas horas mais difíceis, aos nossos filhos Pedro e Lucas que sempre me fizeram ver que todo dia é um novo milagre divino e pelo afeto demonstrado e a minha mãe que me fez acreditar que sempre é possível a concretização de um sonho.

Ao INPA, na pessoa do então Diretor Dr. José Gomes, que permitiu o meu afastamento para o mestrado; da Dr^a. Elsa Hardy, que em 2006 era Coordenadora de Capacitação; de Silvia Lessi, Chefe de Serviço da Biblioteca; de Valcicléia Sarquis, do PDIRH e de Valda, Wanda e Gil, amigos da Biblioteca, sou grata pelo estímulo.

A Keila Luvig pelo incentivo para participar da seleção de mestrado. A Danielle Costa pela elaboração dos mapas.

A Dr^a. Maria Inês Higuchi e ao amigo Dr. José Celso Malta (Zé) pelas palavras generosas nas cartas de recomendação, ao CCA da UFAM.

Aos amigos do curso de mestrado de 2006, principalmente a Mariana, uma amiga (quase filha), que me fizeram sentir que juventude também é uma questão de espírito.

Aos professores do Curso de Mestrado e ao pessoal da Secretaria, Rai e Cleide, que entenderam minhas angústias de estudante e aos professores do Curso de Biblioteconomia, Célia, Suely e Martins, pelas dicas importantes.

A SEDUC, em especial os funcionários do Setor de Biblioteca Escolar, aos gestores, funcionários das Bibliotecas e professores das Escolas Estaduais: Márcio Nery, IEA, Vicente Telles, Sólton de Lucena, Marcantonio Vilaça, Senador João Bosco, Padre Agostinho, Colégio Amazonense Dom Pedro II (Estadual), Reinaldo Thompson e Antonio Maurity, que contribuíram para a realização desta pesquisa.

A todos, meus agradecimentos.

No Egito, as bibliotecas eram chamadas “Tesouro dos remédios da alma”. De fato é nelas que se cura a ignorância, a mais perigosa das enfermidades e a origem de todas as outras.

Jacques-Bénigne Bossuet

RESUMO

Este trabalho aborda a importância da Biblioteca Escolar na área educacional por tornar acessíveis informações à comunidade escolar. Tarefa relevante, principalmente na sociedade atual que é baseada no uso da informação como fator de desenvolvimento social, que possibilita aos usuários conhecer seus direitos e deveres para com a comunidade em que vivem. Esses fatores apresentam novos desafios à Escola e a Biblioteca, dentre eles a capacitação da comunidade escolar para acessar, analisar e usar as informações para geração de novos conhecimentos, embora o conceito de Biblioteca Escolar esteja a passar por reformulações, para que possa se adequar às novas necessidades educacionais, ainda prevalece a noção de ser esse tipo de Biblioteca um instrumento de ação pedagógica. A Biblioteca Escolar é um centro estimulador de cultura, de informação e lazer. Por isso, esse trabalho de pesquisa descreve as Bibliotecas das Escolas de Ensino Médio: IEA, Colégio Amazonense Dom Pedro II, Escola Estadual Márcio Nery, Escola Estadual Padre Agostinho Martin, Escola Estadual Professor Reinaldo Thompson, Escola Estadual Professor Antonio Maurity, Escola Estadual Sólon de Lucena, Escola Estadual Vicente Telles, Escola Estadual Marcantonio Vilaça e Escola Estadual Senador João Bosco, localizadas na cidade de Manaus. Trata-se de um estudo de cunho exploratório, descritivo, que tem por objetivo verificar como as Bibliotecas Escolares repassam informações ambientais para a comunidade escolar. Na execução do trabalho, foram realizadas entrevistas e utilizados formulários, sendo as primeiras realizadas com professores, bibliotecários, funcionários das Bibliotecas e diretores das Escolas e, os últimos, aplicados junto ao corpo docente. Os dados obtidos foram classificados e posteriormente analisados. Os resultados destas análises permitiram identificar que 59% dos professores usam a Biblioteca da Escola raramente, 45% reconhecem o acervo geral como razoável e 68% afirmam que na área referente à temática ambiental as necessidades da comunidade escolar não são atendidas. A pesquisa também indica que as Bibliotecas necessitam de maior divulgação de suas atividades junto a seus usuários, além de atualização dos acervos bibliográficos, aquisição de periódicos e melhor organização dos materiais. Também foram identificadas carências de espaço físico nas Bibliotecas estudadas e de pessoal qualificado para preparação técnica das informações, fatores que dificultam o acesso à informação por parte de seus usuários. A pesquisa oferece subsídios para a melhoria dos serviços oferecidos pelas Bibliotecas estudadas, de forma a propiciar atendimento de melhor qualidade à comunidade escolar.

Palavras-chave: Informação Ambiental, Biblioteca Escolar, Cidadania, Manaus-AM.

ABSTRACT

This article discusses the importance of education in the School Library to make information accessible to the school community. Task relevant, especially in the present society which is based on the use of information as a factor of social development, which enables users to know their rights and duties to the community in which they live. These factors present new challenges to the School and to the Library, among them the empowerment of the school community to access, analyse and use the information for the generation of new knowledge, although the concept of School Library is going through changes, so you can fit the new educational needs, yet the prevailing notion of such a Library be an instrument of action learning. The School Library is a stimulating center of culture, information and entertainment. So, this research describes Libraries of Middle Schools of Education: SIA, College Amazonense Dom Pedro II, State School Márcio Nery, State School Father Augustine Martin, State School Professor Reinaldo Thompson, State School Professor Antonio Maurity, State School Sólon de Lucena, Vincent State School Telles, Marcantonio Vilaça State School and State Senator John Bosco School, located in the city of Manaus. This is an exploratory study of stamp, descriptive, which aims to see how the School Libraries repassam environmental information to the community school. In carrying out the work, interviews were conducted and used forms, the first being carried out with teachers, librarians, officers and directors of libraries and schools, the last, applied with the faculty. The data were then analysed and classified. The results of these analyses have identified that 59% of teachers use the Library of the School rarely, 45% recognise the achievements general as reasonable and 68% say that in regard to environmental issues the needs of the school community are not addressed. The research also indicates that the libraries need for greater disclosure of their activities with their users, and upgrade of library collections, acquisition of regular and better organization of materials. Also identified were lack of physical space in libraries studied and qualified personnel for technical preparation of information, factors that hinder access to information from its users. The research offers subsidies for the improvement of services offered by libraries studied in order to provide better quality of care for the school community.

Key words: Environmental information, School Library, Citizenship, Manaus-AM.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Uso de Tecnologia na Rede Pública e Privada de Ensino.....	50
Quadro 2 – Funções da Escola.....	63
Quadro 3 – Atendimento da Biblioteca do INPA.....	82
Quadro 4 – Bibliotecas Escolares no Amazonas por Município.....	88
Quadro 5 – Municípios no Amazonas que não possuem Biblioteca Pública e outros Bens Culturais.....	89
Quadro 6 – Escolas que Participaram da Pesquisa.....	93
Quadro 7 – Tipologia das Escolas.....	104
Quadro 8 – Tipologia das Bibliotecas.....	105
Quadro 9 – Profissionais das Bibliotecas que Participaram da Pesquisa.....	135
Quadro 10 – Motivos de Não-atendimento das Solicitações dos Professores.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Bibliotecas Escolares no Brasil por região.....	84
Gráfico 2 – Bibliotecas no Estado do Amazonas.....	85
Gráfico 3 – Bibliotecas Escolares em Manaus por zonas.....	92
Gráfico 4 – Consulta local nas Bibliotecas E3 e E9.....	121
Gráfico 5 – Disciplinas lecionadas pelos professores participantes da pesquisa.....	133
Gráfico 6 – Média de anos trabalhados pelos professores nas escolas estudadas.....	134
Gráfico 7 – Tempo de trabalho dos gestores das escolas.....	135
Gráfico 8 – Uso da Biblioteca pelos professores em 2007.....	136
Gráfico 9 – Opinião dos professores quanto ao acervo das Bibliotecas.....	140
Gráfico 10 – Opinião dos professores quanto ao atendimento da necessidade dos alunos.	141
Gráfico 11 – Indicações de melhorias para as Bibliotecas.....	143
Gráfico 12 – Temas ambientais indicados como relevantes pelos professores.....	144
Gráfico 13 – Acervo das Bibliotecas B1, B2, B3, B8, B9 e B10 por assunto.....	148
Gráfico 14 – Acervo das Bibliotecas B1, B2, B3, B8, B9 e B10 por quantidade.....	149
Gráfico 15 – Acervo das Bibliotecas Acesso Cidadão e Usuário por assunto.....	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da área de estudo.....	93
Figura 2 – Pátio Escola E3.....	106
Figura 3 – Pátio Escola E8.....	107
Figura 4 – Jardim Escola E3.....	107
Figura 5 – Jardim Escola E8.....	107
Figura 6 – Rampa acesso Escola E8.....	108
Figura 7 – Entrada Biblioteca E8 com identificação.....	109
Figura 8 – Ambiente Biblioteca E3.....	110
Figura 9 – Suporte para armazenar revistas Biblioteca E3.....	111
Figura 10 – Pasta de artigos de revistas Biblioteca E3.....	112
Figura 11 – Suporte para mapas e cartazes Biblioteca E3.....	113
Figura 12 – Guarda volume Biblioteca E3.....	113
Figura 13 – Caixas com livros Biblioteca E9.....	113
Figura 14 – Caixas com livros Biblioteca E2.....	113
Figura 15 – Decoração feita com recicláveis Biblioteca E8.....	114
Figura 16 – Identificação de assunto nas prateleiras Biblioteca E8.....	116
Figura 17 – Identificação de assunto nas estantes Biblioteca E8.....	116
Figura 18 – Painel de aviso da Biblioteca E3.....	118
Figura 19 – Evento promovido pela Biblioteca E3.....	119
Figura 20 – Evento promovido pela Biblioteca E3.....	119
Figura 21 – Exemplo de incentivo à leitura Biblioteca E9.....	120
Figura 22 – Exemplo de indicação de obra literária por um aluno Biblioteca E9.....	120
Figura 23 – Jardim Escola E2.....	122
Figura 24 – Parede Escola E6.....	122
Figura 25 – Sinalização inadequada Biblioteca E6.....	123
Figura 26 – Indicação errada na prateleira Biblioteca E1.....	123
Figura 27 – Suporte inadequado para armazenar mapas Biblioteca E1.....	125
Figura 28 – Acervo Biblioteca E2.....	125
Figura 29 – Identificação inadequada de obras Biblioteca E2.....	126
Figura 30 – Material do acervo Biblioteca E2.....	127

Figura 31 – Dificuldade de acesso a estantes Biblioteca E1.....	128
Figura 32 – Quadro de aviso Biblioteca E2.....	129
Figura 33 – Acesso Biblioteca E4.....	130
Figura 34 – Visão interna Escola E4.....	131
Figura 35 – Visão interna Escola E5.....	131
Figura 36 – Parede interna Escola E4.....	131
Figura 37 – Parede interna Escola E5.....	131
Figura 38 – Acervo Biblioteca E4.....	132
Figura 39 – Acervo Biblioteca E5.....	132
Figura 40 – Acervo Biblioteca E1.....	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBL	Câmara Brasileira do Livro
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CRB 11	Conselho Regional de Biblioteconomia - 11ª Região
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEGESC	Departamento de Gestão Escolar
EaD	Educação à Distância
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional da Educação
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Informação Científica e Tecnológica
IEA	Instituto de Educação do Amazonas
IFLA	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INFORMAM	Sistema de Informação Científica e Tecnológica da Amazônia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNBE	Programa Nacional de Biblioteca na Escola
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSC	Processo Seletivo Contínuo
REBAM	Rede de Bibliotecas da Amazônia
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC-AM	Secretaria de Estado de Educação do Amazonas
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SIAMA	Sistema de Informação para a Amazônia
SISNAMA	Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TCU	Tribunal de Contas da União
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 INFORMAÇÃO: DE USUÁRIO A CIDADÃO SÓCIO-AMBIENTAL	28
1.1 A Política de Informação Ambiental e a Política Nacional do Meio Ambiente.....	37
1.2 A Sociedade da Informação e a Cidadania Ambiental.....	46
2 HISTÓRIA E PAPEL DA BIBLIOTECA	53
3 PAPEL DA ESCOLA NA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO	62
3.1 Novo PCN e o Tema Meio Ambiente.....	64
4 IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES NA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL	70
4.1 A Biblioteca Escolar no cenário brasileiro.....	78
4.2 A realidade das Bibliotecas Escolares no Amazonas.....	85
5 DE USUÁRIO A CIDADÃO: AS BIBLIOTECAS ESCOLARES EM MANAUS	92
5.1 Os Bairros e as Escolas.....	92
5.2 Proposta de tipologia de acesso à informação ambiental de acordo com a organização das Bibliotecas Escolares.....	103
5.2.1 Escolas Cidadãs e as Bibliotecas de Acesso Cidadão.....	106
5.2.2 Escolas Usuárias e as Bibliotecas de Acesso Usuário.....	122
5.2.3 Escolas Precárias e as Bibliotecas Sem Acesso.....	130
5.3 Características dos participantes da pesquisa.....	132
5.4 A Biblioteca na visão dos professores.....	136
5.5 A Biblioteca na visão dos gestores e profissionais do setor.....	145
5.6 Os acervos das Bibliotecas.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152

REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE A - FORMULÁRIO.....	167
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	168
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES.....	169
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA BIBLIOTECA.....	170
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES.....	171

INTRODUÇÃO

Ao atuar como bibliotecária do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), foi possível observar no cotidiano laboral a presença de alunos da educação básica da rede escolar de Manaus freqüentando a Biblioteca da instituição. Eles buscavam os mais diversos assuntos, porém com ênfase maior nos temas ambientais, como ecologia e biodiversidade. No entanto, a Biblioteca do INPA não é destinada a atender as necessidades desses alunos, por possuir obras, em geral, com linguagem técnica e, na maioria, em inglês. Esses fatores dificultavam a utilização das obras pelos alunos da educação básica, mas, mesmo assim, eles continuavam a requerer atendimento no setor.

Em função do conhecimento do fato acima, surgiu a indagação em relação ao motivo que conduzia esses alunos a usarem a Biblioteca do INPA. Será que na Escola onde estudavam não havia Biblioteca? Ou será que ela existia, mas não atendia às necessidades informacionais dos estudantes?

O questionamento persistiu principalmente após o conhecimento dos dados do censo escolar de 2005 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). De acordo com o INEP, o Estado do Amazonas contava na época com 635 Bibliotecas Escolares, das esferas estaduais, municipais, federais e privadas. Essas informações serviram para reforçar, mais ainda, as dúvidas em relação a essas Bibliotecas.

Para estudar essa temática, foi necessário efetuar leituras mais aprofundadas sobre a importância da informação na atualidade e sobre o valor que ela possui para a sociedade atual que a tem como base de desenvolvimento. Por isso, este trabalho procura demonstrar a importância da Biblioteca na democratização do acesso a essas informações, visto que a informação participa de maneira intensa da vida dos habitantes de um país, independente de

seu grau de desenvolvimento, tendo papel relevante na produção, economia e, principalmente, na educação.

A informação passou a ser vital para o indivíduo na sociedade atual, baseada na novidade tecnológica e no uso do celular e do computador. Porém, apesar de toda tecnologia vigente, a humanidade continua a sofrer por não ter suas necessidades básicas de saúde, alimentação e de educação atendidas. As dificuldades na área educacional são inúmeras, tais como: profissionais desmotivados e evasão escolar, apenas para citar alguns exemplos. Esses fatores contribuem para a decadência do sistema educacional brasileiro e repercutem diretamente na Biblioteca Escolar que faz parte do universo da educação.

A deficiência no sistema educacional fica evidenciada nas avaliações que os estudantes participam, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nos resultados do exame, em 2007, referentes às escolas públicas, o Estado do Amazonas teve um dos piores desempenhos do país (FREITAS, 2008).

Outra avaliação que explicita ainda mais essa deficiência educacional é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) que tem por objetivo comparar o desempenho da educação entre os 57 países participantes, sendo realizado com alunos finalistas do ensino fundamental, a cada três anos. Os resultados dos últimos exames demonstraram que os estudantes brasileiros, em 2006, ficaram na 48ª posição no que se refere à leitura, o que reforça a tese de que estudantes não têm capacidade de interpretação de textos, por falta de leitura (GÓIS; PINHO, 2007).

Incentivar a leitura requer parceria entre Escola e Biblioteca, professor e bibliotecário. De acordo com Fragoso (2002), a Biblioteca proporciona à comunidade escolar o estímulo e a motivação para a leitura, por ser entendida como uma ferramenta para a aprendizagem. Cabe aqui, esclarecer que embora a comunidade escolar, de acordo com Machado (2000), seja

composta por alunos, professores, gestores, servidores da Escola, pais, lideranças comunitárias e instituições parceiras, nesta pesquisa os três últimos não serão considerados.

Embora a educação tenha sido muito discutida na atualidade, por caber a ela preparar os jovens de hoje para pensar de forma lógica e criativa; saber se comunicar e usar informações no seu cotidiano, principalmente em uma sociedade caracterizada pela abundância informacional, para que possam alcançar êxito em seus projetos de vida; poucos são os atos para a valorização das Bibliotecas Escolares, que têm como tarefa ser responsáveis pelo armazenamento e divulgação de informações para a comunidade escolar.

A informação ambiental, foco desta proposta, é um tipo de informação científica e tecnológica que possibilita a conscientização do indivíduo para a preservação ambiental e esclarecimentos sobre os problemas ambientais existentes, como: poluição e mudanças climáticas, por exemplo. Na verdade, ter acesso à informação é um direito do cidadão, assegurado pela legislação brasileira.

No entanto, a falta de Bibliotecas Escolares ou a ineficiência das existentes causam dificuldades aos estudantes que têm que procurar, em outros locais, informações que poderiam estar disponíveis no colégio, próximas as suas salas de aula, podendo ser usadas pelos professores durante a explanação de um determinado tema e como base para a elaboração de trabalhos escolares.

Por isso, esta dissertação tem por objetivo verificar o serviço prestado pelas Bibliotecas Escolares da rede pública estadual de ensino, que oferecem ensino médio na cidade de Manaus, para saber se possuem condições para prestarem serviços que atendam às necessidades de informação da comunidade escolar, quanto à temática ambiental.

A realização da pesquisa ocorreu após elaboração de projeto apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), recebendo inicialmente o título: De usuário a cidadão: a democratização e divulgação da informação ambiental pelas Bibliotecas Escolares - O caso de

Manaus, depois alterado para: De usuário a cidadão: o acesso à informação ambiental em bibliotecas escolares em Manaus.

O projeto buscou caracterizar o papel da biblioteca escolar no repasse de informações ambientais para os alunos do ensino médio da rede pública estadual de ensino de Manaus, tendo sido realizada em dez escolas da rede pública estadual de ensino que possuíam bibliotecas. Além disso, procurou identificar os problemas que dificultam o acesso a essas informações pelos usuários, a forma de organização do acervo, a facilidade de acesso à biblioteca, assim como demonstrar a importância do bibliotecário, ou um profissional treinado, na organização dessas bibliotecas e no auxílio prestado aos usuários. O trabalho buscou, também, evidenciar as ações realizadas pelas bibliotecas na divulgação das informações ambientais à comunidade escolar e as possíveis melhorias que podem ser feitas para facilitar o acesso a essas informações.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, utilizando os dados obtidos por meio dos formulários aplicados nas escolas selecionadas e usando, também, as respostas contidas nas entrevistas e as informações advindas das observações feitas pela pesquisadora durante o trabalho de campo.

Como seria inviável pesquisar as 184 bibliotecas escolares existentes em Manaus, no período de um ano, foi feita uma seleção das que seriam estudadas. Assim, as bibliotecas das escolas públicas estaduais de ensino médio foram escolhidas buscando abranger a maior quantidade de zonas urbanas e bairros possíveis. A etapa seguinte foi escolher em cada bairro, duas escolas com biblioteca, sendo que uma teria que ter em seu quadro funcional um bibliotecário e a outra não, para que pudesse por meio da pesquisa, ser verificado como é organizada a informação, quais os serviços que essas bibliotecas oferecem e como é feita a divulgação da informação nesses locais.

Após identificar por zonas e bairros as escolas e as bibliotecas existentes, foi possível verificar que a maior concentração de bibliotecas escolares públicas ficava na Zona Sul, principalmente na região central da cidade. Dessa zona foram escolhidos os bairros: Centro e São Francisco, que possuíam bibliotecas condizentes com os critérios estabelecidos.

Com exceção do Centro da cidade, há uma quase inexistência de bibliotecas públicas nos bairros, o que faz da biblioteca escolar uma das principais fontes de pesquisa da comunidade escolar para a obtenção de informação.

Outras zonas também foram selecionadas, como: a Zona Norte, mais precisamente o Bairro Cidade Nova; a Zona Leste, com o Bairro Coroado e a Zona Centro-Sul, com o Bairro São Geraldo.

Em suma, constatou-se através da pesquisa que poucos bairros possuem bibliotecas com bibliotecários nas escolas públicas estaduais, o que reduziu bastante o universo a ser estudado, representado por dez escolas que possuíam bibliotecas, nas condições já especificadas, localizadas em cinco bairros diferentes da cidade de Manaus.

Assim, as escolas que se enquadraram na situação acima descrita foram: Instituto de Educação do Amazonas (IEA) e Colégio Amazonense Dom Pedro II, no Centro da cidade; Escola Estadual Márcio Nery e Escola Estadual Padre Agostinho Martin, no Bairro São Francisco; Escola Estadual Prof. Reinaldo Thompson e Escola Estadual Prof. Antônio Maurity, no Bairro Coroado; Escola Estadual Sólon de Lucena e Escola Estadual Vicente Telles, no Bairro São Geraldo; e Escola Estadual Marcantonio Vilaça e Escola Estadual Senador João Bosco, no Bairro Cidade Nova.

Após a etapa de escolha das escolas e bibliotecas, foi encaminhada à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC-AM), correspondência pedindo autorização para efetuar a pesquisa nas instituições de ensino selecionadas, pertencentes a essa Secretaria. A obtenção da carta de apresentação do órgão governamental foi necessária

para que a coleta de dados fosse iniciada e assim fosse possível conhecer as Escolas e as Bibliotecas e travar os primeiros diálogos para sensibilizar os profissionais a participarem da pesquisa.

Com base no que afirma Lakatos (2001) no que se refere ao fato de que para se obter um propósito deve-se utilizar a técnica, pode-se afirmar que as técnicas utilizadas para a execução do trabalho foram: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, esta última realizada no período de abril a novembro de 2007. Na realidade, a pesquisa foi dividida em três fases: levantamento de dados por meio da pesquisa documental, junto à SEDUC-AM, assim como, leitura de relatórios da instituição e de bibliografia sobre a temática; aplicação dos formulários e, finalmente, realização das entrevistas.

Vale ressaltar que o formulário (APÊNDICE A) foi dividido em seis blocos de questões e buscou abranger o uso da Biblioteca pelos professores das Escolas estudadas e suas impressões quanto aos serviços prestados pelo setor no tocante ao repasse de informações ambientais à comunidade escolar.

A primeira parte do instrumento de coleta procurou delinear o perfil dos respondentes, com informações sobre sexo, idade e escolaridade dos mesmos. A segunda parte do formulário coletou dados sobre as atividades do respondente, como nome da escola, o tempo de trabalho e disciplina que lecionava. A terceira parte do formulário serviu para avaliar basicamente a frequência de uso da Biblioteca da Escola pelos professores. Já a quarta parte referiu-se à qualidade do acervo da Biblioteca, principalmente no que se refere ao atendimento das necessidades informacionais dos usuários e melhorias que poderiam ser implementadas. A quinta parte relacionou-se às atividades realizadas pela Biblioteca da Escola no repasse de informações ambientais aos usuários e, finalmente, a sexta parte tratou do uso das informações ambientais pela disciplina lecionada pelo respondente, além dos meios pelos quais esse obtém tais informações.

Durante a pesquisa foram entrevistados os bibliotecários e, na ausência destes, outros profissionais que atuavam nas Bibliotecas. Também foram realizadas entrevistas com os gestores das escolas e com os professores, sendo que, no caso dos últimos, apenas participaram os que já atuavam na Escola há três anos ou mais, tempo considerado suficiente para que o mesmo pudesse conhecer a Biblioteca, o acervo e seus serviços.

O gravador foi utilizado durante a realização das entrevistas que só aconteceram após autorização por escrito dos entrevistados (APÊNDICE B). As perguntas efetuadas seguiam um roteiro prévio, para que assuntos considerados importantes não deixassem de ser abordados.

Nas entrevistas com os professores foram feitas indagações referentes à Biblioteca, dando ênfase ao uso do local, interação existente entre o profissional e a Biblioteca e o incentivo por parte dos entrevistados no sentido de que alunos utilizassem o local, tanto para o lazer como para a realização de atividades escolares (APÊNDICE C).

Quanto aos bibliotecários e profissionais que atuavam nas Bibliotecas das Escolas, o intuito da entrevista foi obter informações referentes às necessidades de melhorias do acervo quanto à temática ambiental, ao uso da Biblioteca pela comunidade escolar, aos temas ambientais mais solicitados pelos alunos e ao atendimento das necessidades informacionais por meio do acervo e dos serviços prestados pela Biblioteca aos seus usuários (APÊNDICE D).

Os gestores das Escolas, ao serem entrevistados, responderam questões a respeito de projetos relacionados à temática ambiental que a Biblioteca da Escola participa, além de perguntas referentes às verbas para aquisição de acervo bibliográfico e à necessidade de mão-de-obra para o setor (APÊNDICE E).

Vale ressaltar que além do formulário e das entrevistas, outros instrumentos de pesquisa foram utilizados, como: acompanhamento fotográfico, caderno de campo e

observação direta. Assim, com o intuito de preservar a identidade dos trabalhadores da área educacional que se dispuseram a participar, na parte referente à análise dos dados foram atribuídos códigos para as Escolas e para os profissionais que participaram do estudo.

As Escolas receberam números de 1 a 10, precedidos da letra E. Os profissionais foram identificados pela letra inicial do cargo que exerciam, a exemplo: professor = P, professor readaptado que trabalha na Biblioteca = PR, bibliotecário = B, auxiliar de Biblioteca = AB e gestor = G, acrescido do número seqüencial correspondente à entrevista, mais o código da Escola, ou seja, o primeiro professor entrevistado na escola E1, passou a ser representado pelo código P1E1.

Coletar dados junto aos professores acarretou dificuldades, uma vez que os mesmos não dispunham de tempo para responder ao formulário. Mesmo assim, na segunda fase da pesquisa, foram aplicados 54 formulários junto aos professores das instituições de ensino selecionadas. Em geral, os formulários eram aplicados durante o intervalo para o lanche, logo o tempo disponível para tal era muito pouco, não correspondendo a mais que dez minutos. Devido a esse aspecto, houve a necessidade de que muitas visitas fossem feitas à mesma Escola para que as perguntas constantes nos formulários pudessem ser respondidas pelos professores que estivessem dispostos a respondê-las.

Em algumas Escolas, o acesso aos funcionários foi facilitado, transcorrendo sem problemas. No entanto, em outras, principalmente nas que possuíam os acervos e as informações mais desorganizados, tanto o bibliotecário como alguns gestores demonstravam desconfiança com a pesquisa.

Tendo em vista a inexistência de dados quantitativos sobre os acervos das Bibliotecas por área do conhecimento e sendo essa informação necessária para subsidiar a pesquisa, criou-se a necessidade de que os acervos de algumas Bibliotecas fossem contados. Entretanto, considerando-se o tempo disponível para a realização da dissertação, detectou-se a

impossibilidade de contar os acervos das dez Bibliotecas, em função da falta de organização das obras disponíveis em algumas delas. Por esse motivo, só foram contados os materiais disponíveis nas Bibliotecas das Escolas E1, E2, E3, E8, E9 e E10, já que essas apresentavam algum tipo de separação por assunto, apesar de apresentarem estantes com ordenação incorreta das obras, dificultando a execução dessa tarefa.

Ainda durante o trabalho de campo, foi possível constatar que o número de bibliotecários contratados pela rede pública estadual de ensino, no caso quinze profissionais, é insuficiente para atender à demanda existente. Foi também possível evidenciar as diferenças existentes entre as Bibliotecas estudadas, não só quanto ao acervo bibliográfico, mas principalmente quanto à organização das obras e à disponibilidade de acesso à informação por parte dos usuários. Em contrapartida, constatou-se que as carências relacionadas a pessoal, equipamentos e infra-estrutura, foram consideradas uma constante nas Escolas estudadas.

Algumas opiniões emitidas pelos professores durante as entrevistas foram descritas, assim como as observações obtidas no trabalho de campo e as fotografias das Escolas e Bibliotecas fizeram parte desse estudo. Na dissertação, os capítulos foram organizados para conduzir o leitor a conhecer a importância da informação para a sociedade, assim como o papel que a Biblioteca Escolar desempenha como coadjuvante no processo de ensino aprendizagem e na democratização de informações a sua comunidade.

Assim sendo, a dissertação aborda no primeiro capítulo a definição de informação, com aporte sobre a legislação brasileira que trata do assunto, a qual assegura ao cidadão o direito de ser informado.

Como informação é a matéria do conhecimento contido nos artefatos que fazem parte das Bibliotecas, o capítulo dois é referente à origem da Biblioteca e sua importância na sociedade, enfocando de modo objetivo o que é a Biblioteca, em especial a Biblioteca Escolar.

O capítulo três está relacionado à educação, ao papel da Escola na transmissão do conhecimento, aos novos parâmetros curriculares nacionais e ao tema transversal do meio ambiente.

O capítulo quatro aborda a importância das Bibliotecas Escolares para a educação e a situação desses estabelecimentos no cenário nacional.

O quinto capítulo relaciona-se às Escolas cujas Bibliotecas foram objeto de estudo desta pesquisa, assim como os bairros onde estão localizadas, visando dar um panorama referente à área de estudo.

Ao analisar os dados coletados, verificou-se que no universo estudado havia três diferentes categorias de Escolas e Bibliotecas, que foram tipificadas para que pudessem ser entendidas, sendo assim descritas: Escola cidadã – Biblioteca de acesso cidadão, Escola usuária – Biblioteca de acesso usuário e Escola precária – Biblioteca sem acesso.

Finalmente, ao término do trabalho foram tecidas algumas considerações sobre a Escola, a Biblioteca e os profissionais que nela atuam, procurando articular a necessidade de mudanças que devem ser efetuadas para que a Biblioteca possa contribuir para formação dos estudantes, estimulando a cidadania por meio de informações.

As Bibliotecas Escolares de Manaus, assim como em outros estados do país, necessitam de transformações, não só no âmbito do incremento de equipamentos, mas especialmente para que possam ser espaços que possibilitem mudança de comportamento nos indivíduos, possibilitando transformar os que freqüentam o local, em cidadãos conscientes de seu papel no mundo e sabedores de seus direitos e deveres para que possam contribuir no combate à ignorância que perpetua as mazelas que assolam a sociedade. Como o futuro do Brasil está intimamente relacionado à educação e esta à qualidade da Escola, não é possível vislumbrar melhorias no sistema educacional sem que haja maiores investimentos na

Biblioteca, o que resultará em uma sociedade mais digna, baseada na ética, na solidariedade e na cidadania.

1 INFORMAÇÃO: DE USUÁRIO A CIDADÃO SÓCIO-AMBIENTAL

Diariamente, é comum ouvir alguém falar que tinha conhecimento de um determinado fato ou que tinha sabedoria suficiente para resolver um determinado problema. Nota-se, portanto, que constantemente os termos conhecimento, sabedoria e informação são usados erroneamente como sinônimos.

Explicar o que é conhecimento não é fácil, mas pode ser entendido como algo que foi processado e sistematizado pelo pensamento. Sabe-se que há diversos tipos de conhecimento: o filosófico, o popular, o científico dentre outros existentes, mas o que vale ressaltar é que os produtos, no caso os registros oriundos desses conhecimentos, resultam em produção cultural e passam a constituir os acervos das Bibliotecas e museus (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005).

McGarry (1999), ao abordar a temática informacional, afirma que a palavra sabedoria sugere a compreensão dos problemas da humanidade, aliada à prudência e ao discernimento, o que leva a supor que quem tem sabedoria possui tanto informação quanto conhecimento.

De qualquer forma, todos os três termos citados no primeiro parágrafo deixam claro que há uma realidade externa que rodeia o indivíduo, no caso, a sociedade. Essa realidade, segundo o autor, é a origem do que se convencionou chamar de informação, que é empregada nos diversos tipos de conhecimento, seja ele de causa, teórico ou factual, cabendo ao indivíduo decidir dentre as informações que o rodeiam, as que interessam e as que não. Assim, o conceito de informação varia de acordo com o contexto em que será utilizado.

Pelos motivos acima descritos, informação – que etimologicamente vem do termo *formatio* e *forma*, que representa moldar algo ou formar um molde (MCGARRY, 1999) – é considerada uma palavra ambígua, pois abrange diversas áreas do conhecimento e permeia as atividades humanas (AZEVEDO, 2004; WURMAN, 2003).

Para Le Coadic (2004, p. 5), a informação é um “[...] conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem [...]”, ou seja, ela é o repasse de dados pelo emissor que, ao serem assimilados pelo receptor, se transformam em informação que possibilita o conhecimento.

A informação passou a ser considerada como imprescindível por servir de elo entre as relações humanas e por transitar em diferentes níveis na vida do indivíduo.

A informação deve circular livremente para que seja possível gerar novos conhecimentos que impulsionarão mais desenvolvimento em todas as áreas sociais. Assim, as pessoas necessitam de informação em função de que essa é uma necessidade vinda da vida social, de saber algo sobre um determinado tema, já que a informação é a matéria-prima da comunicação ou do conhecimento.

Como conhecimento está relacionado à educação, esta deve primar por divulgar informações nas Escolas, dentre elas a ambiental, possibilitando ser a Biblioteca Escolar um centro difusor dessas informações para a comunidade estudantil, para que possa diminuir as incertezas que surgem frente aos problemas ambientais que se avolumam a cada dia.

No entanto, para que essas informações possam ser úteis, elas precisam ser ordenadas e estruturadas para que possam ser usadas, compreendidas e possam servir de base para a geração de novos conhecimentos (MCGARRY, 1999).

A necessidade de informação, quando existe, para Le Coadic (2004, p. 39), “[...] é uma necessidade derivada”, necessária para a realização de uma carência primordial. O autor considera que há duas classes de necessidades de informação: uma em função do conhecimento e a outra em função da ação, sendo que a necessidade do conhecimento vem do desejo de saber, enquanto a necessidade da ação vem da execução de uma atividade profissional, humana.

A informação passou então a ser uma vantagem competitiva para um indivíduo ou empresa, por nortear a tomada de decisão. Hoje, o mundo pertence aos que dispõem de informações relevantes que, segundo Dias e Beluzzo (2003), podem ser de natureza variada, ou seja, científica, tecnológica ou estratégica.

A informação científica é a proveniente do conhecimento advindo da pesquisa que se acrescenta ao entendimento universal existente. A informação tecnológica é gerada nos processos de aquisição, inovação e transferência de tecnologia, relacionada a um produto ou serviço para colocá-lo no mercado (DIAS; BELLUZZO, 2003).

A informação estratégica serve de apoio à tomada de decisão e no planejamento de investimentos. Valendo destacar que as instituições necessitam de informações, independentemente da natureza das mesmas, que possibilitem melhorar seus processos produtivos.

Para Barreto (2002), a informação referencia o homem a sua realidade, estabelecendo uma estreita ligação do presente com o passado e o futuro, apesar de seu foco principal estar relacionado à geração do conhecimento. Segundo o autor, não há como dissociar a informação do conhecimento, visto que ela é um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo social.

A informação é armazenada em estruturas denominadas agregados de informação que são unidades de transferência de conhecimento que possuem estoques de saber acumulados referentes às diferentes áreas do conhecimento, podendo ser representadas por pessoas, conjuntos de documentos de diferentes formatos ou acervos. Tais unidades têm por objetivo disponibilizar saberes aos indivíduos e à sociedade, promovendo o desenvolvimento e o bem estar.

Para registrar o conhecimento, o homem acabou lançando mão dos materiais disponíveis na natureza. A argila foi usada pelos babilônicos como suporte da escrita, no caso,

as tábuas, onde registravam sua produção. Outros povos lançaram mão de materiais acessíveis e duráveis, como bases para o registro de seus feitos. Foram usadas plantas como: papiro, bambu, palmeira, assim como animais para a obtenção do couro para a confecção do pergaminho e, posteriormente, o papel.

Após o advento da imprensa, no século XV, a produção de livros aumentou consideravelmente e, com ela, o consumo de papel.

O papel que era um produto feito inicialmente de trapos, deixou de ser assim produzido no século XIX, no Reino Unido, em virtude da implementação de leis ambientais e de saúde pelos vitorianos. O trapo deixou de ser matéria-prima do papel e a polpa de madeira passou a ser usada para sua confecção. Deste modo, florestas foram dizimadas para servir de insumo para a impressão de jornais (MCGARRY, 1999).

Hoje, o problema não é diferente, apesar de não se restringir apenas ao desmatamento ou ao papel, sendo estendido às mudanças climáticas, à degradação do solo e à extinção da flora e fauna. Essas transformações têm repercutido na sociedade que requer novos padrões de consumo, ética, cultura, organização política e social, tornando-se necessário criar alternativas para minimizar a degradação ambiental, para que a sociedade possa estabelecer um novo modelo de desenvolvimento que seja efetivamente sustentável.

Por isso, a informação ambiental passa a ter importância, por ser considerada como instrumento necessário para o entendimento dos problemas que as atividades humanas e econômicas acarretam para o ambiente. Essas informações podem contribuir para a escolha da melhor estratégia para alcançar o desenvolvimento que não ponha em risco os recursos naturais e para diminuir a incerteza substituindo o usuário-consumidor pelo cidadão.

Segundo Tavares e Freire (2003), informação ambiental é um tipo de informação científica e tecnológica, advinda da preocupação da sociedade mediante os efeitos dos impactos das atividades resultantes da produção e do consumo sobre o ambiente.

Dotar a sociedade de informações ambientais é dar aos indivíduos, possibilidades de compreensão e autocrítica para que possam participar das atividades de sua comunidade, como ativos dos grupos sociais aos quais pertencem, podendo ser usada a Biblioteca como difusora dessas informações para a comunidade escolar que frequenta o local, fornecendo materiais informativos que despertem a consciência de que cuidar do ambiente é preservar a espécie humana, tendo em vista que, na segunda metade do século XX, o crescimento econômico que propiciou um incremento maior à urbanização gerou também um acréscimo no consumo de bens e na geração de resíduos.

Vale lembrar, que até a década de 70, questões relacionadas ao ambiente não faziam parte do rol de preocupações da sociedade brasileira, interessando apenas o desenvolvimento econômico e a geração de empregos. Assim como outros países, o Brasil lutava para exportar mais e angariar investimentos estrangeiros, mesmo que dos setores mais poluentes das indústrias. Era a busca pelo enriquecimento da nação às custas do empobrecimento da biodiversidade e dos recursos naturais.

Deste modo, a natureza começou a dar sinais de esgotamento de seus recursos, uma vez que as externalidades advindas das indústrias e das atividades humanas tiveram como resultados problemas que ultrapassaram as fronteiras geográficas como: a destruição da camada de ozônio, o desmatamento e as mudanças climáticas que passaram a colocar em risco toda a biodiversidade.

A qualidade ambiental começou a declinar de forma mais visível com o intenso crescimento econômico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, a exemplo do ar densamente poluído de Londres que em 1952 provocou a morte de 1.600 pessoas (DIAS, 2002).

Segundo o autor, na década de 1960, os níveis de poluição atmosférica chegaram a índices muito elevados em Nova Iorque, Tóquio e, principalmente, em Londres. Rios como o

Tamisa e Danúbio estavam poluídos por despejos industriais e domésticos. Florestas estavam sendo destruídas e com elas a biodiversidade ali existente. O solo foi usado à exaustão, a fertilidade do mesmo foi exaurida e, com isso, erosão, desertificação e assoreamento dos rios foram provocados.

Os movimentos ambientalistas passaram a questionar a racionalidade econômica, demonstrando que eram necessárias medidas restritivas ao aumento da produção. O mundo necessitava de uma postura ecológica para o desenvolvimento, com a necessidade de estabelecer um novo tipo de relação entre o homem e a natureza.

Procurando uma resposta, para minimizar o problema ambiental e social que assolou a sociedade desde a segunda metade do século passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) tomou a iniciativa de promover no ano de 1972, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano para tratar da preservação dos recursos naturais, pois a sociedade se via cercada de problemas, tais como: o crescimento demográfico, o uso de combustíveis fósseis que afetava a atmosfera, o desmatamento, a contaminação da água e a desertificação.

O tema ambiental passou a despertar o interesse dos governantes, da mídia, das Organizações Não-governamentais e da população, principalmente quando acidentes ambientais – derramamentos de petróleo no mar, mortalidade de peixes na Baía de Guanabara e no mar do Norte – passaram a fazer parte do noticiário.

Nesse contexto, surgiu a proposta de um novo modelo de desenvolvimento, que deveria conciliar a necessidade de continuar com o crescimento sócio-econômico, respeitando o ambiente.

Quando falamos de desenvolvimento sustentável, temos que considerar não só os aspectos materiais e econômicos, mas o conjunto multidimensional e multifacetado que compõe o fenômeno do desenvolvimento: os seus aspectos políticos, sociais, culturais e físicos. A sustentabilidade do todo só pode repousar na sustentabilidade conjunta de suas partes (STAHLE, 1995, p.108).

Para o autor, o desenvolvimento sustentável é baseado em três princípios norteadores: o econômico, a proteção ambiental e a equidade social. O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, em abril de 1987, na Assembléia Geral das Nações Unidas, que resultou no “Relatório Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, baseado no modelo de desenvolvimento em que as necessidades das gerações presentes sejam atendidas, sem o comprometimento das gerações futuras atenderem também às suas próprias necessidades.

Dias (2002), porém, questiona o conceito de desenvolvimento sustentável do citado relatório, por acreditar que o mesmo perpetua uma situação de estresse sistêmico, ou seja, só prevê a satisfação da espécie humana, desprezando as necessidades e o respeito às outras espécies que compõem a biodiversidade da Terra.

Para Sachs (*apud* Mota, 2001), a preocupação referente ao desenvolvimento sustentável deve ter por base: a sustentabilidade social, com melhor distribuição de renda, para reduzir as desigualdades; a sustentabilidade econômica, ou seja, gestão mais eficiente dos recursos visando o retorno empresarial e social; a sustentabilidade ecológica, por meio do uso adequado dos recursos naturais, buscando o equilíbrio dos ecossistemas; a sustentabilidade espacial, com a distribuição equânime do território entre grupos humanos, econômicos e o estabelecimento de áreas de proteção para a biodiversidade; a sustentabilidade cultural de uma região; a sustentabilidade ambiental, que respeite a capacidade de suporte dos ecossistemas; e a sustentabilidade política, alcançada com o respeito à democracia e aos direitos humanos.

O termo desenvolvimento sustentável se consolidou na 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, que contou

com a participação de mais de 170 países e resultou na elaboração da Agenda 21, que é um plano de ação com medidas a serem implementadas, visando minimizar os danos ambientais.

A reunião foi uma tentativa de conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ecológica, já que “A idéia de ‘desenvolvimento sustentável’ põe em dialógica a idéia de desenvolvimento, que comporta aumento das poluições, e a idéia de meio ambiente, que requer limitação das poluições” (STAHEL, 1995, p.1), ou seja, foi uma tentativa de contrapor as diferenças.

O aumento da população juntamente com o analfabetismo ambiental contribuiu para consumo exagerado da sociedade atual, advindo da concentração de renda, que produziu a exclusão social. Essa conjuntura levou à degradação ambiental impedindo, neste caso, o desenvolvimento sustentável (DIAS, 2002).

Embora não existisse um consenso em relação à concepção do termo desenvolvimento sustentável, ele serviu para colocar em pauta a necessidade urgente de uma nova racionalidade para o desenvolvimento, a qual fosse baseada na exploração sustentável dos recursos naturais, visto que a degradação da biosfera estava em curso.

No ano de 1994, foi aprovada a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal, que estabelecia ações para definir um novo modelo de desenvolvimento para a Região que fosse pautado nas necessidades locais, com base em novas tecnologias e conhecimentos científicos, que representasse o estabelecido na Rio 92 e que observasse a pluralidade natural e cultural da Amazônia e a valorização de seu patrimônio natural (BRASIL. MMA, 1995), levando em consideração que a sustentabilidade requer melhoria continuada na qualidade de vida das populações, capacitação dos habitantes, educação, acesso a novas tecnologias e à informação.

Segundo o documento referente à Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal (BRASIL. MMA, 1995), a superação das necessidades básicas e a capacitação das populações

devem ser direcionadas para a diversidade regional, minorando a concentração da população nos grandes centros urbanos, que acabam por formar bolsões de pobreza, aumentando o índice de doenças, necessidade de saneamento básico e degradação ambiental.

A busca de modelos sustentáveis requer uma ampla visão da realidade, capaz de integrar os requerimentos materiais da sustentabilidade (equilíbrios físico-químico-biológicos) à compreensão do funcionamento histórico da sociedade humana (STAHEL, 1995), pautado na preservação da qualidade dos sistemas ecológicos, na equidade entre geração presente e futura, no crescimento econômico para satisfazer as necessidades sociais e na necessidade de conhecer os diversos sistemas ecológicos para preservá-los.

As pessoas devem conhecer os problemas ambientais existentes, para que se conscientizem de suas responsabilidades e da necessidade de ações. Nesse sentido, a informação ambiental se transforma em um instrumento de grande valia, por alertar a população sobre a situação do meio ambiente e quais as medidas que cada indivíduo pode executar para torná-lo melhor.

Para Vieira (1986 *apud* Targino, 1994, p.51) a informação ambiental é definida como:

[...] dados, informações, metodologias e processos de representação, reflexão e transformação da realidade, os quais facilitam a visão holística do mundo e, ademais, contribuem para a compreensão, análise e interação harmônica dos elementos naturais, humanos e sociais.

A informação é uma das ferramentas principais a ser usada para ensinar sobre os diferentes ecossistemas e suas fragilidades e sobre o cuidado que se deve ter com o planeta, daí a necessidade de se formalizar a Educação Ambiental, o que foi feito em 1981, por meio da Política Nacional do Meio Ambiente.

Em 1999, foi promulgada a Política Nacional da Educação Ambiental (Lei n.º 9.795), a qual estabelece que a educação ambiental deva fazer parte da educação, entendendo-a, em

seu artigo 1º, como processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para vida (ALMEIDA, 2005).

Uma das metas básicas da educação ambiental é conseguir que as pessoas e as comunidades compreendam o caráter complexo do ambiente natural e artificial, resultantes da inter-relação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais e adquirir o conhecimento, os valores, as atitudes e aptidões práticas que permitam participar, de forma responsável e eficaz, no trabalho de prever e de resolver problemas ambientais e de uma gestão qualitativamente apropriada ao meio ambiente (UNESCO, 1999 *apud* ALMEIDA, 2005, p.109).

A informação e a educação ambiental podem contribuir para tornar o mundo melhor, mas, para que isso ocorra, devem ser criados meios para modificar a mentalidade do homem, gerando uma mudança comportamental frente à natureza. Nesse contexto, a informação e a educação são elementos básicos para que o homem possa exercer essa cidadania.

A interação Escola/Biblioteca serve de base para que o usuário que busca informações direcione suas atividades para a melhoria da cidade onde vive e para que possa cobrar das autoridades ações concretas referentes ao atendimento das necessidades essenciais da população.

1.1 A Política de Informação Ambiental e a Política Nacional do Meio Ambiente

Difundir dados sobre o meio ambiente para a população é um dos propósitos da política de informação ambiental. Por ser essa política composta de princípios e diretrizes básicos para dar suporte aos programas e projetos relativos à produção e difusão de dados sobre a área ambiental aos cidadãos, o governo é o responsável maior por sua formulação, implementação e aplicação, principalmente por ela estar inserida em uma política nacional mais abrangente que é a de Informação Científica e Tecnológica (ICT). Assim, universidades,

centros e institutos de pesquisa podem agir para possibilitar transformações que terão reflexos na sociedade vigente.

Entretanto, de acordo com Amaral (1991), o Brasil é um país que ainda possui traços de colônia, capitalista dependente, por ser imbuído de valores pertencentes a países mais evoluídos tecnologicamente. Desta forma, os planos e projetos, em geral, são relativos a uma realidade diferente da brasileira que acaba tendo reflexos no desenvolvimento científico e tecnológico.

Na visão da autora, o governo e a classe dominante não têm interesse em estabelecer essa Política Nacional de Informação, preferindo continuar com o círculo vicioso que decorre da falta de integração entre instituições, áreas de pesquisa e setor produtivo, valendo ressaltar que sem a integração entre órgãos de governo, sistemas produtivos e sociedade, o desenvolvimento econômico e social fica comprometido, principalmente porque as ações do governo são descontínuas nas questões referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro (AMARAL, 1991; TARGINO, 1994).

De acordo com González de Gomez (2002), a política de informação surgiu em nível nacional e internacional no período pós-guerra juntamente com as políticas voltadas para a ciência e tecnologia. Desde a década de 50, o Brasil tentava instituir no país a difusão de informação científica e tecnológica, inicialmente com Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que posteriormente originou, em 1976, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), criado com o objetivo de capacitar as unidades de informação para a prestação de serviços e produtos informacionais que favorecessem a geração e a disseminação de informações (AMARAL, 1991; TARGINO, 1994).

Porém, foi na década de 70 que a junção da tecnologia de comunicação com a informação modificou o acesso à cultura e também às práticas de gestão da administração

pública, onde diferentes atores passaram a participar ou influenciar o processo de decisão de políticas governamentais.

No período entre 1974 e 1980, foram criados os PND's I e II que faziam parte do programa de Metas e Bases para a ação do governo em C&T, que buscavam conciliar melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento econômico e uso de recursos naturais. No entanto, embora os planos fossem bem elaborados, sua aplicabilidade não condizia com a realidade e a situação era agravada pela falta de recursos ou má distribuição dos mesmos (AMARAL, 1991).

Na década de 90, surgiu o Programa Sociedade da Informação, ou seja, um conjunto de iniciativas, coordenadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que previa ações dos governos federal, estaduais e municipais, junto com a iniciativa privada para viabilizar serviços avançados de comunicação e informação, representando um novo estágio de evolução da Internet e suas aplicações no Brasil.

Vale lembrar que para que a melhoria do bem estar social seja proporcionada deve estar em pauta a inclusão do acesso à informação, havendo muita diferença entre o discurso e a prática, já que, segundo Barreto (2003), o discurso pertence ao campo da esperança e a ação é baseada na racionalidade.

Embora não seja uma resolução da política de informação, a relação ou afinidade entre a informação e o conhecimento gerado, é importante para avaliar em si qualquer política pois, do contrário, como pode dar certo uma política de informação em um país de tantos contrastes em que somente uma pequena parcela da população economicamente ativa tem condições de compreender as informações disponíveis e transformá-las em conhecimento, para usar em benefício próprio e da comunidade onde vive?

Na realidade, embora o Brasil possa ter tecnologia de ponta na área das telecomunicações para disponibilizar acesso a informações, todo esse aparato acaba mal

utilizado em virtude da limitação da população na área educacional, visto que 11,1% da população é analfabeta. O número elevado de pessoas que não sabem ler faz com que o país tenha índices mais elevados de analfabetismo que Haiti, Nicarágua, Guatemala, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Bolívia e Jamaica (SPITZ, 2007).

De acordo com Silva (1991), a informação ainda não é prioritária nos planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico, notando-se que existe um distanciamento entre a produção do conhecimento, a informação e a disseminação para a sociedade.

Quanto à política nacional relacionada ao meio ambiente, o marco refere-se à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972, onde foi despertado o interesse científico pelas questões ambientais, visto que se percebeu que a degradação ambiental colocava em risco a existência do homem no planeta.

Assim, em 1973, o governo federal criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) para proteger os recursos naturais brasileiros, em uma época em que a sociedade brasileira vivenciava o regime militar e, portanto, as ações estavam voltadas para as questões geopolíticas.

Em 1981, foi estabelecida no Brasil, a Lei nº 6.938, referente à Política Nacional do Meio Ambiente, que em seu artigo 4º, inciso V, se refere à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais, assim como à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico. Em seu artigo 9º, inciso VII, considera o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente um dos instrumentos de política ambiental.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, inciso IV, delega ao poder público exigir o estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obra ou atividade

potencialmente agressiva ao meio ambiente, assim como a efetividade do direito ao ambiente saudável e a necessidade de dar conhecimento à sociedade das informações ambientais, sobre todas as atividades causadoras de risco ao meio ambiente.

Na área do Direito, o princípio da informação é um agente de proteção ao ambiente, de modo que “cada cidadão possa se posicionar de forma consciente diante de uma decisão pública que possa trazer efeitos sobre o meio ambiente em que vive” (BARROS, 2004a, p.32). Assim, para que essa informação possa fazer subsidiar as decisões das pessoas elas devem ser divulgadas à sociedade, ficando o princípio sem aplicação, em caso contrário.

Em 1997, o governo federal criou a comissão para o desenvolvimento sustentável e a agenda 21, composta por representantes dos diversos setores da sociedade, para elaborar estratégias nacionais e ações para o novo modelo de desenvolvimento. Essa agenda tem por base permitir o acesso à informação e a participação de todos os segmentos da sociedade na tomada de decisões, visto que a informação ambiental é um elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado.

O capítulo 40 da Agenda 21 ressalta a necessidade de efetuar o fortalecimento de redes eletrônicas de informações e de produção de informação relevante para a tomada de decisões, visando possibilitar a integração entre informações ambientais e mecanismos de suporte para prover comunidades locais e usuários de recursos naturais com a informação e a experiência necessárias para gerir o ambiente e os recursos de forma sustentável (TAVARES; FREIRE, 2003).

No entanto, para que possa ser entendida pelas diversas camadas sociais, a informação ambiental produzida por instituições governamentais deve estar disponível em linguagem acessível, para que possa conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação ambiental e os riscos que a degradação oferece à existência do homem no planeta. Portanto, aliar as informações ambientais que o governo dispõe sobre a biodiversidade com a educação

possibilitaria a formação de uma comunidade escolar com noções fortes de cidadania, sem esquecer que o direito de acesso à informação ambiental está previsto na legislação brasileira.

A estrutura do poder brasileiro possibilita à sociedade civil participação na avaliação das políticas públicas, mas a falta de sintonia entre governo e sociedade é um obstáculo à participação dos cidadãos nos processos decisórios. Para resolver o problema ou diminuir o distanciamento existente, a população terá que ter acesso a informações sobre as ações do governo, ou seja, aos planos, projeto e programas que terão repercussão na vida dos cidadãos.

A informação é um bem social e por isso deve estar disponível a todos, tanto que a Constituição Brasileira promulgada em 1988, em seu artigo 5º, inciso XIV, assegura esse direito, pois, disponibilizar informação à população possibilita aos cidadãos conhecer os atos da administração pública, tornando as ações do governo mais transparentes, mais democráticas e sujeitas à fiscalização (TARGINO, 2004).

Santos (2007) define o direito à informação como um conjunto de normas jurídicas que regulamentam o acesso à informação de interesse público, sendo esse acesso fator chave para possibilitar a participação social e o controle da cidadania sobre atos do governo.

Fornecer acesso às informações auxilia na consolidação da cidadania e a impede práticas de governo que contrariem os interesses da maioria da população.

Diante do exposto, a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), passou a ser um marco importante, pois obriga o fabricante a informar os detalhes técnicos e científicos de seus produtos para o consumidor, como data de validade, composição e dados nutricionais, informações essas que não faziam parte da vida do brasileiro, uma vez que a data de validade de um produto não era considerada no momento da compra, assim como os ingredientes presentes em sua formulação, não assegurando, por exemplo, que um portador de diabetes comprasse um produto que não agravasse ainda mais seu problema de saúde.

Hoje, o referido código, nos artigos de 4º a 7º, dá garantia ao consumidor do direito à informação, transparência e proteção da vida, saúde e segurança, ou seja, o consumidor tem o direito de ter informações claras e de fácil entendimento sobre os alimentos disponíveis.

Quanto à necessidade de informações ambientais previstas na legislação brasileira, que devem ser repassadas para a população, constam as seguintes leis e decretos: Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989, alterada pela Lei nº. 9.974, de 6 de junho de 2000, referente à Lei de Agrotóxico, que considera que devem ser repassadas ao consumidor informações como a classificação toxicológica, uso do produto, equipamentos para aplicação e os efeitos que causam à saúde dos homens, animais e meio ambiente.

A Lei nº. 10.650, de 16 de abril de 2003, refere-se à Lei do Direito à Informação Ambiental, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SISNAMA). “Os órgãos integrantes do SISNAMA obrigam-se a permitir o acesso a documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas à qualidade do meio ambiente, políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental” (BARROS, 2004b, p. 2).

A citada lei representou melhorias significativas na disponibilização de informações de interesse público e social, para a sociedade e organizações não-governamentais que atuam na área ambiental.

De acordo com Barros (2004a), é assegurado a qualquer indivíduo, independentemente da comprovação de interesse específico, o acesso às informações, mediante requerimento escrito, no qual assumirá a obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins

comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.

Deve haver um esforço dos órgãos governamentais, organizações não-governamentais, escolas e entidades de classe para que as informações possam alcançar um número maior de pessoas, valendo lembrar que nem sempre as iniciativas de compartilhamento de informações são fáceis de ser executadas, a exemplo das que foram implementadas na Amazônia, desde a década de 70.

Mesmo antes da Lei do Direito à Informação Ambiental, na Amazônia já havia sido tentada uma experiência de cooperação entre instituições governamentais para facilitar o acesso a informações pelos usuários, dentre elas as pertinentes às questões ambientais, porém essas iniciativas resultaram em base de dados que acabaram desativadas.

A Rede de Bibliotecas da Amazônia (REBAM), por exemplo, era formada por idades de documentação e Bibliotecas de instituições públicas da Amazônia Legal, visava à integração dessas instituições por meio de um programa de cooperação técnica cuja área de interesse era a Amazônia.

A REBAM ainda incluía em seu escopo a criação de um Sistema de Informação para a Amazônia (SIAMA) que tinha como propósito a criação de uma base de dados referencial sobre especialistas, pesquisadores e pesquisas na região, para realizar a disseminação seletiva de informações. Segundo Condurú (2007), embora a citada rede tenha tido curta duração, gerou produtos importantes dentre eles, “Bibliografia Amazônica e Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo”.

O Sistema de Informação Científica e Tecnológica da Amazônia (INFORMAM) foi outra tentativa de criação de um sistema de cooperação de informações. Originado no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no ano de 1982, surgiu como um sistema cooperativo que era uma alternativa para garantir a produção e disseminação das informações também sobre a

Amazônia. A Universidade Federal do Pará coordenava as atividades das unidades cooperantes, dentre elas o INPA, que coletavam as informações referentes as suas pesquisas, assim como os materiais sobre a Amazônia existentes nos acervos de suas Bibliotecas e repassavam à unidade central para serem inseridos nas bases de dados do INFORMAM.

O sistema gerou produtos como Bibliografia da Amazônia Brasileira, Alertas Bibliográficos, Cadastro de Pesquisas sobre a Amazônia Brasileira, Calendário de Eventos em Ciência e Tecnologia, Quem é Quem na Amazônia, Catálogo de Teses e Dissertações da Amazônia e Guia de Especialistas. De acordo com Condurú (2007), no ano de 1995 essas informações podiam ser acessadas pela Internet, estando hoje o sistema desativado, o que é desanimador, principalmente na atualidade onde a sociedade globalizada é marcada por sistemas de redes interligadas e a geração e transmissão de informações podem representar fontes de produtividade e poder.

A descontinuidade de um importante sistema de informação sobre a Amazônia agrava o problema hoje já vivenciado pela sociedade, que consiste no fato de que as informações ambientais produzidas ficam armazenadas de maneira compartimentada, em diversos institutos de pesquisas, universidades e órgãos governamentais, além do setor privado e organizações não-governamentais, dificultando a recuperação dessas informações. Por isso, o Brasil deve investir em políticas públicas voltadas para o assunto, evitando a descontinuidade dessas ações e promovendo outras que facilitem a recuperação desses dados pelos usuários.

Apesar da política nacional de informação ambiental ainda ser tímida, é relevante a quantidade de informação ambiental produzida na atualidade, principalmente em virtude do fortalecimento dos movimentos ambientalista existente no país.

Tendo em vista que a informação é a base da comunicação científica e que representa acréscimo ao entendimento universal até então existente sobre algum fato ou fenômeno, é por meio dela que os pesquisadores permutam os dados e experiências evitando a duplicação de

tarefas e pesquisas. Como a ciência tem finalidade social, as informações científicas e ambientais devem então ser disponibilizadas à população, para que possa fazer uso delas, gerando novos conhecimentos e tecnologias.

1.2 A Sociedade da Informação e a Cidadania Ambiental

A transformação hoje vivenciada pela sociedade está ligada às tecnologias da informação, processamento e comunicação (CASTELLS, 2000, p.50; GATTI, 2005, p.17; SANTOS, 2004, p.238), sendo a tecnologia entendida como o uso de conhecimentos científicos visando especificar o modo como fazer as coisas de maneira que possa ser reproduzível.

A característica dessa revolução tecnológica é o uso do conhecimento e da informação para gerar novos conhecimentos e dispositivos para processar a comunicação da informação, num círculo virtuoso, de acordo com Castells (2000, p.51) “[...], computadores, sistemas de comunicação, decodificação [...] são todos amplificadores e extensões da mente humana” para o autor, o quê e como se pensa passou a se transformar em bens, produção material e intelectual.

As inovações na área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) têm contribuído para modificações referentes à armazenagem, organização e conservação de extensos volumes de registros de informações, possibilitando a transmissão e acesso facilitado ao conhecimento por meio da Internet.

A codificação do conhecimento e as novas tecnologias, como computador e o sistema de redes interligadas, permitiu ao setor produtivo da sociedade manusear e analisar em curto espaço de tempo grande volume de informações, enquanto as inovações tecnológicas nas telecomunicações permitiram que o custo de transferência dessas informações fosse quase zero (HARVEY, 2004).

Essa tecnologia foi responsável pelo início da revolução digital e pela criação de uma comunidade global, baseada em tecnologias da informação e comunicação, que incluem: aquisição, armazenamento, processamento e distribuição da informação por meios eletrônicos, resultando em um aumento substancial no estoque informacional e permitindo a circulação da informação a qualquer pessoa, em qualquer localidade, sem barreiras geográficas (MARTUCCI, 2005, p.184).

A “revolução da informação” ocasionou impacto como outras inovações já causaram: a exemplo do telégrafo, do rádio e da televisão, mas essa revolução gerou mudanças importantes na organização e no consumo, criando novas necessidades para a sociedade que passou a ser mais consumista, em virtude do mercado gerar produtos e incentivar a sociedade a adquiri-los (HARVEY, 2004, p.90-91).

Essa revolução da informação se expandiu rapidamente aos continentes, em menos de duas décadas, entre 70 e 90, por meio da tecnologia da informação. Segundo Castells (2000, p. 52) os historiadores dividem a Revolução Industrial em duas revoluções, a primeira no século XVIII com a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas e a segunda no século XIX com o desenvolvimento da eletricidade e da tecnologia da comunicação. Entre essas revoluções a diferença relevante é o uso do conhecimento científico para gerar o desenvolvimento tecnológico, após 1850, o que gerou mudanças nos processos produtivos, com a geração de novos produtos e modificações na concentração de riquezas.

A principal lição da segunda Revolução Industrial é que os países que possuíam maior concentração de conhecimento e tecnologia em química, eletricidade e telefonia passaram a ser os centros mais desenvolvidos (como Estados Unidos e Alemanha). As principais descobertas tecnológicas em eletrônica, como o computador programável e o transistor, serviram de base para a Revolução da Tecnologia da Informação, ocorrida no século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial, a informação que era mantida em segredo pelas nações passou a ser colocada à disposição da coletividade, resultado das novas tecnologias. O volume de conhecimento acumulado durante o período acarretou dificuldades referentes à sua organização e a humanidade passou a conviver com o problema de limitação para o armazenamento das informações, controle e recuperação, uma vez que não havia espaço disponível nos centros de documentação para armazenar os materiais e o volume de publicações, que crescia a cada ano, necessitava com urgência de novas tecnologias que possibilitassem rapidez na recuperação da informação, maior capacidade de armazenamento e facilitassem o acesso aos dados.

A Internet, originada na década de 60, nos Estados Unidos, passou a ser usada no mundo inteiro para diversas aplicações como: educação, comunicação, indústria e comércio. Ela revolucionou a sociedade, o modo de produção e o acesso à informação. Nos últimos cinquenta anos, a humanidade passou a conviver com mais inovações e informações do que todo o período histórico anterior (CASTELLS, 2000).

Segundo Castells (2000), as tecnologias da informação e das telecomunicações influenciam o setor produtivo da sociedade, sendo o desenvolvimento informacional o novo paradigma tecnológico. O uso da tecnologia no cotidiano é considerado um indicador de desenvolvimento da sociedade da informação, que move e transforma a sociedade.

[...] na sociedade da informação, a comunicação e a informação tendem a permear as atividades e os processos de decisão nas diferentes esferas da sociedade, incluindo a superestrutura política, os governos federal, estaduais e municipais, a cultura e as artes, a ciência e a tecnologia, a educação em todas as suas instâncias, a saúde, a indústria, as finanças, o comércio e a agricultura, a proteção do meio ambiente, as associações comunitárias, as sociedades profissionais, sindicatos, as manifestações populares, as minorias, as religiões, os esportes, lazer, *hobbies* etc. A sociedade passa a funcionar em rede (MIRANDA, 2003, p.65).

As TIC's têm gerado profundas mudanças sociais. Os computadores possibilitaram o processamento de grande volume informacional e por meio da Internet o acesso à informação e a comunicação se tornou muito veloz.

Pela Internet, podemos mandar uma carta para um milhão de pessoas, percorrer cerca de 800 milhões de páginas simultaneamente através de programas de busca e vender livros para um público potencial de mais de cem países, por exemplo (ERCÍLIA *apud* MODESTO, 2005, p.287).

A Internet é parte integrante das TIC's, influencia o modo de trabalhar, a educação e as relações sociais. Conforme Tornaghi (2005), a possibilidade de trabalhar em rede indica que essas tecnologias têm grande valor para a educação, principalmente a EaD, pois possibilita que estudantes independente de onde estejam, possam ter acesso a farto material informacional a custo baixo, desde que possua acesso à rede.

As novas fontes de informações e de conhecimento têm seus sustentáculos nos suportes digitais, nas redes eletrônicas e na conexão de hipertextos. Quem tem acesso a essas tecnologias, tem à disposição uma ferramenta fantástica para obtenção de dados e conhecimento, sem esquecer que, de acordo com Tornaghi (2005), é fundamental desenvolver estratégias para avaliar a profusão dessas informações que podem ser obtidas na Internet.

Rouanet (2000) questiona se as TIC's serão revolucionárias, tal como foi a invenção da imprensa que possibilitou a divulgação de idéias libertárias de grandes pensadores, que foram divulgadas pelo mundo e que geraram mudanças na sociedade. Para o autor, assim como a imprensa foi propulsora do iluminismo clássico, as TIC's podem ser as bases para o iluminismo de hoje.

Os alunos hoje podem “navegar” na Internet e, assim como os navegadores descobriam novas rotas de viagem, podem descobrir novos endereços que sejam úteis para suas pesquisas, apesar dessas facilidades não estarem ao alcance de todos. De acordo com

Modesto (2005), segundo uma pesquisa da UNESCO, com 7.020 alunos e 50.740 professores em treze capitais brasileiras, tem-se que:

REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA
80% dos alunos não têm computador em casa	40% dos alunos não têm computador em casa
74% dos alunos não usam computador na escola	23% não têm computador na escola
45% dos professores não usam computador na escola	15% dos professores não usam o computador na escola

Quadro 1 – Uso de Tecnologia na rede pública e privada de ensino
FONTE: MODESTO, 2005.

A pesquisa mostra que existe diferença entre o ensino público e privado quanto ao uso de computadores na escola, demonstrando que os alunos da rede pública em geral não possuem esse equipamento em casa, fator que evidencia a importância da Escola disponibilizar a esses alunos acesso a essa tecnologia.

As TIC's ocasionaram impacto na Biblioteca que deixa de ser um espaço convencional para estocar livros e revistas, passa a ser o ambiente que possibilita também o uso da informação digital, do navegar na Internet. A Biblioteca deve estar preparada para conviver com essas novas tecnologias e saber conduzir o seu público a conquistar a auto-suficiência para lidar com as novas formas de buscar e obter informações.

No Brasil, o Governo Federal lançou o Programa Sociedade da Informação, iniciado em 1996, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o intuito de estabelecer as bases de um projeto estratégico nacional de integração que incentivasse o desenvolvimento e o uso de “serviços avançados de computação, comunicação e informação, além de suas aplicações na sociedade, de forma a alavancar a pesquisa e a educação [...]” (MIRANDA, 2003, p.59), objetivando, também, resguardar a economia brasileira para que pudesse ter poder de barganha no mercado mundial.

As inovações nas telecomunicações foram um fator preponderante para a existência do referido programa, apesar de serem requeridos instalação e fornecimento de infra-estruturas adequadas das Escolas, Bibliotecas e laboratórios, a fim de que uma nova geração de brasileiros possa se preparar para o futuro.

Os avanços nas telecomunicações possibilitaram a Educação à Distância (EaD), na qual os alunos não contam no dia-a-dia com a presença do professor, nem com a dos colegas. Segundo Preti (2005), essa é uma nova forma da pedagogia, uma escola sem sala de aula, sem carteiras, sem paredes, com calendário flexível e horários diversificados. No entanto, essa nova modalidade de educação requer das escolas além de infra-estrutura, profissionais treinados para trabalhar com multimídia, com as novas tecnologias disponíveis e que saibam motivar os alunos a superar as dificuldades inerentes a esse tipo de educação.

A EaD exige dos professores e alunos novos hábitos para ensinar e estudar, novas maneiras de lidar com as dificuldades, incluindo as novas formas de uso e acesso à informação. Essa modalidade de ensino possibilita aos estudantes acesso a baixo custo de grandes quantidades de informações, por isso é fundamental que sejam orientados a desenvolver estratégias para saber avaliar as colossais quantidades de informações obtidas na Internet.

Não se pode negar que a existência de redes de informações possibilita democratizar a informação, para que possa desta forma contribuir para a educação, cidadania, desenvolvimento social e sustentabilidade do planeta.

No estado do Amazonas, com sua grande dimensão territorial e a dificuldade de acesso a diversas localidades, as tecnologias da informação são úteis para a transmissão de informação e de conhecimento. Em localidades longínquas, o acesso à informação, pode ser facilitado pelo uso da Internet, apesar do acesso à rede ainda estar muito aquém das necessidades, segundo os dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) no censo de 2000 que apontam que dos 62 municípios do Estado, somente 12 possuem livrarias e 26 têm acesso a provedores de Internet. Aos demais municípios, que não têm esses equipamentos culturais e acesso às TIC's, resta menos informação, conhecimento, lazer, cultura e mais exclusão digital.

As TIC's são ferramentas que o governo estadual pode usar para educação da população, propiciando a EAD, capacitando melhor os profissionais e possibilitando interligação em redes às Escolas e às Bibliotecas.

2 HISTÓRIA E PAPEL DA BIBLIOTECA

Muito antes das TIC's, as Bibliotecas possibilitavam ao homem armazenar e recuperar dados. Apesar da origem exata das Bibliotecas ser desconhecida, sabe-se que a invenção da escrita e de seus suportes possibilitou a formação de coleções contendo registros de conhecimentos. Para Targino (2006), a história das Bibliotecas se constitui na história do registro da informação. Por isso, sua origem passou a ser delimitada pela fixação do conhecimento por meio de registros gráficos em materiais diversos.

Mas o que é Biblioteca e qual a função que desempenha na sociedade? Do ponto de vista cultural a Biblioteca pode ser encarada como memória coletiva da sociedade e sob a perspectiva de prestação de serviços, ela propicia informações/conhecimentos voltados para atividades do indivíduo, fazendo parte da vida humana desde os primórdios da civilização. Segundo Targino (2006), ela foi instituída inicialmente para armazenar e preservar documentos, posteriormente passando a ser vista como templo sagrado, disponível a poucos privilegiados, como sacerdotes e nobres.

Definições sobre Biblioteca existem muitas, mas de acordo com Lemos (2005,) ela é um acervo de materiais impressos: livros, periódicos, cartazes, mapas dentre outros, além de conter os não-impressos: filmes cinematográficos, fotografias, fitas sonoras, dentre outros mais, todos organizados e mantidos para leitura, estudo e consulta. Na realidade, abrange uma grande diversidade de artefatos e objetos e acaba por ser um repositório de cultura e da memória coletiva de uma comunidade, voltada para o fornecimento de informações e conhecimentos usados para o exercício de atividades profissionais, educacionais e para o prazer da leitura.

Na visão de Lemos (2005) nem toda coleção de livros se constitui em uma Biblioteca, assim como nem toda Biblioteca se resume a uma coleção de livros. Para Targino (2006),

Biblioteca é uma coleção organizada e constituída de acordo com a demanda e a necessidade dos usuários e, em função disso, requer infra-estrutura, recursos humanos e financeiros. Na visão da autora, a Biblioteca além de ser organizada para atender as demandas de sua comunidade deve ter recursos que possibilitem a continuidade da prestação de serviços.

Para Araújo e Oliveira (2005), a Biblioteca deve estar vinculada às condições econômicas, sociais e políticas.

Na área econômica, a riqueza é um fator importante para que países e regiões possam incentivar a produção de conhecimento, que resultará na necessidade de investimentos em Bibliotecas.

Na área social, o aparecimento de grandes centros urbanos e todas as suas atividades, como a educação, que precisa das Bibliotecas como apoio, gera enormes quantidades de registros e necessita de sistemas de informações, que podem propiciar a criação de Bibliotecas, arquivos e museus.

Quanto à política, a estabilidade política e social pode gerar e ampliar o desenvolvimento de Bibliotecas, condições que podem ser observadas desde a Antigüidade até o momento atual. Lembrando que as maiores Bibliotecas, a exemplo da de Alexandria e de Nínive pertenciam a cidades que reuniam esses pré-requisitos.

Dentre todas as Bibliotecas conhecidas, a mais antiga é a de Nipur, onde foram encontradas tábuas de argila com escrita cuneiforme. Era localizada na cidade babilônica do mesmo nome e que, de acordo com Lemos (2005) e Baez (2006), teria surgido há cerca de cinco mil anos. Outra Biblioteca importante da Antigüidade, segundo o autor, é a de Nínive, pertencente a Assurbanipal (668 a 627 a.C.), rei da Assíria. Seu acervo era composto por 25 mil tábuas de argila contendo transcrições e textos de assuntos diversos que, segundo Araújo e Oliveira (2005), eram coletados pelo rei em diversos templos de seu reino.

A mais famosa Biblioteca da Antiguidade tinha por expoente a Biblioteca de Alexandria, no Egito, que possuía aproximadamente 700 mil volumes (JACOB, 2006; MARTINS, 2001). Fundada no Séc.III a.C, por Ptolomeu Soter, possuía obras de Ésquilo, Sófocles e outros intelectuais gregos (CAMPELO & CALDEIRA, 2005). Sua história foi pontuada por destruições como a ocorrida em 48 a.C, por soldados romanos. Ela foi um modelo de acumulação da memória escrita, já que sua finalidade era possuir todos os escritos da Terra (JACOB, 2006).

Atribui-se a Aristóteles ter ensinado aos reis do Egito a maneira de organizar uma Biblioteca, pois ele tinha por base o Liceu, que era a Escola Filosófica do citado filósofo, onde os intelectuais se dedicavam à pesquisa e ao ensino, tendo a Biblioteca como apoio para seus trabalhos (JACOB, 2006).

Vale ressaltar que na Antigüidade e Idade Média a população, em geral, não tinha acesso às Bibliotecas, uma vez que elas não estavam à disposição do profano. Normalmente, o livro ficava resguardado, sendo comum que Bibliotecas ficassem dentro de um templo ou mosteiro, onde existiam oficinas de copistas para a reprodução das obras, pelos monges. Desta forma, o clérigo, aquele que sabia ler e escrever, era o monopolizador de fato e de direito de toda a língua escrita, ou seja, do conhecimento.

O Renascimento marcou o declínio das Bibliotecas de tipo monástico, quando começaram a surgir as primeiras coleções particulares dos humanistas, que podem ser consideradas como o ponto de partida das Bibliotecas modernas, onde o público começou a ter mais contato com o livro. Esse fato foi possibilitado pela difusão da imprensa, principalmente no século XVI, com a produção de livros em grandes quantidades e a preços mais reduzidos.

A partir da Renascença, o livro começou a perder a aura de objeto sagrado, e se transformou em instrumento de trabalho, podendo ser usado por mais pessoas. Com isso a

Biblioteca dos tempos modernos passou a ter caráter público, a ser mais democrática e disponível a um número maior de pessoas. As informações presentes nos livros possibilitaram a geração de novos conhecimentos, tornando possível aos leitores a obtenção dos mais diversos saberes de diferentes culturas.

No Brasil, a história da Biblioteca está relacionada aos jesuítas e à transferência da corte portuguesa para o país. Esse episódio ocorreu em 1807, quando, temendo uma invasão por parte de Napoleão em Portugal, D. João decide transferir a corte portuguesa para a colônia, no caso, o Brasil.

[...] entre as pratarias, jóias, louças, livros, mapas, moedas documentos de estado e outros bens de valor que conseguiu juntar nos navios que deixaram Lisboa em novembro de 1807 uma remessa importante: **os caixotes de livros, documentos, gravuras e outras preciosidades da Real Biblioteca. Na pressa, acabaram ficando abandonados no porto**, e lá permaneceram debaixo do sol e chuva, até retornar ao Palácio da Ajuda (SCHWARCZ *et al*, 2002, p.262, grifo nosso).

De acordo com a autora, os livros ficaram esquecidos no porto, sendo que somente em 1810, a primeira leva de obras foi embarcada para o Rio de Janeiro, juntamente com um funcionário da Biblioteca. O restante veio em 1811, com o bibliotecário Luis Joaquim dos Santos Marrocos, que aqui a organizou (MARTINS, 2001; SCHWARCZ *et al*, 2002).

No Rio de Janeiro, a Biblioteca passou a funcionar inicialmente no andar superior do hospital da Ordem Terceira do Carmo. O local não era apropriado e o cheiro dos medicamentos era muito forte, tanto para os funcionários, quanto para usuários. Segundo Schwarcz *et al* (2002), os medicamentos usados à época eram: vinagre, urina humana e de animal, pó de esterco de cão, pele de sapo e chá de percevejo, o que se acredita ter contribuído para a pouca freqüência dos leitores ao local.

Em 1812, teve início o depósito legal que estabelecia que um exemplar do “que fosse impresso em oficinas tipográficas de Portugal e na Imprensa Régia, no Rio de Janeiro” (SCHWARCZ *et al*, 2002, p.281), ficaria depositado na Real Biblioteca. Essa ação contribuiu

para aumentar o acervo da Biblioteca, que segundo Martins (2001) em 1814, abrigava aproximadamente 60.000 volumes.

Vale destacar que Portugal desejava a volta da Família Real, até que em 25 de abril de 1821, por questões políticas, D. João VI regressa para seu país de origem, deixando no Brasil, o Príncipe da Beira, D. Pedro I e as instituições que havia erigido, dentre elas a Real Biblioteca.

Embora na história as Bibliotecas tenham sido relacionadas ao poder e à realeza, na atualidade a Biblioteca tem papel fundamental na educação e na cidadania. Suas portas estão abertas às pessoas das diferentes camadas sociais. O poder que emana das Bibliotecas na atualidade é o que provém de vestígios do pensamento humano, o conhecimento que está contido em artefatos como livros, revistas, dentre outros.

O livro na história da humanidade desempenhou papel importante por possibilitar acesso maior à informação. Ler e não mais ouvir foi primordial, passando a leitura a ser mais freqüente, tornando a cultura acessível à população que sabia ler. Desta forma, a leitura deu impulso à Reforma e ao Humanismo.

“[...] os primeiros livros publicados nas Américas foram, sem exceção, obras piedosas, destinadas ou a catequização dos índios ou aos exercícios espirituais protestantes” (MARTINS, 2001, p. 291). Assim, o livro passou a ser uma ferramenta na transmissão de idéias e de conhecimento, sendo agente de conquistas, como na América, onde a Bíblia foi usada pelos portugueses para a catequese dos gentios, por exemplo.

O livro, desde sua criação, passou a ser temido pelas autoridades por democratizar idéias, a exemplo de Portugal, onde na época do Santo Ofício, os livros eram censurados por um inquisidor, na tentativa de controlar a expansão da religião protestante, em especial a luterana. O Papa Paulo IV, em 1558, atribuiu à Congregação do Santo Ofício a compilação de um índice de livros proibidos. Já em 1559, o Papa Adriano, por meio das Leis Pragmáticas

sobre a Impressão de Livros, apreendeu e inutilizou imensa bibliografia, para “[...] evitar a satanização das almas, que com os livros nas mãos, se afastavam da fé cristã” (SCHWARCZ *et al.*, 2002, p.136), afirmando que a leitura tirava o juízo das pessoas, para justificar a censura.

Em 1564, foi promulgado pela Constituição *Domicis gregis* o índice instituído pelo Papa Paulo IV, que continha a relação de livros proibidos e as dez regras que norteariam a proibição de uma obra, ficando assim instaurada pela igreja católica, no século XV, a censura prévia. Esse índice só deixou de ser elaborado em 1966, quando passou a ser uma lista de livros desaconselhados e não mais proibidos (MARTINS, 2001).

De acordo com o autor, a censura existiu e existe, inclusive em países democráticos. Na França, há livros que não podem ser expostos nas vitrines das livrarias, nem anunciados, devendo a encomenda ser feita diretamente aos livreiros e nos Estados Unidos, o livro “O mercador de Veneza” foi condenado pelas escolas por ser tachado de anti-semita, apenas para citar alguns exemplos.

Censura de livros e destruições de Bibliotecas pontuaram e ainda fazem parte da história da humanidade, como a destruição, em pleno século XX, da Biblioteca Nacional do Camboja, pelo Khmer Vermelho, que na tentativa de imprimir uma nova cultura que rompesse com o passado, destruiu um grande estoque de informação sobre a civilização cambojana, aniquilando a fonte que resguardava e organizava essas obras, quando do assassinato de 57 dos seus 60 bibliotecários (SCHWARCZ *et al.*, 2002).

A destruição de livros e Bibliotecas nada mais é do que a tentativa de destruir idéias e anseios de um povo, contidos nesses artefatos que podem conduzir a alterações de comportamento e, portanto, mudanças sociais.

Historicamente, o acesso à informação sempre esteve relacionado ao poder aquisitivo das pessoas. No Brasil, não foi diferente. De acordo com Suaiden (2000), durante o período

colonial, o acesso aos livros, à educação e à cultura não fazia parte das prioridades das autoridades vigentes. Em geral, a educação estava relacionada aos religiosos, que possibilitavam o acesso à palavra escrita. Foram eles que instituíram no país os primeiros sistemas de ensino e foram os responsáveis pela fundação dos primeiros colégios no Brasil, que foram implantados pelos jesuítas, em São Vicente e Salvador. Com os colégios, foram implementadas as primeiras Bibliotecas, as quais, segundo Moraes (1979 *apud* Castro 2003), davam suporte às atividades escolares, sendo que a primeira delas, localizada em um colégio, na Bahia, data de 1568.

As primeiras obras didáticas que os estudantes brasileiros tinham disponíveis eram cópias feitas à mão pelos mestres docentes da citada ordem religiosa, já que segundo Castro (2003), livros eram escassos no Brasil. Esse fator dificultava a formação de acervos dessas Bibliotecas, os quais eram enriquecidos apenas quando da morte de algum padre e, conseqüente, doação à Biblioteca da Escola dos livros anteriormente a ele pertencente.

Quanto à organização do acervo dessas Bibliotecas, os livros eram numerados para facilitar a ordenação e também para possibilitar a identificação das obras que poderiam ser lidas pelos alunos. Assim, era possível evitar a leitura de obras obscenas e prejudiciais à educação. No entanto, em geral, os acervos eram voltados para a catequese e aperfeiçoamento dos religiosos, sendo a maior parte constituída por obras referentes à vida dos Santos e as Escrituras Sagradas, já que essas leituras eram as mais incentivadas. De qualquer modo, havia pouca utilização por parte da população, uma vez que grande parte dela era analfabeta (CASTRO 2003; SILVA, 2007). Na realidade, o ensino era voltado para catequisar os índios e poucos filhos de colonos de classe abastada, sendo bastante elitista, disponível somente a uma pequena parte da população (SILVA, 2007).

Esse quadro educacional perdurou até 1750, quando a ordem religiosa dos Jesuítas sofreu um grande revés, ao assumir em Portugal como Secretário dos Negócios Estrangeiros e

da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, o conhecido Marquês de Pombal. Estando descontente com a política dos Jesuítas, a qual considerava protecionista para com os índios e por atribuir a esses religiosos, o ataque regicida sofrido por Dom José, em 1758, o Marquês, em 1759, tomou a decisão de expulsar os Jesuítas de Portugal e seus domínios, incluindo o Brasil (SCHWARCZ *et al*, 2002).

A Expulsão dos Jesuítas do Brasil, no século XVIII, ocasionou fechamento de colégios e Bibliotecas, cujos acervos desapareceram. No século seguinte, com a vinda da Família Real para o Brasil, ocorreram melhorias na área cultural. Na realidade, houve uma transformação, com a criação da Biblioteca Nacional e com a expansão da oferta de ensino primário, secundário e de nível superior, embora para Suaiden (2000) isso não tenha significado acesso e disponibilidade de informação a toda sociedade, apesar de poder ser visto como fator que contribuiu para a ampliação das Bibliotecas nas Escolas, a exemplo da que foi inaugurada no dia 04 de agosto de 1811, em um colégio na Bahia. De acordo com o autor, a criação dessa Biblioteca, solicitada por Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco ao Governador da Capitania da Bahia é o primeiro projeto na história do Brasil que tem por objetivo facilitar o acesso aos livros.

Posteriormente, as iniciativas para fundação de Bibliotecas eram sempre provenientes da área governamental, meio pelo qual foram criadas várias Bibliotecas por governos estaduais. A criação era baseada em um decreto de governo, sem preocupação com a infraestrutura do local. Em geral, eram freqüentadas por grupo restrito de eruditos, visto que as carências de acervo e pessoal contribuía para afastar os possíveis usuários.

No final do século XIX e início do XX, o ensino ainda era precário e grande parte da população era analfabeta, o que contribuía para que a disseminação da informação fosse oral. A preocupação maior do governo era com a construção de Escolas e a formação de professores, portanto falta de livros e Bibliotecas ficavam sempre por último nas questões

relacionadas às prioridades. Desta forma, as escolas formavam professores sem vocação para serem leitores e assim gerações foram formadas utilizando apostilas e textos mal elaborados (SUAIDEN 2000).

A educação, por sua vez, era centrada na habilidade cumulativa e repetitiva do aluno, sendo a Biblioteca considerada um depósito de livros e o ensino baseado no professor e no livro de texto, portanto a existência ou não de uma Biblioteca na Escola não fazia a menor diferença (SILVA, 2007). Ainda de acordo com a autora, a sociedade capitalista passou a exigir melhor formação dos indivíduos, para poderem ser social e economicamente produtivos, por isso os sistemas educacionais necessitavam de reformulações, passando a educação a buscar mão-de-obra para a indústria, principalmente nas décadas de grande desenvolvimento, como no período da ditadura militar.

Essas mudanças também chegaram à Biblioteca, com a necessidade de ser colaboradora no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, para Suaiden (2000), as reformas do ensino nunca consideraram prioridade a questão da leitura e da Biblioteca, que são importantes fontes de informação e de obtenção de conhecimento, podendo contribuir com a educação ao melhorar o rendimento dos alunos nas escolas.

3 PAPEL DA ESCOLA NA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO

A educação é uma das atividades específicas dos seres humanos, sendo através dela que eles aprendem ao longo de sua existência formas de sobreviver que englobam conhecer as coisas e o mundo, usar a linguagem e se comunicar. Cantar e dançar, por exemplo, podem ser aprendidos facilmente, enquanto anos são despendidos em instituições de ensino para que disciplinas diversas sejam conhecidas e apenas uma pequena parte do que é transmitido pelos professores seja realmente aprendido.

Diante disso, a importância da educação para a sociedade parece ser uma questão importante que, para ser respondida, requer apenas que se imagine o homem tendo que aprender tudo por si só, sem receber orientação ou informação de seus pares. Certamente, dessa forma, a aquisição do conhecimento da linguagem, da escrita e das regras de convívio na sociedade seria comprometida, denotando a importância da educação como requisito primordial para a vida do homem em sociedade, por meio da qual são transmitidas normas e valores sociais. Seguindo a mesma linha de raciocínio, pode-se então questionar: mas e a escola? Como surgiu e para que serve?

Segundo Delval (2001), a escola surgiu para transmitir a escrita, a leitura e a aritmética, que são na realidade produtos de acumulação cultural da sociedade. De acordo com o autor, o conhecimento escolar durante séculos foi reservado a poucos, uma vez que apenas os que pertenciam à classe social privilegiada freqüentavam a escola. A primeira educação era realizada em casa e ficava a cargo de um serviçal denominado “pedagogo” que desempenhava a função de formar a criança com base nos valores sociais da época, sendo os estudos da criança complementados posteriormente na escola, onde deveria aprender com o professor a leitura, a escrita e a matemática.

A partir do século XVIII, a escolarização passou a ser mais relevante na sociedade e no século XIX a idéia de tornar o ensino obrigatório passou a ser cogitada. Hoje, embora a escolarização em países em desenvolvimento ainda não seja completa e a taxa de abandono escolar seja alta, na maioria, a educação é obrigatória, a exemplo o Brasil.

A obrigatoriedade determina que todos devem estar matriculados e freqüentando as aulas, apesar da maior parte dos estudantes não terem bons resultados, uma vez que, segundo Delval (2001), muitas crianças de países da América Latina, África e parte da Ásia vivem em situação social difícil, o que propicia freqüência irregular à escola. Para esses alunos que em geral possuem resultados insuficientes, há duas conseqüências: a primeira é repetir o ano, que para muitos representa fazer a mesma série várias vezes até alcançar a média suficiente, fato que contribui para o aluno abandonar o estudo; já a segunda se relaciona ao fato de que esses fatores acabam por excluir o aluno do convívio social com os colegas da escola, além de estimular a baixa estima.

Diante do exposto, vale então questionar sobre a função da escola, que não consiste apenas em ensinar a ler e a escrever, tendo uma função social que vai muito além disso, conforme demonstra o Quadro 2.

FUNÇÕES	AQUISIÇÕES
Socialização	Colocar o estudante em contato com outros Ensinar normas básicas de conduta social Preparar para o mundo do trabalho
Aquisição de conhecimentos	Aprender a ler, escrever, se comunicar e a lidar com aritmética Adquirir conhecimento científico
Ritos de iniciação	Realizar provas que servem de seleção para a vida social

Quadro 2 – Funções da Escola
FONTE: DELVAL, 2001.

A socialização é uma importante função da escola, pois permite que os estudantes se relacionem com outros. É na escola que eles aprendem normas importantes a serem cumpridas, tais como: horário, recreio e autoridade do professor. É também nesse ambiente que o aluno aprende a realizar tarefas, mesmo contra sua vontade, submetendo-se à autoridade do professor, o que representa mais que um treinamento para o mercado de trabalho, já que a escola assume a função de treinar o aluno para a vida.

Leitura e escrita são conhecimentos básicos que a escola deve propiciar para que a transmissão de conhecimento possa ser efetuada, uma vez que na sociedade atual a pessoa analfabeta tem dificuldades para conquistar trabalho e ascender socialmente, por não estar habilitada a lidar com as tecnologias atualmente vigentes.

3.1 O Novo PCN e o Tema Meio Ambiente

O avanço tecnológico ocorrido no final do século XX provocou mudanças na sociedade que aumentaram a concorrência e a competitividade em escala global. Desta forma, a globalização e as evoluções tecnológicas contribuíram para uma explosão informacional hoje vivenciada por todos. O século XXI traz grandes expectativas e possibilidades, assim como novos paradigmas, por isso, para Gadotti (2000), o futuro da educação na sociedade atual deve ser visto com cautela, uma vez que segundo Wells citado por Gadotti (2000), “A História da Humanidade é cada vez mais a disputa de uma corrida entre a educação e a catástrofe”, ou seja, a catástrofe é o temor de que pela primeira vez a vida do planeta possa ser destruída não por resultado de guerras, mas pela busca desenfreada da competitividade e do aumento da produção industrial, que requer cada vez mais o uso da natureza como matéria-prima, considerando que o esgotamento dos recursos naturais coloca em jogo o futuro da

própria humanidade. Assim, torna-se imprescindível compreender o que significa educar e qual o papel da educação nesse contexto.

Para Gadotti (2002), educar é formar o cidadão, sendo da escola a responsabilidade de contribuir para formar esse cidadão crítico que se apropria do ambiente em que vive por meio da participação.

Primeiramente, que o estágio atual da educação possa ser entendido, faz-se necessário um retorno ao passado, apontando marcos importantes na área educacional. Na segunda metade do século XX, educadores e políticos empreenderam esforços para que a educação fosse internacionalizada, centrada em uma organização confiável, no caso a UNESCO. Assim, foram e são instituídos planos e programas educacionais que as nações são orientadas a implementar em seus países, sendo por essa razão que os sistemas educacionais possuem formatos similares.

Faz-se necessário entender, também, que para que as exigências de competitividade fossem atendidas, a sociedade começou a ter que buscar mão-de-obra que suprisse as necessidades do mercado de trabalho, tendo então a educação que adequar o currículo do Ensino Médio voltado para essas tendências sociais. Por isso, no Brasil, o MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, organizou um projeto de reforma do EM como parte de uma política mais geral de desenvolvimento social, priorizando as ações na área da educação.

Na década de 90, os velhos paradigmas educacionais se revelaram inadequados ao aprendizado da classe estudantil. O grande desafio da sociedade passou a ser o volume de informações que alcançava um patamar nunca visto, em função das novas TIC's. Portanto, adequar a escola a esse desafio foi entendido como “[...] torná-la capaz de promover a realização pessoal, a qualificação para um trabalho digno, para a participação social e política, enfim, para uma cidadania plena da totalidade de seus alunos e alunas” (PCN, 1998, p.10).

Em outras palavras, para ser considerado apto perante a sociedade, o aluno deveria ser preparado para o uso dessas tecnologias no mercado de trabalho e em seu cotidiano. Por outro lado, diante das novas exigências sociais, o professor deixou de ser o único meio de obtenção da informação, agora cabendo à escola o papel de preparar o aluno para a busca, análise e seleção das informações que necessitava. De maneira geral, esses motivos conduziram à reforma do EM no Brasil, tendo por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº. 9.394/96.

A educação passou, então, a não se restringir só ao professor e à sala de aula. Os projetos pedagógicos das escolas deveriam ser reformulados, visto que passou a caber à escola a função de proporcionar meios para que o aluno possa ter acesso às informações, sendo, portanto, a Biblioteca um recurso de apoio pedagógico para que o aluno possa obtê-las, dentre elas as informações referentes aos temas ambientais, exigidas de forma interdisciplinar nas diversas disciplinas que compõem o currículo escolar.

A nova LDB (Lei nº. 9.394/96), no artigo 21, estabelece o EM como parte da Educação Básica, ou seja, educação que permite aos alunos o exercício da cidadania. Essa educação, segundo a lei, em seu artigo 22, “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (PCN, 1998), permitindo ao educando inserção no mercado de trabalho, progressão nos estudos, alcance de níveis mais elevados, além de facilitar a integração social.

A LDB busca oferecer equilíbrio à área educacional, desenvolvendo no educando competências que integrem de forma geral o projeto individual de cada um com as necessidades sociais, dentre elas as questões relacionadas ao cuidado com o meio ambiente, com a casa onde mora e com a escola onde estuda. Também procura dar ao educando uma formação ética, para que possa tomar atitudes corretas diante dos problemas que surgem, uma

vez que consiste em uma educação voltada para preparar o aluno para vencer desafios diante das mudanças ocasionadas pelas novas tecnologias e que fazem parte do ambiente escolar, além de possibilitar que esse indivíduo possa continuar de maneira autônoma seu processo de aprendizagem.

Anteriormente, o EM tinha por tradição o repasse de informações para os alunos, descontextualizadas, por meio de exercícios padronizados, tendo os alunos como única fonte de informações o professor, o que gerava desinteresse e baixo desempenho escolar. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a nova escola de EM

[...] não há mais de ser um prédio, mas um projeto de realização humana, recíproca e dinâmica, de alunos e professores ativos e comprometidos, em que o aprendizado esteja próximo das questões reais, apresentadas pela vida comunitária ou pelas circunstâncias econômicas, sociais e ambientais (PCN, 1998, p.11).

O novo EM, ou a nova escola, deve investir mais nos profissionais que nela atuam, facilitando seu trabalho, fornecendo informações que possam preparar os alunos para a vida em sociedade, tornando-os aptos a transformar a realidade em que vivem e a alcançar melhorias de qualidade de vida. Vale lembrar, que para jovens de famílias economicamente menos favorecidas ou apartadas da sociedade, a escola do EM pode ser a oportunidade que têm de obter orientações para a vida econômica, política, financeira e cultural. Portanto, deve ser buscada uma articulação entre as disciplinas ensinadas, uma vez que cada disciplina do EM abrange um conjunto de conhecimentos, ou seja, quando um professor de química aborda questões relacionadas à extração do mineral silvinita, devem estar inclusos no assunto, os problemas referentes às questões econômica, sociais e ambientais, por exemplo.

A educação brasileira nos currículos educacionais busca contextualizar o ensino em relação às diferentes realidades locais e regionais, por meio dos temas transversais inseridos

nos currículos da educação básica, que são relativos a meio ambiente, ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo.

Em decorrência da revolução industrial, a educação passou a ser distribuída em disciplinas baseadas na cientifização. Este modelo tinha por base as especificidades voltadas para resolver as questões relativas à produção, mas na atualidade surgiram questões que as especialidades não conseguem responder, como por exemplo, as relativas aos problemas sócio-ambientais. Essa nova abordagem está à procura da sustentabilidade em virtude do uso exacerbado dos recursos naturais para suprir as necessidades do homem, por isso a educação surge como uma alternativa para uma nova busca de viver no planeta que leve em conta toda a complexidade que o fato exige.

[...] a complexidade ambiental implica uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas, para se construir um novo saber, uma nova racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de equidade, de democracia (LEFF, 2002, p.196).

Para o autor, a educação pode ser encarada como a base para uma nova racionalidade referente às questões ambientais. Surge, assim, um novo contexto, complexo, que exige novas dimensões educativas que possam dar ênfase à transformação comportamental, à educação do consumidor e à educação ambiental que necessitam de novos conteúdos, atitudes e forma de educar, como as novas propostas curriculares do Ministério da Educação (MEC). Os PCN's, embora proponham a manutenção das disciplinas, inserem questões urgentes que devem ser abordadas de maneira transversal, como as questões ambientais. Essa transversalidade consiste em aplicar os conteúdos e orientações didáticas em todas as disciplinas, no período da escolaridade obrigatória, no caso a educação básica.

De acordo com Zucchi (2002), a temática ambiental não se restringe somente à conservação da flora e fauna, estando também relacionada à eliminação da fome, das doenças

e da violência, dando ênfase ao desenvolvimento econômico e social, ou seja, à sustentabilidade dos ecossistemas. Por isso, a importância dos temas ambientais introduzidos na educação brasileira que, segundo o autor, foram originados na reestruturação do sistema escolar espanhol, em 1989, para reduzir a distância entre o desenvolvimento tecnológico e a cidadania, servindo de elo para a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa.

Para Zucchi (2002), esses temas têm a característica de ser em abrangência nacional, permitindo aos alunos a compreensão de problemas que atingem a sociedade e possibilitando que tenham a capacidade de se posicionarem perante as questões que têm repercussão na coletividade. No entanto, vale lembrar que para que isso ocorra, a comunidade escolar deve contar com uma Biblioteca que atenda às necessidades curriculares exigidas na atualidade.

4 IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES NA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL

A ligação entre a educação e a Biblioteca Escolar, cujo nome já acentua esse elo, é baseada no papel educativo que ela pode desempenhar no processo educacional do aluno.

Essa Biblioteca é destinada ao ensino básico, pois oferta aos usuários em geral, o primeiro contato com os serviços disponíveis em uma Biblioteca, contato esse de suma importância, pois irá contribuir para a formação do usuário da informação, preparando-o para as etapas da vida profissional e intelectual e propiciando condições para a formação da cidadania.

A Biblioteca escolar na visão dos PCN's é um espaço que influencia os alunos quanto ao hábito da leitura e um local de aprendizagem permanente que pode auxiliar na educação requerida na atualidade, possibilitando a aprendizagem da linguagem, por meio do uso da diversidade de textos (CAMPELLO, 2005). Para a autora, os PCN's têm a Biblioteca como fundamental para o desenvolvimento de leitores competentes e assíduos.

Segundo o IBGE (2003 *apud* MEC 2006), embora a Biblioteca seja um dos equipamentos culturais mais importantes para o Brasil, ainda há 630 municípios que sequer possuem Biblioteca Pública. Logo, alunos desses municípios que necessitem fazer uma pesquisa escolar só terão acesso aos livros se a Escola tiver uma Biblioteca que atenda suas necessidades.

Constatar em pleno século XXI que o livro no Brasil ainda é considerado um bem restrito a uma camada pequena da população é desanimador e foi constatado pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), por meio da pesquisa Retrato da Leitura no Brasil, realizada em 2001. Os resultados dessa pesquisa constataram que 61% dos brasileiros adultos alfabetizados

têm muito pouco ou nenhum contato com os livros. Outro fato importante é que a compra *per capita* anual dos brasileiros de livros não-didáticos, por adulto alfabetizado, é de 0,66%. Esses dados, segundo Siciliano (2007), demonstram que o livro ainda é encarado como um luxo quando comparado a outros bens, tanto que a pesquisa revela que 57% dos entrevistados afirmam que o principal bloqueio à compra do livro é econômico, devido ao custo da obra ou falta de recursos para comprá-la, em função do baixo poder aquisitivo da maioria dos leitores e da posse desigual de livros. Por esse e outros aspectos é que devem ser desenvolvidas diferentes estratégias no sentido de que o consumo de livros seja facilitado, entre outras, o aumento da rede de Bibliotecas.

Para Siciliano (2007), o poder público necessita ampliar o número de Bibliotecas que possuam acervo mínimo, composto de lançamentos. Para o autor, que é livreiro, presidente da CBL, ações desse tipo aumentariam a tiragem dos livros e reduziriam o custo unitário da obra para o consumidor, possibilitando o acesso a essas obras e combatendo o problema atualmente existente no Brasil de que 73% dos livros estão concentrados nas mãos de 16% da população.

Esses fatos citados pelo autor, independente do fato dele ser livreiro, demonstram a gravidade da situação e embora as ações por ele propostas o beneficiem, essas devem ser consideradas válidas e necessárias. Por isso, o Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE) que é “[...] uma política de formação de leitores é condição básica para que o poder público possa atuar sobre a democratização das fontes de informação, sobre o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores” (PAIVA; BERENBLUM, 2006, p.9). Ato desse tipo são importantes, para que a população possa ter acesso ao livro e à leitura facilitados.

A relação entre Biblioteca e Escola incentiva a leitura e a obtenção de novas informações e conhecimento, propiciando o desenvolvimento do senso crítico dos alunos e a

estruturação do pensamento lógico, possibilitando a interpretação de textos e preparando-o para continuar estudando cada vez mais para o ensino superior e a ter familiaridade com o uso da Biblioteca na rotina acadêmica (AMARAL, 1996).

O PNBE, criado em 1997, está sob a tutela do Fundo Nacional da Educação (FNDE), com recursos financeiros oriundos do orçamento geral da união e da arrecadação do salário educação. Esse programa foi instituído pelo MEC por meio da Portaria Ministerial nº. 584, com o objetivo de

“estimular o hábito de leitura do aluno, melhorando a aprendizagem por meio de utilização de material paradidático em sala de aula. Para isso, tem que prover de acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente as escolas públicas do Ensino Básico das redes, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando promover e estimular a leitura, além de propiciar melhores condições para inserção dos alunos de escolas públicas brasileiras na cultura letrada” (PNBE, 2007).

Desde sua criação, o PNBE tem distribuído livros clássicos de literatura brasileira, livros infanto-juvenis, obras de referência, dentre outras para a comunidade escolar, servindo para cumprir a Lei nº. 10.753, de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro e em seu artigo 1º assegura aos cidadãos o direito de acesso ao uso do livro (inciso I) e trata de promover o hábito da leitura (inciso V).

A leitura tem se revelado ponto crítico da educação no Brasil. Ensinar os alunos a ler e escrever é uma das principais tarefas da escola, pois a leitura e a escrita são importantes para que as pessoas possam obter informações, conhecer seus direitos, trabalhar, participar da sociedade com cidadania e aprender coisas novas ao longo de toda a vida.

A leitura e a escrita são a base para o aprendizado das matérias escolares, por isso a existência de uma boa Biblioteca e seu bom uso pela comunidade escolar colabora com o processo de aprendizagem dos alunos, cabendo à escola buscar ter um acervo que possa atender às necessidades informacionais dessa comunidade.

Ampliar a capacidade de leitura e da escrita irá combater um dos problemas básicos identificados nas avaliações feitas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e pelo PISA, que é justamente a falta de habilidade da leitura e escrita nos alunos,

[...] os dados de vários testes aplicados no Brasil e no exterior demonstram claramente a importância da leitura na formação do cidadão ativo, consciente e integrado a seu tempo e às suas causas. Ao mesmo tempo, a ausência de contato com a leitura torna os estudantes menos eficientes e incapazes de absorver o que lhes é ensinado, na escola e na vida (CASTRO 2006, p.53).

Os exames comprovam que embora alunos sejam alfabetizados, não possuem competência adequada ao seu nível de ensino, pois têm dificuldades de compreender os textos lidos e de expressar opiniões sobre eles.

O PNBE distribui livros para as escolas, o que por si só não é suficiente caso as escolas não possuam Bibliotecas que possam abrigar o acervo e não possuem também profissionais que possam organizar tecnicamente as obras para torná-las acessíveis à comunidade escolar. Segundo Amaral (1996, p. 213), “os problemas começam com a quase inexistência da Biblioteca Escolar, onde a figura do bibliotecário nem sempre é registrada”.

Dificuldades iguais a essas fizeram com que o PNBE fosse objeto de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no segundo semestre de 2001, na qual foi constatado que o PNBE é pouco divulgado, que as Bibliotecas das Escolas não possuem infraestrutura adequada, o que dificulta o uso do acervo, e que a ausência de responsáveis pelas Bibliotecas constitui um risco à guarda e conservação dos acervos.

Em 2005, o MEC realizou uma avaliação diagnóstica do PNBE, a qual revelou que o livro na escola ainda é encarado como bem permanente patrimonializado e que a Biblioteca é vista como depósito de materiais, sem que os responsáveis pelo setor realizem ações de incentivo à leitura, entre outros aspectos em função dessas Bibliotecas não contarem com obras que despertem o interesse de alunos, nem livros didáticos em grandes quantidades. Na

realidade, o estudo revelou problemas que já haviam sido detectados por Amaral (1996) de que não há nas Escolas uma política para formação de leitores e que os professores têm pouco esclarecimento em relação ao uso desses acervos na prática pedagógica.

Para Macedo (2005), deve que haver maior investimento na interação de bibliotecários e professores, pois essa proximidade possibilita capacitar o aluno para a leitura, para o uso adequado da informação e do conhecimento em sua vida, contribuindo para que seja uma pessoa bem informada, atuante em seu meio social, um cidadão.

A educação deve propiciar aos alunos a capacidade de acessar, selecionar e utilizar informações, buscando uma atualização dos saberes, por isso o Manifesto da IFLA/UNESCO, considera a Biblioteca Escolar um centro permanente de aprendizagem e educação. O citado manifesto tem por base teórica o Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, que tem por princípios os 4 pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, explicitando que a função do processo educativo deve ser baseada: na aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos (MARTUCCI, 2000).

A educação não deve ser restrita a preparar o aluno para o trabalho, como agente econômico, mas desenvolver no ser humano talentos e aptidões, além de torná-lo respeitador do ambiente humano e natural. De acordo com o relatório, a educação deve ser construída com base nos pilares citados, os quais favorecem meios para a circulação, armazenamento de informações e comunicação, devendo a educação transmitir

[...] cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos (DELORS, 1998, p.89).

O ato de aprender a conhecer deve possibilitar que cada aluno compreenda o mundo em que vive, conheça o ambiente em suas diversidades e tenha a capacidade de discernir os exemplos a serem seguidos. Cabe à educação proporcionar ao alunado informações sobre a atualidade, ciência e tecnologia que fazem parte dos paradigmas da sociedade, devendo primar pela interdisciplinaridade, pois o aumento dos saberes permite melhor compreensão dos problemas atuais da sociedade.

Segundo Delors (1998), o aprender a fazer está relacionado à educação para a formação profissional, mas só isso não basta, pois o indivíduo deve ser preparado para transformar o conhecimento em inovações úteis que possam resultar em novos produtos, conhecimentos e empregos. O aprender a viver junto, de acordo com o autor, é um grande desafio da educação que deve imbuir e fortalecer nos indivíduos o respeito pela diversidade cultural, para que a convivência em sociedade possa ser harmônica. Já o aprender a ser consiste em nada mais que preparar o ser humano para ter a capacidade de ter pensamento próprio, ser crítico e ter juízo de valor para poder agir corretamente em momentos decisivos.

Para que a Escola possa capacitar os alunos para a aprendizagem por toda a vida, o Manifesto da IFLA/UNESCO elaborou características que os setores envolvidos devem possuir e divulgou para países diversos, com a intenção de que os governos fossem sensibilizados a desenvolverem tais características em suas respectivas escolas.

De acordo com Martucci (2000), tal manifesto expressa que a Biblioteca Escolar deve existir em todas as Escolas, de todos os países e ser comum a todos os estudantes, como uma ferramenta indispensável à aprendizagem. Baseada no manifesto, alguns dos objetivos abaixo descritos passam a ser melhor observados na pesquisa, a exemplo do que aborda a necessidade da Biblioteca Escolar favorecer, por meio de seus serviços, a obtenção de informações à comunidade escolar para geração de novos conhecimentos, sendo necessário apoiar e promover ações educativas baseadas no currículo da Escola.

Outro objetivo que essas Bibliotecas devem estimular nos alunos e na comunidade em geral é o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da Biblioteca ao longo da vida. Em geral, o gosto pela leitura é desenvolvido no ambiente familiar, mas a Biblioteca tem papel fundamental ao estimular atividades que criem esse hábito nos alunos, sendo a parceria entre professor e bibliotecário fundamental para despertar esse interesse, cabendo ao bibliotecário ensinar o aluno a “ler as estantes” de uma Biblioteca, e saber usar as fontes de informações que estão disponíveis no local, visando tornar o aluno um usuário independente, descobrindo que a Biblioteca da Escola é um lugar interessante, que a leitura é prazerosa, seja ela de uma história em quadrinhos ou de um livro com temas diversos. Por isso, nas Bibliotecas Escolares que serviram de objeto da presente pesquisa, ações de incentivo à leitura foram observadas.

Ainda conforme o Manifesto, cabe à Biblioteca Escolar oferecer a sua comunidade oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação, voltadas ao conhecimento, à compreensão, à imaginação e ao entretenimento. A Biblioteca não é só um local para se obter informações e solicitar empréstimo de livros, mas, também, um local onde a interação entre os diversos alunos ocorre e onde podem ser produzidos textos, apresentados poemas e palestras sobre temas diversos e elaborados jornais, contando com o auxílio de professores e bibliotecários.

Os profissionais das Bibliotecas Escolares devem apoiar os estudantes na aprendizagem e prática de habilidade para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação onde estão inseridos. Para o Manifesto, o bibliotecário tem que ir além das suas atividades de organização e gerenciamento da Biblioteca, devendo estar ciente dos temas que serão trabalhados na semana ou no mês pelos professores da escola, visando selecionar o material que a Biblioteca dispõe para que possa ser usado pelos alunos; conversar com os

professores para saber se o material é adequado para a pesquisa dos alunos e prestar auxílio aos alunos e professores, durante os eventos realizados na Escola.

A pesquisa também dá ênfase à abordagem de que a Biblioteca deve estar sinalizada, para facilitar o acesso dos alunos ao acervo; e deve possuir quadros de aviso, para facilitar a divulgação de eventos, livros adquiridos pelo setor e exposição de folhetos de divulgação.

O Manifesto também afirma que a Biblioteca Escolar deve organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade. A Biblioteca pode programar junto com os professores, atividades que auxiliem a capacitação do aluno para melhor desempenho de habilidades mentais e orais, por meio de ações como solicitar aos alunos ajuda para a organização de palestras e exposições de obras da Biblioteca, por exemplo. Deste modo, a Biblioteca e a Escola estarão estimulando nesses alunos a imaginação e o poder de decisão.

O fato da Biblioteca Escolar trabalhar com alunos, professores e administradores possibilita à mesma contribuir com o processo educacional, disponibilizando informações, lazer e cultura à comunidade escolar.

A Biblioteca deve divulgar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à formação da cidadania e ao exercício da democracia, cabendo a ela propiciar suporte aos alunos para que possam ser cidadãos conscientes e conhecedores de seus direitos e deveres para com a sociedade.

O Manifesto ainda delega à Biblioteca Escolar a responsabilidade de promover a leitura e fornecer recursos e serviços além do âmbito escolar, ou seja, estendendo sua atuação à comunidade em que a Escola está inserida. No entanto, sendo esse um ponto difícil de ser cumprido atualmente no Brasil, a pesquisa não abordará esse objetivo, tendo em vista que a Biblioteca Escolar sofre por falta de recursos em todos os sentidos, tendo dificuldades até para suprir as necessidades de informação dos seus próprios alunos, dificuldades essas que se

tornam ainda mais críticas quando se consideram as necessidades da comunidade do entorno, para a qual a gama de informações deve ser ainda mais diversificada.

4.1 Biblioteca Escolar no Cenário Brasileiro

Existem espaços nas Escolas, chamados de Bibliotecas, que no fundo são depósito de livros ou de objetos de natureza variada, “às vezes, a ‘Biblioteca’ é um armário trancado, situado numa sala de aula, ao qual os alunos só têm acesso se algum professor se dispõe a abri-lo... quando a chave é localizada” (SILVA, 1995, p.13). Em geral, o lugar é usado não para estudo e obtenção de conhecimento, mas sim para punição, já que muitas vezes os alunos são levados a Biblioteca com o intuito de cumprir castigo.

De fato, hoje, são poucas as Bibliotecas Escolares das unidades públicas de ensino que podem ser caracterizadas como um centro de informação educativa: um espaço de conhecimento, de informação, de lazer e de convivência integrado ao projeto pedagógico da escola (MARTUCCI, 1999, p.31).

Taylor (1982) e Silva (1995) afirmam que grande parte dos funcionários do setor é composta por professores remanejados das salas de aula, por problemas de saúde. Este último autor identifica que a Biblioteca Escolar é desprezada pela educação, que a prática educacional não estimula o envolvimento da Biblioteca no trabalho pedagógico e que, em geral, os professores usam somente o livro didático.

A falta de Bibliotecas nas Escolas ou a falta de estrutura delas contribui para que o professor acabe sendo uma das únicas fontes de informação, juntamente com o livro didático. “Sem Biblioteca Escolar, sem leitura crítica, abrem-se, mais ainda, os caminhos para a opressão e para a injustiça social [...]” (SILVA, 1995, p.46). Lembrando que as Bibliotecas possibilitam o acesso à leitura às diversas fontes de informação para a execução de pesquisas

escolares, dando ao aluno a oportunidade de formar opinião sobre os acontecimentos que estão ocorrendo, despertando assim um espírito crítico.

Outro fator que merece destaque refere-se ao fato de que a falta de Bibliotecas nas Escolas leva os alunos a procurarem as Bibliotecas Públicas, que passam a desenvolver o papel das escolares. Assim, se houvesse Bibliotecas nas Escolas não haveria necessidade de deslocamento até as Bibliotecas Públicas para a realização das atividades escolares, o que seria bastante positivo se for considerado que muitas vezes a Biblioteca Pública fica em local distante do bairro onde mora o aluno, tal qual é o caso de Manaus.

Vale lembrar que a Biblioteca Escolar não é igual a Biblioteca Pública, embora a Biblioteca Pública muitas vezes exerça o papel da escolar. Segundo Suaiden (2000), a falta de Bibliotecas Escolares fez com que os alunos passassem a usar as poucas Bibliotecas Públicas existentes no país para realizarem pesquisas escolares. Para o autor, à medida que aumentava a procura de alunos por materiais para suas pesquisas, diminuía a frequência do público adulto e não escolar na Biblioteca Pública, ou seja, ela passou por um processo de “escolarização”, dando prioridade para o atendimento de estudantes, ficando em segundo plano, o atendimento de outros segmentos da comunidade.

Silva (1995) agrupa em duas categorias os fatores que ocasionam os problemas que as Bibliotecas Escolares atravessam, a saber: extrabibliotecários e interbibliotecários. Os extrabibliotecários são o analfabetismo, a evasão escolar e a repetência escolar que são gerados pela falta do incentivo à leitura, pela inabilidade para usar os recursos disponíveis em Bibliotecas e pela existência de cópias reprográficas, que fragmentam o conhecimento e violam o direito autoral, sem sequer identificar a fonte da informação. Os interbibliotecários são: espaços inadequados, acervo desatualizado, disposição das obras nas estantes de forma que alunos e professores não entendam a organização e o excesso de zelo com as obras, pelo bibliotecário, que acaba impedindo o seu manuseio.

A Biblioteca Escolar deve ser vista com interesse pelos governantes, professores, alunos e bibliotecários, pois é por intermédio dela que o estudante tem um contato maior com a pesquisa nas mais diversas fontes de informação. Essa relação aluno-Biblioteca não deve ser impositiva, muito menos de punitiva. Se os primeiros contatos forem experiências negativas, o estudante evitará o local, sendo necessário que a Escola incentive o uso da Biblioteca para experiências agradáveis, como por exemplo a hora do conto, onde os alunos ouvem fábulas. O contato positivo, por sua vez, irá relacionar a Biblioteca à curiosidade e ao prazer da leitura que conduz o aluno ao conhecimento.

[...] o acesso à leitura e aos livros nunca conseguiu ser democratizado em nosso meio. A tão propalada 'crise da leitura' não é uma doença destas últimas décadas e nem deste século: ela vem sendo reproduzida desde o período colonial, juntamente com a reprodução do analfabetismo, com a falta de Bibliotecas e com a inexistência de políticas concretas para a popularização do livro (SILVA, 1995, p.49-50).

Para o autor, o acesso aos livros deve ser democratizado e a Biblioteca é uma enorme porta de acesso para o livro, para a informação e para a possibilidade de conhecimento.

As Bibliotecas Escolares, com as informações constantes em seus acervos, darão aos estudantes oportunidades de obtenções de novos conhecimentos e idéias diferenciadas das do professor, criando questionamentos que são primordiais para o processo de educação e para a geração de conhecimento.

Em países desenvolvidos, a Biblioteca Escolar possui papel de destaque, pois é vista como recurso pedagógico eficiente que gera na vida dos alunos e professores, impactos positivos. Foi feito um estudo nos Estados Unidos, pela Universidade de Denver, que comprovou que as escolas que tiveram melhores resultados tinham Bibliotecas funcionando 40 horas semanais e possuíam um planejamento pedagógico em conjunto com os professores. (ANDRADE, 2005; SOUTO, 2005).

Andrade (2005) ressalta que além de contar com Bibliotecas, as Escolas tinham profissionais treinados, acervos atualizados e computadores conectados nos laboratórios, salas de aula e Bibliotecas, o que resultou num melhor aproveitamento escolar dos alunos, independente do bairro onde moram ou de suas características sociais e econômicas. Além disso, o investimento na infra-estrutura das Escolas, com Bibliotecas Escolares adequadas, laboratórios e capacitação dos profissionais, impulsionaram o processo de ensino e aprendizagem.

No Brasil, no entanto, a realidade é bem diferente. A falta de Bibliotecas sejam elas públicas ou escolares, só tende a acarretar menor acesso à informação aos seus usuários, ficando a área educacional prejudicada, uma vez que a falta de uma Biblioteca no estabelecimento de ensino faz com que os estudantes recorram às diferentes Bibliotecas existentes na localidade onde moram para realizarem suas pesquisas.

De acordo com Macedo (2005), mesmo que a Biblioteca Pública substitua muitas vezes a Biblioteca Escolar, a pública tem por objetivo principal atender os diferentes segmentos da comunidade, com seus diversos interesses específicos, enquanto a Biblioteca Escolar trabalha com as áreas do conhecimento relativo à educação básica, com materiais voltados para esse público.

Por isso, a utilização de Bibliotecas Públicas, universitárias e de institutos de pesquisas acarreta prejuízo não só aos alunos da educação básica, mas aos usuários dessas outras Bibliotecas, que têm que dividir o salão de leitura com esses novos usuários. De acordo com Crestana *et al* (2005) um detalhe que desperta a atenção dos bibliotecários é a procura de Bibliotecas especializadas pelos alunos do ensino médio para realização de suas atividades escolares. De acordo com a autora, muitas vezes solicitam um livro que é voltado para atender usuários de nível superior, tornando entendimento do texto difícil para o estudante do ensino médio.

O INPA pode servir de exemplo para a situação acima descrita. A Biblioteca do instituto aos poucos começou a ser procurada por alunos da rede estadual de ensino. Com o passar do tempo, a procura aumentou e o fluxo de estudantes se intensificou cada vez mais, o que causou surpresa, pois a Biblioteca não possuía acervo voltado para atender a este tipo de público.

Foi possível perceber que muitos alunos nunca tinham entrado em uma Biblioteca, uma vez que não sabiam ao menos usar uma enciclopédia. Como no local havia sempre uma bibliotecária ou um atendente treinado para identificar o anseio do aluno e a ajudá-lo a encontrar a informação que necessitava, talvez o atendimento fosse o diferencial que impulsionava a procura.

Em geral, quando esses alunos retornavam para fazer novas pesquisas escolares, pediam para serem atendidos pela mesma pessoa que havia prestado atendimento anteriormente, criando-se assim um elo entre o aluno, a informação e o bibliotecário.

A frequência de estudantes do ensino fundamental e médio na Biblioteca do INPA aumentou tanto, conforme pode ser observado no Quadro 3, que, muitas vezes, os alunos de pós-graduação e pesquisadores do instituto não encontravam mais lugar para estudar.

ANO	QUANTIDADE
2003	3.700
2004	4.648
2005	7.334

Quadro 3 – Atendimento da Biblioteca do INPA
FONTE: INPA, 2003-2005.

Tornou-se necessária uma adequação do espaço físico da Biblioteca, no caso, junção de setores, para que fosse possível desocupar uma sala que pudesse abrigar uma Biblioteca

Escolar, a fim de atender melhor tanto ao público interno como externo. A Biblioteca também precisou adquirir acervo voltado para as necessidades desses usuários, passando receber doações de livros com temáticas referentes à educação básica.

O acervo referente à Biblioteca Escolar aumentou, embora não fosse com obras atualizadas, mas que mesmo assim eram muito usadas pelos alunos. Hoje, muitos desses alunos estão na graduação ou são profissionais, criaram laços de amizade com os funcionários da Biblioteca e retornam ao setor para fazerem pesquisas para suas dissertações e teses, reforçando o papel fundamental que o bibliotecário tem na sociedade da informação, na organização e no repasse de informações para seus usuários, uma vez que hoje o problema não se limita mais à falta de informação, mas também a sua proliferação, que dificulta a obtenção da mesma e sua assimilação.

Nunca se usou tanta tecnologia para repassar informação: o correntista não precisa mais ir ao banco para saber o saldo de sua conta e o usuário pode ler um artigo de periódico ou um livro por intermédio do computador, mas a sociedade está sobrecarregada de informações geradas por infinitas fontes, o que pode gerar redundância e dificuldades em sua assimilação. Segundo Wurman (2003, p.36), uma única edição do *The New York Times* pode conter mais informação do que uma pessoa poderia ter acesso na Inglaterra, no século XVII.

Ter informação é ótimo, desde que ela seja útil e esteja organizada, se constituindo, caso contrário, em lixo informacional. A informação pode ser útil para o indivíduo quando serve de base para decisões referentes a assuntos que pertençam a um contexto social, que sirvam para melhorar sua qualidade de vida de maneira sustentável, como é o caso das informações ambientais.

Buscar a melhoria da Biblioteca Escolar deve ser uma preocupação constante da sociedade para que ela possa sair do marasmo em que se encontra – quadro desolador retratado por Silva (1995) na obra intitulada: a miséria da Biblioteca Escolar – causado em

primeiro lugar pela falta de uma política pública voltada para a institucionalização da Biblioteca Escolar no Brasil.

Conforme dados do INEP (2005), existem no território brasileiro 52.932 Bibliotecas Escolares, sendo que a maioria, ou 45.966, encontra-se no perímetro urbano. A região Sudeste concentra a maior quantidade de Bibliotecas, 20.608, e a Norte a menor ou 3.194 Bibliotecas, conforme evidenciado no Gráfico 1.

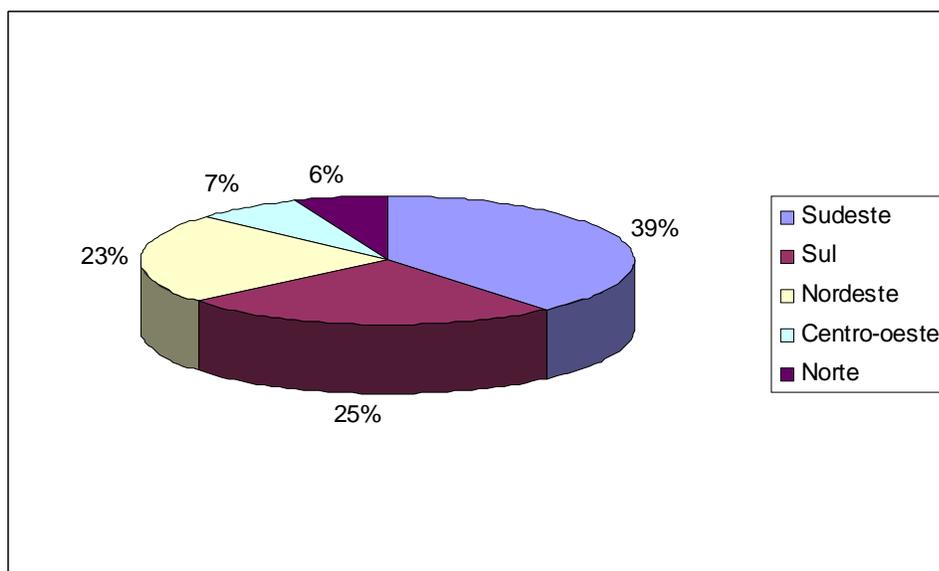


Gráfico 1 – Bibliotecas Escolares no Brasil por regiões
Fonte: INEP, 2005.

O Estado do Amazonas, segundo o censo do INEP, possui 635 Bibliotecas, sendo que 305 pertencem a escolas estaduais e 130 a escolas municipais, de acordo com o disposto no Gráfico 2.

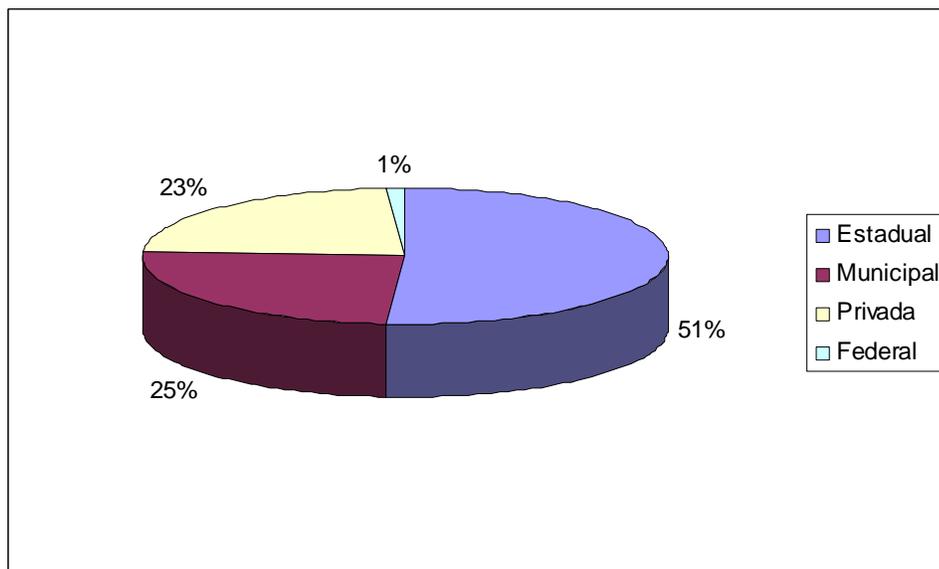


Gráfico 2 – Bibliotecas no Amazonas por origem
FONTE: INEP, 2005.

Segundo a SEDUC-AM, a rede estadual de ensino possui atualmente 184 Bibliotecas na capital e 196 no interior, sendo no total 380 Bibliotecas nas Escolas do Estado. O número difere dos dados fornecidos pelo INEP porque foram abertas novas Escolas com Bibliotecas no Estado, destinadas a atender os 528.762 alunos da rede estadual de ensino.

4.2 A Realidade das Bibliotecas Escolares no Amazonas

O Estado do Amazonas possui características que o diferenciam da maioria dos estados do Brasil, quanto aos aspectos ambientais, demográficos, sócio-econômicos e principalmente geográficos. A rede hidrográfica, a vasta floresta e a grande extensão territorial propiciam um ritmo peculiar à dinâmica de circulação de fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

A história da Biblioteca no Estado está atrelada ao período áureo da borracha, mais precisamente nas duas décadas finais do século XIX, quando surgiu no Estado do Amazonas, a primeira sala de leitura, localizada em Manaus. Neste período, a Amazônia vivia o apogeu da extração da borracha, ciclo econômico que propiciou grandes modificações na região, tendo a produção do látex extraído da seringueira, em 1890, atingido 90% do total da produção mundial (CORRÊA, 2006, p.204).

À medida que a produção aumentava, ocorria a expansão e o melhoramento urbano de Manaus e de outras cidades amazônicas. Com o aumento da demanda externa por borracha, os recursos advindos do comércio passaram a modificar a paisagem local. Assim, foram feitos investimentos em serviços públicos urbanos, como: linhas de bondes, oferta de imóveis, construção de teatros e pavimentação, pois Manaus, que servia de residência para grandes seringalistas e exportadores, necessitava demonstrar o poderio econômico em que se encontrava. Porém, os benefícios não atingiam a todos os cidadãos, uma vez que bairros distantes, por exemplo, não tinham acesso aos serviços de rede de esgotos, abastecimento de água e coleta de lixo.

Em geral, essas facilidades eram restritas ao centro da cidade, local onde moravam pessoas de maior poder aquisitivo, e serviam para mostrar ao mundo o progresso material da cidade. Segundo Dias (1999, p.82), foi instaurada uma sala de leitura nos moldes europeus para os letrados da cidade que depois deu origem a atual Biblioteca Pública do Amazonas. Segundo a autora, o estabelecimento de uma Biblioteca Pública e de Escolas na capital passou a ser uma preocupação das autoridades para que a cidade pudesse estar à altura dos padrões da elite extrativista local, uma vez que “[...] as escolas públicas e a organização da Biblioteca seriam em parte demonstração e superação da ignorância e analfabetismo” e, assim, a educação passava a ter importância na representação na cidade que se modernizava.

Foram feitos investimentos na área educacional, com a construção de instituições de ensino e da Biblioteca Pública Estadual, todas localizadas na área central da cidade. Depois, foi fundada a Universidade Livre de Manaus, considerada por muitos como a mais antiga do país, criada com o intuito de formar intelectuais para trabalharem no comércio de exportação do látex (ARAGON, 2001).

Com a criação de Escolas, Biblioteca Pública e Universidade, a população estudantil teria melhor acesso à informação e a capital do Estado do Amazonas passaria por uma verdadeira transformação. Dos tempos áureos da borracha até a implantação da ZFM, a cidade sofreu muitas modificações. Com a criação, em 1967, e a instalação das fábricas no Distrito Industrial, houve aumento na oferta de empregos, assim como da exigência de profissionais mais capacitados para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho.

O Estado do Amazonas necessitava realizar maiores investimentos em educação e na construção de novas Escolas para que pudesse capacitar a mão-de-obra existente, o que significava que mais pessoas necessitariam de quantidade maior de informações, sendo usuários potenciais das poucas Bibliotecas existentes a época.

Diante do exposto, uma das maiores dificuldades enfrentadas para a realização desta pesquisa foi o fato da SEDUC-AM não possuir ou não disponibilizar informações sobre a política institucional existente para a formação de Bibliotecas Escolares, política essa que serve para nortear a composição do acervo, quadro de pessoal e infra-estrutura, já que para que a Biblioteca escolar possa ser verdadeiramente institucionalizada, ela deve ter dentro da escola papel pedagógico claro, definido e apoiado pela direção da unidade educacional, cabendo ao bibliotecário ou ao profissional que esteja à frente da Biblioteca Escolar estar atento aos objetivos da escola para que possa solicitar publicações visando adequar o acervo para atender os objetivos da instituição e o público usuário do setor.

Assim, as 380 Bibliotecas Escolares existentes no Estado estão distribuídas entre os municípios conforme disposto no quadro a seguir:

QUANTIDADE	MUNICÍPIOS
1	Beruri, Boa Vista do Ramos, Canutama, Fonte Boa, Guajará, Juruá, Maraã, Novo Airão, Pauini, Santa Isabel do Rio Negro, Silves, Tapauá, Tonantins
2	Apuí, Alvarães, Amaturá, Anamã, Anori, Barreirinha, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Envira, Itamarati, Itapiranga, Novo Aripuanã, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Uarini, Urucurituba
3	Barcelos, Carauari, Careiro Castanho, Ipixuna, Iranduba, Japurá, Maués, Nhamundá
4	Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Eirunepé, Humaitá, Lábrea, Manicoré, São Gabriel da Cachoeira
Entre 5 e 9	Autazes, Careiro da Várzea, Codajás, Santo Antonio do Içá, São Paulo de Olivença
10 ou mais	Coari, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Parintins, Tefé

Quadro 4 – Bibliotecas Escolares no Amazonas por município
 FONTE: PENEDO, 2007.

Infelizmente, alguns municípios ainda não dispõem da prestação de serviço de Bibliotecas Escolares, como é o caso de Urucará, São Sebastião do Uatumã, Nova Olinda do Norte, Manaquiri e Jutai. Em São Sebastião do Uatumã, o problema se torna ainda maior, por não contar, como outros municípios, com Biblioteca Pública (Quadro 5).

MUNICÍPIOS	BENS CULTURAIS					
	Biblioteca Pública	Museu	Cinema	Livraria	Provedor de Internet	Videolocadora
Alvarães	não	não	não	não	não	Sim
Amaturá	não	não	não	não	sim	Não
Anamá	não	não	não	não	não	Não
Anori	não	não	não	não	não	Não
Boca do Acre	não	não	não	não	sim	Sim
Canutama	não	não	não	não	não	Não
Careiro da Várzea	não	não	não	não	não	Sim
Coari	não	não	não	sim	sim	Sim
Codajás	não	não	não	não	não	Não
Fonte Boa	não	não	não	não	não	Sim
Iranduba	não	não	não	não	não	Sim
Nhamundá	não	não	não	não	sim	Sim
Pauini	não	não	não	não	não	Sim
Presidente Figueiredo	não	não	não	não	sim	Sim
Rio Preto da Eva	não	não	não	sim	sim	Sim
Santa Isabel do Rio Negro	não	não	não	não	não	Sim
São Sebastião do Uatumã	não	não	não	não	não	Sim
Tefé	não	não	não	sim	sim	Sim

Quadro 5 – Municípios no Amazonas que não possuem Biblioteca Pública e outros bens culturais
 FONTE: IBGE, 2000.

Em contrapartida, de acordo com o Relatório de Atividades da SEDUC-AM, no período de 1999 a 2002 o governo “[...] com o objetivo de apoiar o processo pedagógico e contribuir para o aprimoramento da eficiência na escola [...]” realizou ações de apoio à implantação de projetos de atendimento de alunos, como os referentes à Alimentação e Saúde Escolar, Distribuição de Uniformes, Livros Didáticos, Bibliotecas e Hortas Escolares, com recursos provenientes do Projeto Tem Dinheiro na Escola que recebeu do MEC, via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a quantia de R\$ 12.259.700,00 (AMAZONAS, 2002).

De acordo com a SEDUC-AM, em 2003, o maior avanço na área educacional foi o Programa Rede Física Educacional, com a construção e ampliação de escolas, além de reformas nas diferentes unidades de ensino, adequando as escolas ao modelo padrão adotado

no Estado, o qual requer além da climatização de salas de aula, a construção de salas destinadas a Bibliotecas, laboratórios de física, química, biologia e informática, além de refeitórios e quadras poliesportivas (AMAZONAS, 2003).

No ano de 2004, dentre as ações governamentais para o aprimoramento do ensino médio, consta a aquisição de acervos bibliográficos para 45 escolas, dos municípios: Manaus, Parintins, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Iranduba, Urucará, Maués, Nova Olinda do Norte, Coari, Tefé, Boca do Acre, Beruri, São Gabriel da Cachoeira, Presidente Figueiredo, Carauari, Fonte Boa, Ipixuna, Urucurituba, Careiro da Várzea, Jutá e Barreirinha, totalizando 22.500 exemplares para atender 53.536 alunos dos 22 municípios.

Nesse ano, também foi realizado um encontro de Bibliotecas pertencentes à rede estadual de ensino, que contou com 166 participantes. Além disso, ainda no ano de 2004, foram implantadas 03 Bibliotecas e implementadas 04, em Manaus, Codajás e Humaitá (AMAZONAS, 2004).

Em março de 2005, a SEDUC-AM, por meio do Departamento de Gestão Escolar (DEGESC), apresentou projeto de Bibliotecas em Rede, ao Vivaleitura, tendo como responsável a então Secretária de Educação, Prof.^a Vera Lúcia Marques Edwards.

O citado projeto tinha abrangência o Estado do Amazonas, sendo na realidade “[um] Projeto de Implantação de um Sistema de Bibliotecas Setoriais na Rede Pública Estadual de Ensino. Trata-se da constituição de uma rede de Bibliotecas escolares [...]” (VIVALEITURA, 2007), surgindo da necessidade de ampliar o acesso ao livro e à leitura para reverter os baixos índices relacionados a essa temática, existentes no Estado do Amazonas.

Mesmo que seja considerada a sabida importância da aquisição de material bibliográfico, não é possível deixar de levantar questões em relação a como esses acervos são disponibilizados aos alunos e qual o grau de atendimento das necessidades de informação dos usuários.

Em suma, esses foram alguns dos questionamentos que conduziram a realização da pesquisa que resultou nessa dissertação, que tem como intuito maior conhecer a realidade dessas Bibliotecas, seus acervos e os serviços referentes às formas como divulgam informações para as comunidades a que servem.

5 DE USUÁRIO A CIDADÃO: AS BIBLIOTECAS ESCOLARES EM MANAUS

Manaus, conforme citado anteriormente, possui 184 Bibliotecas Escolares, distribuídas nos diversos bairros. A Zona Sul abriga sessenta e três Escolas com Bibliotecas, ou seja, o maior número, embora não seja a que possui o maior número de estudantes. Esse número maior de estabelecimentos se explica pelo fato de que a parte central da cidade, bem como os bairros antigos como Aparecida e Educandos, se constituíram nos locais onde inicialmente essas Bibliotecas foram estabelecidas.

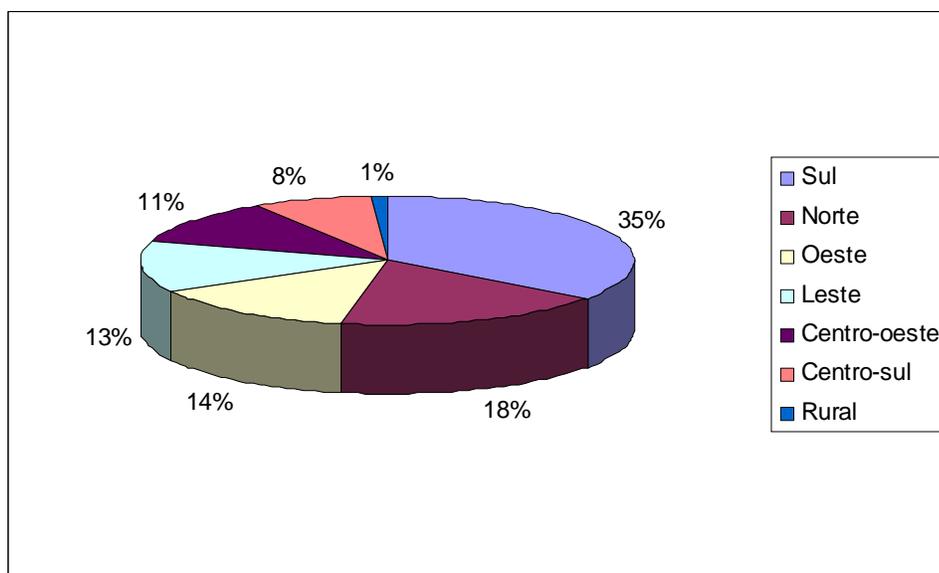


Gráfico 3 – Bibliotecas Escolares em Manaus por Zonas
FONTE: PENEDO, 2007.

5.1 Os Bairros e as Escolas

As Escolas estudadas estão situadas em cinco bairros diferentes que fazem parte das Zonas: Sul, Centro-sul, Norte e Leste (Quadro 6).

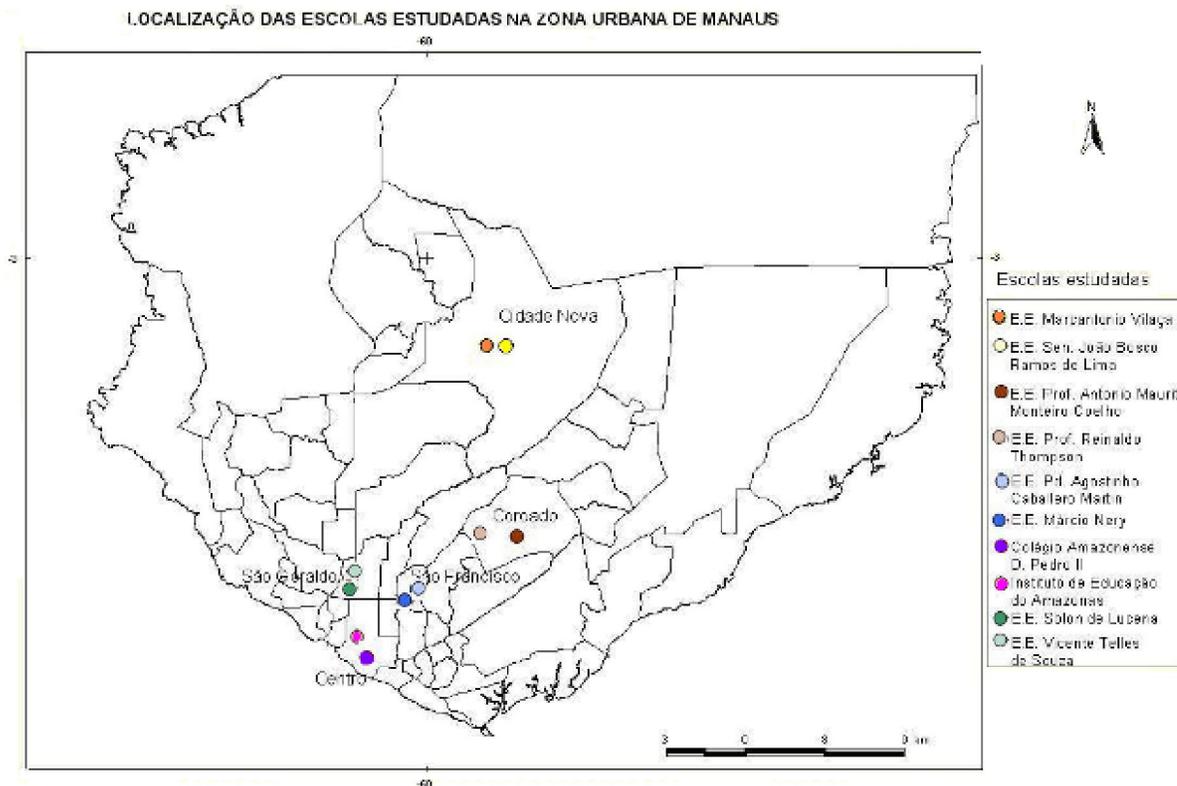


Figura 1 – Mapa da Área de Estudo
 FONTE: COSTA, 2008

Estudar Bibliotecas pertencentes a bairros distintos, possibilitou observar diferentes realidades que compõem o universo escolar da cidade de Manaus.

ESCOLA	ZONA	BAIRRO	OBSERVAÇÃO
Instituto de Educação do Amazonas	Sul	Centro	Com bibliotecário
Colégio Amazonense Dom Pedro II	Sul	Centro	Sem bibliotecário
E. E. Marcio Nery	Sul	São Francisco	Com bibliotecário
E. E. Padre Agostinho Martin	Sul	São Francisco	Sem Bibliotecário
E. E. Sólón de Lucena	Centro sul	São Geraldo	Com bibliotecário
E. E. Vicente Telles	Centro Sul	São Geraldo	Sem bibliotecário
E. E. Prof. Antônio Maurity	Leste	Coroado	Com bibliotecário
E. E. Prof. Reinaldo Thompson	Leste	Coroado	Sem bibliotecário
E. E. Marcantonio Vilaça	Norte	Cidade Nova	Com bibliotecário
E. E. Senador João Bosco	Norte	Cidade Nova	Sem bibliotecário

Quadro 6 – Escolas que tiveram as Bibliotecas pesquisadas
 FONTE: PENEDO, 2007.

Na Zona Sul, fizeram parte da pesquisa os Bairros Centro e São Francisco, que abrigavam as escolas: Colégio Amazonense Dom Pedro II, Instituto de Educação do Amazonas, Escola Estadual Márcio Nery e Escola Estadual Padre Agostinho Martim, cujas Bibliotecas foram objeto de estudo.

A partir dos dados do Atlas Municipal (2006), o Centro é caracterizado como bairro que possui uma população de 16.177 habitantes, com renda *per capita* média de R\$ 744,67. A taxa de analfabetismo, na faixa etária de 15 a 17 anos, é zero e o percentual de jovens nessa idade freqüentando a escola corresponde a 84%. Quanto a acesso a bens de consumo, 98,6% da população tem acesso à televisão, 83% a telefone e 26, 2% a computador.

O Centro abriga o Colégio Amazonense Dom Pedro II e o Instituto de Educação do Amazonas, além de importantes patrimônios históricos da cidade, como o Teatro Amazonas, o Mercado Adolpho Lisboa e Biblioteca Pública do Estado.

Para melhor conhecer as Escolas partícipes da pesquisa, foi feito um levantamento sobre o histórico de cada uma. Desta forma, serão descritas a seguir as Escolas pertencentes à Zona Sul da cidade.

O IEA teve origem em 1871, sendo denominado inicialmente de Escola Normal e funcionando no Liceu Provincial (Atual Colégio Amazonense Dom Pedro II) até o ano de 1886, quando foi transferida para o Asilo Orfanológico Elisa Souto.

Em 1890, voltou a funcionar no Liceu e ali funcionou até o ano de 1912, quando passou a ocupar o prédio da antiga Câmara Municipal de Manaus. Atualmente, ocupa, desde 1944, um prédio situado na Praça do Congresso, na área Central de Manaus.

Possui uma área de 5.122,05 m², contando com 36 salas de aula, laboratório de informática e de ciências, quadra poliesportiva, sala de música, teatro, secretaria, sala de professores, Biblioteca, cantina, 8 banheiros e pequenas praças internas.

A origem do Colégio Amazonense Dom Pedro II está relacionada ao Liceu, que era uma instituição de ensino que funcionava no Seminário Episcopal de São José (onde hoje está situada a agência do Banco do Brasil, na Praça 15 de Novembro).

O então Presidente da Província, Santyago de Oliveira Dias, recebeu autorização, em 1880, para mandar construir um edifício que pudesse abrigar os cursos do Liceu. A escola teve iniciada sua construção em 25 de março de 1881, localizada a Rua Municipal, atual 7 de Setembro, local onde até hoje se encontra o Colégio Amazonense Dom Pedro II.

A inauguração da Escola, que recebeu o nome do segundo Imperador do Brasil, contou com a presença do Presidente da Província, Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves.

Em seguida, o prédio passou a abrigar, além do Liceu, a Escola Normal, a Diretoria de Instrução Pública, o Jardim Botânico, a Biblioteca Pública, o Setor de Estatística e Obras Públicas, o Arquivo Público, O Tiro de Guerra, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco e a Assembléia Legislativa. Extinto o Liceu em 1890, três anos depois foi criado Gimnasio Amazonense, por meio do Decreto n°. 34.

O Colégio Amazonense Dom Pedro II recebeu diversas denominações ao longo de sua existência: de Liceu Provincial para Gymnasio Amazonense Dom Pedro II, em 1925; Gymnasio Amazonense, em 1938; Colégio Estadual do Amazonas, em 1943; Unidade Educacional Colégio Estadual do Amazonas, em 1971; Colégio Amazonense Dom Pedro II, em 1975; Escola de 1° e 2° Graus Dom Pedro II, em 1980; Colégio Amazonense Pedro II, em 1981; e Colégio Amazonense Dom Pedro II, em 1982.

O prédio do colégio tem arquitetura imponente, lembrando os templos gregos, tendo passado por várias reformas, sendo restaurado em 1960 e 1985. Foi tombado como monumento histórico por meio do Decreto n°. 11.034, publicado no Diário Oficial de 14 de abril de 1988 (AMAZONAS, 1993).

O Bairro São Francisco, diferente da área central, não possui nenhum patrimônio histórico, mas abriga uma população de 16.859 e tem a renda *per capita* média de R\$411,52. A taxa de analfabetismo de jovens de 15 a 17 anos é de 2,5%, assim como o percentual de jovens nessa faixa etária frequentando a escola é de 79,3%, ou seja, valor menor que o observado na área central (ATLAS MUNICIPAL, 2006).

A população local tem acessos a bens de consumo, assim identificados: 96,9% da população têm acesso à televisão, 75,2% a telefone e somente 20,5% a computador.

O bairro abriga a Escola Estadual Márcio Nery, que foi criada no governo de Arthur César Ferreira Reis, pelo Decreto Lei nº. 39, de 11 de dezembro de 1964, inicialmente com ensino referente às turmas de 5ª a 8ª série.

No ano de 1988, a Escola recebeu a denominação de Escola de 1º e 2º Graus Márcio Nery. No ano seguinte, pelo Decreto nº. 12.137, passou a chamar-se Escola Estadual Márcio Nery. Em 2002, funcionou somente com a modalidade de Ensino Médio (EM) e hoje oferece ensino para 1.370 alunos.

A denominação da Escola foi uma homenagem ao Médico Sanitarista que muito contribuiu para erradicação de doenças no Estado do Amazonas. Na atualidade, conta com um quadro funcional composto por 39 professores, 8 funcionários administrativos, 3 de serviços gerais, 1 bibliotecária, 3 professores readaptados que atuam na Biblioteca, 2 vigias, 1 diretor e 3 pedagogas, nos horários matutino, vespertino e noturno, todos procurando proporcionar aos jovens os ensinamentos necessários, em um ambiente sadio à qualidade de vida, buscando desenvolvimento integral, pleno e harmonioso do cidadão.

A escola tem a finalidade de ministrar a Educação Básica, em sua etapa de Ensino Médio, obedecendo à legislação de ensino em vigor no país. Tem por objetivo proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades para sua auto-realização, preparando-o para o exercício consciente da cidadania.

Outra escola que pertence ao Bairro São Francisco é a Escola Padre Agostinho Caballero Martin, localizada a Rua Alfredo Paes Barreto, 1100. Ela foi criada pelo Decreto Governamental n°. 19, de 14 de março de 1963, quando era Governador em exercício o Sr. Arlindo Augusto dos Santos Porto.

A escola recebeu o nome do religioso Agostinho Caballero Martin, nascido no dia 28 de Agosto de 1882, que foi professor do Colégio Dom Bosco em Manaus, prestando serviço à educação da sociedade amazonense.

No ano de 2006, a escola atendeu 687 alunos do ensino fundamental e médio, contando com 25 funcionários, sendo 18 professores.

A Zona Leste, por sua vez, fez parte da pesquisa com o Bairro Coroado, mais precisamente a área que abrange a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o conjunto Ouro Verde por meio das escolas: Escola Estadual Reinaldo Thompson e Escola Estadual Antônio Maurity. Essas escolas são importantes, pois contribuem para o atendimento educacional de parte da população que habita o local, que é de 15.794 habitantes, com renda *per capita* de R\$ 260,2.

De acordo com o Atlas Municipal (2006), o nível de analfabetismo na população jovem, na faixa de 15 a 17 anos, é de 0,8%. O percentual de jovens nessa idade que frequenta a escola é de 83,2%. Quanto ao acesso aos bens de consumo, 94,8% da população tem acesso à televisão, 44% ao telefone e, apenas, 10,7% ao computador.

A Escola Estadual Reinaldo Thompson, localizada no Bairro Coroado foi criada no dia 01 de Setembro de 1980, pelo Decreto governamental n°. 5132, como uma subunidade da Escola Estadual Marcio Nery. A denominação da escola é uma homenagem ao professor de Educação Física Reinaldo Thompson, que embora fosse lotado na Unidade Márcio Nery, prestava serviço voluntário à escola, treinando os alunos para os desfiles da semana da Pátria.

A escola é composta por um prédio de dois andares, dividido em dez salas de aula, secretaria, Biblioteca, laboratório de informática, depósito, sala de professores, cantina e banheiros.

Na atualidade oferece ensino fundamental de 5ª a 8ª série e o ensino médio. Conforme o painel que está fixado no corredor próximo à secretaria, a escola tem por “missão ser comprometida com o ensino de qualidade para que o educando tenha uma atuação crítica e participativa na sociedade”.

A escola possui em seu quadro funcional 52 professores e 18 funcionários para atenderem aos 1.150 alunos.

A Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho, criada pelo Decreto nº. 15.789, de 1º de março de 1994, tem esse nome em homenagem a um professor que se dedicou ao magistério no Estado do Amazonas.

A escola atende a 1163 alunos do ensino médio e fundamental, sendo o ensino médio oferecido apenas no período noturno (Tempo de acelerar). Possui em seu quadro funcional, 3 pedagogos, 1 secretária, 40 professores, 11 funcionários de serviços gerais, 3 agentes administrativos, 1 bibliotecária e 4 vigias.

A estrutura física da escola é composta por secretaria, diretoria, sala de professores, Biblioteca, banheiros, quadra de esporte, cozinha e depósito.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico de 2007 da Escola, ela tem como pressuposto de aprendizagem aprender dentro de visão da pedagogia dos conteúdos, ou seja, processar informações e lidar com os estímulos ambientais, sendo capaz de organizar os dados obtidos com sua experiência.

Na Zona Centro Sul da cidade fica o Bairro São Geraldo, que possui em sua área Patrimônios Históricos como o Reservatório do Mocó e o Cemitério São João Batista. No

bairro, estão concentradas duas escolas que fizeram parte do estudo, a Escola Estadual Vicente Telles e a Escola Estadual Sólton de Lucena.

De acordo com os dados do Atlas Municipal (2006) a população existente no bairro é de 10.714 habitantes, com renda *per capita* de R\$ 280,6. Quanto a bens de consumo 97,6% da população tem acesso à televisão, 65,8% ao telefone e 13,6% ao computador.

Na área educacional, os dados pertinentes ao ano de 2000, apresentam taxa zero de analfabetismo na faixa etária de 15 a 17 anos e de 1,0% nos jovens de 18 a 24 anos. O percentual de jovens que freqüentam a Escola é de 85,8 (ATLAS MUNICIPAL, 2006).

A Escola Estadual Sólton de Lucena é quase centenária, tendo sido fundada pela Lei n°. 578, em 25 de novembro de 1909, com a denominação de Escola de Comércio de Manaus, pertencente inicialmente ao município.

Pela Lei n°. 1.097, de 02 de agosto de 1921, passou a ser denominada Sólton de Lucena. O ato foi uma homenagem ao governador da Paraíba, que no período de 1921 e 1922 ajudou a escola em momento de crise financeira, quando os vencimentos dos funcionários do estabelecimento de ensino estavam atrasados há oito meses.

Por meio da Lei n°. 293, de 30 de junho de 1954, a escola passou a ser conhecida como Escola Técnica de Comércio Sólton de Lucena, passando nesse período para a rede estadual de ensino. Em 1971, pelo Decreto n°. 2064, recebeu o nome de Unidade Educacional Sólton de Lucena, funcionando com 5ª a 8ª séries e 2º Grau Técnico em Contabilidade.

Com o Decreto n°. 4.870, de 24 de março de 1980, passou a concentrar seis escolas, por ter sido transformada em escola Unidade de São Geraldo, congregando as escolas: Escola de 1º e 2º Grau Sólton de Lucena, Escola de 1º Grau Vicente Telles de Souza, Escola de 1º Grau São Geraldo, Escola de 1º Grau Londrina, Escola de 1º Grau Nossa Senhora das Graças e Escola de 1º Grau Menino Jesus de Praga.

Em 1996, foi implantado o Centro de Excelência Profissional Sólon de Lucena com o intuito de possibilitar ensino profissional e acadêmico que pudesse atender às novas demandas do mercado de trabalho.

De acordo com os dados descritos no painel da escola, ela já funcionou nos seguintes locais: Rio Negro Clube, Escola Marechal Hermes, Escola Municipal de Educação do Amazonas, Escola Nilo Peçanha, Justiça do Trabalho e Câmara Municipal.

Desde 1964, ocupa o prédio atual, localizado na Avenida Constantino Nery, em São Geraldo. Atendeu no ano de 2006 um total de 2.353 alunos, possuindo 75 professores, 25 funcionários e área total de 5.988,52 m².

A Escola Estadual Vicente Telles de Souza, localizada no Bairro São Geraldo, Zona Centro-sul de Manaus, atende a 1.520 alunos do ensino fundamental e médio, possuindo em seu quadro funcional 48 professores e 31 funcionários e uma área total 2.083,76m².

A denominação da Escola é uma homenagem ao professor Vicente Telles de Souza Jr., nascido em 1879, natural do Ceará, bacharel em Direito em Manaus e em Farmácia na Bahia, tendo lecionado química orgânica e geral na Escola Agrônômica de Manaus e exercido o cargo de direção do IEA e da Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Na Zona Norte da cidade, o Bairro Cidade Nova (Mundo Novo) possui uma população de 2.946 habitantes, com renda *per capita* média R\$333,3. A taxa de analfabetismo da população jovem na faixa etária de 15 a 17 anos, em 2000, era de 0,9% e o percentual de jovens estudando de 88,6%.

De acordo com o Atlas Municipal (2006), o acesso a bens de consumo apresenta os seguintes resultados: 98,9% da população tem acesso à televisão, 66,9% ao telefone e 13,6% ao computador.

A Escola Estadual Marcantonio Vilaça, criada pelo Decreto Lei n°. 21.671 de 02/02/2001, iniciou o ano letivo em 17/02/2001 com a denominação Centro de Excelência de

Ensino, alterada mais tarde em homenagem ao ilustre cidadão Marcantonio Vilaça, um jovem incentivador das artes.

Localizada no Bairro Cidade Nova, Zona Norte de Manaus, possui 09 salas de aula, 01 Biblioteca, 01 sala de professores, 01 laboratório de informática, 01 sala de atividades complementares, 01 sala de educação física, sendo todas as salas climatizadas.

A escola tem metodologia diferenciada das outras escolas públicas, uma vez que a clientela passa por um processo de seleção e estuda em tempo integral. Possui 608 alunos, 40 professores e 26 funcionários e ocupa uma área de 320 m².

A Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima, localiza-se na Avenida Noel Nutels, no Bairro da Cidade Nova I, Zona Norte de Manaus, é mantida pela SEDUC e foi criada pelo Decreto Governamental n°. 5.790, de 04 de Setembro de 1981, como escola de ensino médio.

Funciona em três turnos, possui 12 salas de aula, uma diretoria, sala de educação física, Biblioteca, laboratório, TV escola e quadra poliesportiva, atendendo 1.510 alunos, com 53 professores e 16 funcionários, com uma área total construída de 2.180 m².

Embora o estudo abrangesse Bibliotecas que contassem com os conhecimentos de bibliotecários e outras que não, ao realizar a pesquisa para identificar quais os locais que dentre as 184 Bibliotecas do município possuíam esses profissionais, foi possível constatar que o número existente é muito reduzido, são 15 ao todo, sendo que três fazem parte do setor de Biblioteca Escolar da SEDUC-AM. Em outras palavras, mais de 90% das Bibliotecas de Manaus não contam com esses profissionais da informação.

O fato acima citado contradiz as orientações do Manifesto da IFLA/UNESCO (1999) de que o quadro funcional da Biblioteca Escolar deve ser composto por um bibliotecário e por uma equipe de auxiliares, pois cabe a esses profissionais planejar e ensinar as diferentes

técnicas de uso da informação à comunidade escolar (MACEDO, 2005; NASCIMENTO; CASTRO FILHO, 2007).

As Bibliotecas Escolares de Manaus diferem muito das orientações do Manifesto, principalmente nas questões relativas a profissionais qualificados para exercerem as atividades relacionadas ao planejamento e oferecimento de serviços condizentes com as demandas da comunidade. Na verdade, o que se pode verificar é o que Silva (1995) já abordava em seu texto, ou seja, grande parte dos funcionários é composta por professores readaptados.

Nas Bibliotecas estudadas, foi possível verificar que atuavam nos locais em turnos diferentes, 9 professores readaptados, valendo também informar que se não contassem com esses profissionais, a maioria das Bibliotecas estaria fechada, prejudicando ainda mais a comunidade escolar, assim como ocorre nas Bibliotecas E4 e E5.

A oportunidade de pesquisar Bibliotecas de Escolas diversas, tanto nas questões relacionadas à localização, aos profissionais que trabalhavam no setor, como também quanto ao ambiente escolar, possibilitou vivenciar experiências diferenciadas, pois cada escola, cada Biblioteca, era um universo a ser descoberto. Assim, embora todas as escolas pertencessem à mesma Secretaria, a forma de vivenciar os problemas existentes, era diferente.

No caso específico das Bibliotecas, mesmo que padecessem das mesmas carências, o modo de suprir essas deficiências era o que resultava em uma Biblioteca dinâmica usada pelos alunos ou então em um depósito de materiais bibliográficos com pouco uso.

5.2 Proposta de tipologia de acesso à informação ambiental de acordo com a organização da Biblioteca Escolar

Ao iniciar a análise dos dados coletados, percebeu-se a necessidade de separar Escolas e Bibliotecas conforme os tipos observados, para que desta forma elas fossem agrupadas levando-se em consideração as características que apresentavam. Assim, a pesquisa possibilitou conhecer escolas com salas de aulas limpas e com pequenos jardins bem cuidados, que proporcionavam a visão da escola como um local aprazível para a comunidade escolar. Porém, em outros locais, a impressão obtida é que não existia cuidado algum com ambiente de ensino, uma vez que as áreas externas eram mal conservadas, continham pichações, janelas com vidros quebrados e infiltrações nas paredes, fatores que acabavam por representar a desolação do lugar.

O desleixo e o descaso pareciam retratar a falta de atenção dada à educação, aos profissionais que ali atuavam e aos alunos que buscavam informação e conhecimento para progredir socialmente, já que como dito anteriormente, foram observadas escolas tinham carência de tudo, espaço, profissionais, acervo, organização, limpeza.

Vale destacar que o ambiente escolar foi observado, apesar da pesquisa ter como foco central a Biblioteca, justamente pelo fato de que essa Biblioteca está inserida no contexto escolar e a educação é um processo que envolve cidadania, começando com o cuidado com o patrimônio público, no caso a Escola.

A qualidade do ambiente escolar e das instalações, também concorrem para a definição de condições de oferta de ensino de qualidade. Ambientes planejados, acolhedores, humanizados e integrados às necessidades da comunidade escolar têm sido destacados pelos agentes escolares e pela comunidade como valores agregados importantes (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

Assim, manter o ambiente escolar bem cuidado é torná-lo agradável à comunidade que dele faz parte, além de contribuir para o processo educacional. Freire (1996) afirmava que a limpeza da escola e a organização das salas contribuem de forma pedagógica para a materialidade do espaço.

Durante a pesquisa verificou-se que o acesso à informação ambiental na Biblioteca correspondia, em geral, à organização da escola, o próprio cuidado com o ambiente escolar, que segundo Hammes (2004) contribui para a formação da consciência ambiental dos alunos e influencia na transformação das relações sociais e suas relações com o meio. Desta forma, o cuidado com o ambiente escolar deve ser usado como recurso didático na formação da cidadania.

Conforme mencionado acima, essas observações possibilitaram dividir as Escolas e Bibliotecas por tipos observados, em: Escola Cidadã, Escola Usuária e Escola Precária, estando descritas no Quadro 7 as características principais de cada um desses tipos.

TIPO	ASPECTOS GERAIS
Cidadã	Áreas internas e externas limpas, jardins bem cuidados, sinalização eficiente dos setores, rampas de acessibilidade, respeito pelo patrimônio público.
Usuária	Escolas com pichações, jardins mal cuidados ou inexistentes, sinalizações dos setores deficitárias.
Precária	Escolas com áreas externas e internas depredadas, abundância de grades, pichações, jardins mal cuidados ou inexistentes, falta de sinalização nos setores.

Quadro 7 – Tipologia das Escolas
FONTE: PENEDO, 2007

Assim como as Escolas, as Bibliotecas também foram separadas obedecendo a seguinte tipologia estabelecida pela pesquisa, de acordo com as observações obtidas nos

locais visitados conforme o acesso oferecido pelo setor, em: Biblioteca de acesso cidadão, Biblioteca de acesso usuário e Biblioteca sem acesso, como apresentado no quadro a seguir.

BIBLIOTECA	ACERVO	PROFISSIONAIS	HORÁRIO	SERVIÇOS
Acesso cidadão	Organização por assunto e sinalização	Motivados sejam eles bibliotecários ou não	Funciona no período de funcionamento da Escola	Promovem a Biblioteca e a leitura, prestam serviço de consulta local e empréstimo, efetuando controle
Acesso usuário	Organização deficitária e sinalização precária	Desmotivados	Funciona nos três turnos ou em turnos parciais	Não realizam eventos e o controle de consulta e empréstimo é deficitário ou inexistente
Sem acesso	Sem organização e sinalização	Não possuem	Incerto	Inexistente

Quadro 8 – Tipologia das Bibliotecas
 FONTE: PENEDO, 2007.

Agrupar as Escolas e as Bibliotecas de acordo com a tipologia foi a forma prática encontrada para melhor efetuar a análise dos resultados.

A escolha por descrever primeiro as Escolas Cidadãs e as Bibliotecas de Acesso Cidadão, foi motivada pelo fato do primeiro contato ter sido feito com esse tipo de Escola e Biblioteca, fato este que resultou em surpresa, por serem diferenciadas dos relatos descritos por Silva (1995).

Essas Escolas e Bibliotecas apresentavam diferenciais que possibilitavam à comunidade escolar melhor utilização de seus recursos informacionais, tendo essa boa impressão criado expectativas em relação às outras Bibliotecas existentes no sentido de se

cogitas se as mesmas seriam semelhantes ou não a essas. Por terem sido observadas inicialmente Escolas e Bibliotecas mais organizadas, foi possível identificar, ainda com maior evidência nos outros tipos, as deficiências organizacionais que essas apresentavam.

5.2.1 Escolas Cidadãs e as Bibliotecas de Acesso Cidadão

Escolas Cidadãs têm por consequência Bibliotecas de Acesso Cidadão, sendo estas as que causaram as melhores impressões ao serem visitadas. Fizeram parte desse universo as escolas E3, E8 e E9, valendo ressaltar que a escola E10 apresentou todos os requisitos para ser considerada cidadã, com exceção do horário de funcionamento da Biblioteca, que funcionava somente no período vespertino, prejudicando os alunos dos turnos matutino e vespertino, tendo sido por essa razão agrupada na categoria usuária.

As escolas cidadãs demonstravam o cuidado com o ambiente por meio da limpeza das áreas externas, com pátios, corredores e salas limpas, sem papéis jogados pelo chão. Foi comum ver cestos de lixo dispostos em vários lugares diferentes, que facilitavam descarte de papéis e outros resíduos (Figuras 2 e 3).



Figura 2 – Pátio Escola E3
FONTE: PENEDO, 2007.



Figura 3 – Pátio Escola E8
FONTE: PENEDO, 2007.

As paredes limpas, sem pichações, demonstravam que nesses ambientes havia o respeito pelo patrimônio público. Além da preservação da pintura dos prédios, os jardins foram também fatores considerados importantes, pois tornavam o ambiente escolar mais acolhedor, dando beleza ao lugar e quebrando a frieza do concreto com os quais os prédios escolares são construídos (Figuras 4 e 5) .



Figura 4 – Jardim Escola E3
FONTE: PENEDO, 2007.



Figura 5 – Jardim Escola E8
FONTE: PENEDO, 2007.

Ainda em relação às áreas externas, foi possível observar que algumas escolas possuíam em seu espaço físico rampas de acesso para que os alunos portadores de necessidades especiais pudessem ter a entrada e saída facilitadas (Figura 6),



Figura 6 – Rampa acesso Escola E8
FONTE: PENEDO, 2007.

Essas rampas que facilita o deslocamento do estudante no ambiente escolar, realizando desta forma, a inclusão social. Assim como as rampas, a sinalização também foi observada, pois como visitante foi possível usufruir o caminhar pela escola sem correr o risco do constrangimento de entrar em uma sala errada. Se a busca era pela Biblioteca, bastava ler as placas facilmente identificadas nas portas de cada sala (Figura 7).



Figura 7 – Entrada da Biblioteca E8 com identificação
FONTE: PENEDO, 2007.

A primeira escola a ser visitada com o intuito de coletar dados para subsidiar o trabalho de pesquisa foi a Escola E3, localizada na Zona Sul de Manaus. Ao entrar nesse ambiente escolar, alguns fatores passaram a despertar a atenção, como a ausência de pichações nas paredes, a limpeza dos pátios e a existência de pequenos jardins. Esses itens assinalados tornavam mais agradável o ambiente escolar, assim como a impressão que se teve da Biblioteca da Escola que logo à primeira vista não condizia com o relato das experiências vivenciadas por Silva (1995), que relatava o descaso com as Bibliotecas Escolares no Brasil.

Essa Biblioteca era diferenciada, assemelhando-se mais com o relato de Caldeira (2005, p.47) quando descreveu o aspecto físico de uma Biblioteca escolar como “[...] estantes cheias de livros, revistas em mostruários, mesas e cadeiras espalhadas e repletas de pessoas lendo, estudando [...] debruçadas sobre volumes de enciclopédias, fazendo suas pesquisas”. Para o autor, esse é o retrato visível de uma Biblioteca que desempenha importante função educativa na Escola, proporcionando aos seus usuários a oportunidade de leitura e de busca pela informação (Figura 8).



Figura 8 – Ambiente da Biblioteca E3
FONTE: PENEDO, 2007.

Para Caldeira (2005), as Bibliotecas Escolares que possuem decoração alegre e livros expostos, tornam o ambiente descontraído, facilitam o acesso ao seu conteúdo e contribuem para despertar nos usuários o interesse para leitura.

Essa Biblioteca ficava localizada em lugar visível, de fácil acesso, com placa indicativa contendo a palavra Biblioteca escrita na única porta que dá acesso ao local. Logo abaixo da palavra Biblioteca, havia uma tabela indicando o número de atendimentos realizado pelo setor, assim como o turno em que era mais usada pela comunidade escolar.

Ao abrir a porta foi possível constatar que a frequência indicada no informe do local era compatível com o uso do setor, havendo um grande número de usuários em busca de informações, tendo sido possível ver jovens buscando diretamente livros nas prateleiras ou sentados lendo algum livro ou revista.

Essa experiência agradável, entretanto, não pode ser vivenciada em todas as outras Bibliotecas, tendo sido observada somente naquelas que pertenciam às escolas aqui consideradas como escolas cidadãs, por proporcionarem aos alunos espaços educativos nos

quais possam ser capazes de questionar, pensar e estejam submetidos a normas e direitos morais estabelecidos pela sociedade.

A educação de qualidade deve ser exigida pela sociedade para que as escolas possibilitem ao aluno tornar-se cidadão, conhecer seus direitos na comunidade, mas também para que possa reconhecer que suas ações devem ser pautadas nos deveres que a sociedade espera de seus habitantes. Assim, as escolas cidadãs eram em vários aspectos melhor organizadas, contando, em geral, com profissionais que buscavam contribuir com o ensino e aprendizagem dos alunos.

Embora os acervos dessas Bibliotecas fossem deficitários em áreas diversas do conhecimento, a criatividade desses profissionais fazia a diferença. Assim, mesmo que as Bibliotecas fossem desprovidas de aparelhos tecnológicos, dentre eles computadores com acesso a Internet, os alunos tinham o acesso à informação facilitado por meio de artigos de revistas ou recortes de jornais. Figura 9 e 10.



Figura 9 – Suporte para armazenar revistas Biblioteca E3
FONTE: PENEDO, 2007.



Figura 10 – Pasta de artigos de revistas Biblioteca E3
FONTE: PENEDO, 2007.

As necessidades de melhorias eram muitas, mas as improvisações superavam as expectativas. Se não contavam com mapotecas para armazenarem os mapas, criavam artifícios que facilitavam a guarda e a utilização dos materiais pelos alunos (Figura 11). Em algumas escolas, embora não possuíssem maleiros para guarda de pertences dos usuários, balcões foram improvisados servindo a esse propósito (Figura 12). Esse serviço foi executado pelo porteiro do período vespertino, que sempre que pode, auxilia os profissionais da Biblioteca. Essa interação dava a noção de integração dos membros da escola em busca de melhoria dos serviços prestados.



Figura 11 – Suporte para mapas e cartazes Biblioteca E3
FONTE: PENEDO, 2007.



Figura 12 – Guarda volume Biblioteca E3
FONTE: PENEDO, 2007.

O que chamou a atenção durante a pesquisa foi que em todas as Bibliotecas a carência de estantes era um fator visível. Havia abundância de caixas contendo materiais para serem armazenados, porém não existiam estantes para organizar os materiais (Figuras 13 e 14), mesmo nas escolas consideradas cidadãs.



Figura 13 – Caixas com livros Biblioteca E9
FONTE: PENEDO, 2007.

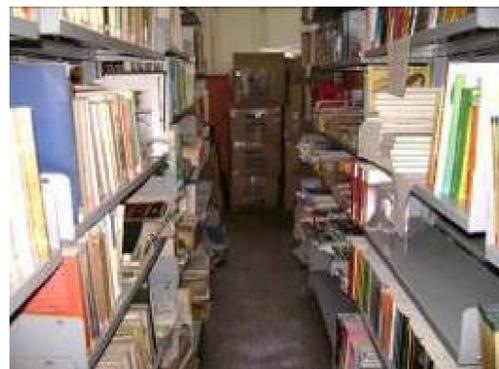


Figura 14 – Caixas com livros Biblioteca E2
FONTE: PENEDO, 2007.

De qualquer forma, a criatividade de alguns profissionais das Bibliotecas era tão surpreendente que em algumas escolas foram encontradas soluções altamente eficazes e eficientes para que as caixas de livros não atrapalhassem a circulação dos alunos no setor e para que a harmonia do ambiente não fosse comprometida (Figura 15).



Figura 15 – Decoração feita com recicláveis Biblioteca E8
FONTE: PENEDO, 2007.

O falso muro acima assinalado que escondia as caixas de materiais bibliográficos, conforme visualizado na Figura 15, foi feito com caixas de leite longa vida, cobertas por papel madeira, tendo sido o recurso usado, uma vez que o local não dispunha de mais estantes para armazenar essas obras.

Quanto aos acervos, em geral, continham as mesmas coleções que outras Bibliotecas, mas o diferencial considerado foi a organização das obras nas estantes. Nas escolas bem cuidadas, geralmente as estantes eram sinalizadas e os livros obedeciam a uma classificação. Nos locais onde existiam bibliotecárias, as obras recebiam Classificação por assunto, a exemplo da classificação simplificada utilizada em duas Bibliotecas.

Como em outros tipos de escolas, em geral, as Bibliotecas não possuíam catálogos de autor, título e assunto, sendo necessário que a busca fosse feita diretamente pelos alunos nas estantes, denotando a importância da sinalização por assunto nesses locais.

Das três escolas tipificadas como cidadãs, uma não contava com apoio de um bibliotecário, no caso a escola E8, o que não comprometeu a organização da Biblioteca de acesso cidadão, já que uma professora readaptada que havia atuado no setor por algum tempo organizou o acervo e os serviços. Posteriormente, a funcionária foi atuar na sala de Vídeo Escola, onde foi possível notar durante a visita que o material também estava muito bem ordenado. Ao deixar a Biblioteca, essa professora foi substituída por um professor de história, também readaptado, que se propôs a continuar o trabalho da antecessora, desempenhando com motivação as suas funções.

Nesse sentido, motivação, estímulo e criatividade foram fatores que fizeram a diferença na prestação dos serviços, o que pode ser evidenciado durante as visitas nas Bibliotecas de Acesso Cidadão. Algumas das ações feitas por esses profissionais já foram abordadas nos parágrafos anteriores, mas ações que sirvam para melhorar o acesso à informação, que auxiliem no processo de aprendizagem, devem ser evidenciadas, pois ter conhecimento de como preparar tecnicamente um material é um diferencial, que por si só não é o bastante caso não seja acompanhado da vontade de realizar as tarefas que a ação requer.

Na Biblioteca E8, o profissional que ali atuava tomou a iniciativa de selecionar os livros por assunto, identificando o acervo existente de acordo com a classificação que havia estabelecido, colocando nas prateleiras e nas estantes informações que auxiliassem a recuperação da informação.

Embora a classificação usada fosse bem simples, sem seguir os critérios da biblioteconomia, servia a seu propósito, facilitando o uso, no caso a consulta local e o empréstimo.

O material bibliográfico disponível no acervo era identificado com etiquetas dispostas nas prateleiras informando o assunto das obras, conforme demonstrado nas Figuras 16 e 17.

lombadas dos livros e encontrar o que procura, ou então descobrir algo que desperte a curiosidade. Esse prazer de percorrer os espaços entre as estantes, a busca de informação não deve ser negado a ninguém. Deste modo, nas Bibliotecas cidadãs, os funcionários, bibliotecários ou não, demonstraram empenho no exercício de sua profissão.

As Bibliotecas, que em geral possuem o tamanho de uma sala de aula ou ocupam uma sala de aula transformada em Biblioteca, tem que ter um diferencial que sirva para distingui-la dos outros locais, cabe a esses profissionais tornar o ambiente o mais organizado e acolhedor possível, de forma que seja despertado nos alunos o desejo de visitar a Biblioteca.

Os funcionários da Biblioteca da Escola E3, no caso um bibliotecário e dois professores readaptados, no início do ano letivo percorrem as salas de aula, divulgando a Biblioteca, fazendo na realidade um convite para que os alunos passem a freqüentar o local, ação esta que resulta em acesso à informação aos estudantes e, conseqüente, possibilidade de conhecimento.

Ao visitar a Biblioteca da Escola E3, foi possível vivenciar que existe interação, harmonia e solidariedade entre os funcionários do setor e a comunidade escolar, possibilitando que a informação circulasse mais rapidamente, por conta dessa proximidade. Pode ser citada como evidência dessa interação, o mural criado pelos funcionários do setor com a finalidade de divulgar informações que julgassem úteis ao público interessados nos serviços prestados pela Biblioteca (Figura 18).



Figura 18 – Painel de aviso da Biblioteca E3
FONTE: PENEDO, 2007.

No painel, denominado Curiosidades, disposto em local bem visível, acima do expositor de revistas e próximo à entrada, os textos chamavam a atenção dos estudantes e professores que visitavam o local, em geral possuindo matérias com títulos bem chamativos, tais como: Carreiras do futuro; Vestibular: a hora da decisão; e Estudar não dói.

Para despertar nos alunos o hábito de leitura, que auxilia o processo de ensino e aprendizagem, foi possível durante a pesquisa conhecer algumas ações implementadas pelas Bibliotecas de Acesso Cidadão.

Nessas Bibliotecas, os artifícios usados para a conquista leitores iam até premiações a participações em eventos promovidos pelo setor. A Biblioteca da Escola E3 promoveu durante a Semana do Livro e da Biblioteca exposições e palestras com autores locais (Figuras 19 e 20).



Figura 19 – Evento promovido pela Biblioteca E3
FONTE: PENEDO, 2007.

Alguns alunos declamaram poesias de autores amazonenses, que foram escolhidas pela professora de Língua Portuguesa, enquanto outros participaram por meio de encenação de peças teatrais ou auxiliando na ornamentação dos locais onde foi realizado o evento, a Biblioteca e a quadra de esporte.



Figura 20 – Evento promovido pela Biblioteca E3
FONTE: PENEDO, 2007.

Durante o evento, pode-se notar o interesse da comunidade escolar ao verificar quais eram os livros mais lidos pelos alunos e também pela leitura de poemas de autores amazônicos expostos em cartazes. Por meio de um caderno denominado “Obras Literárias: Eu

indico”, os usuários da Biblioteca da Escola E9 eram incentivados a recomendar obras que já tinham lido e tinham gostado (Figura 21).



Figura 21 – Exemplo de incentivo à leitura Biblioteca E9
FONTE: PENEDO, 2007.

Os alunos eram estimulados a elaborar um resumo referente à obra que gostariam de indicar, na tentativa de despertar o interesse de outros leitores para o referido livro (Figura 22).

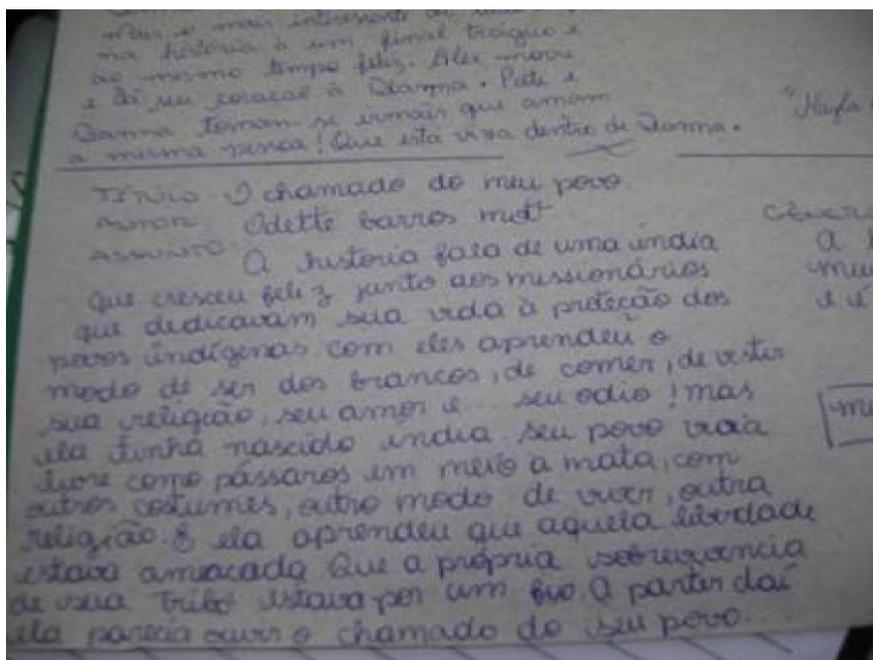


Figura 22 – Exemplo de indicação de uma obra literária por um aluno Biblioteca E9
FONTE: PENEDO, 2007.

De acordo com Andrade (2005), a Escola que queira investir em estimular os alunos a leitura, não pode ignorar a importância da Biblioteca escolar funcionando de forma dinâmica para atender a seus usuários.

A interação de bibliotecários e professores foi observada em algumas Bibliotecas, o que resultava em uma parceria que trazia benefícios ainda maiores aos alunos. Alguns professores, por exemplo, antes de elaborarem trabalhos de pesquisa, tinham o cuidado de verificar se na Biblioteca existia acervo sobre o tema a ser trabalhado com os alunos.

O professor P2E3 demonstra sua interação com a Biblioteca, afirmando “antes de passar um trabalho eu vou à Biblioteca e verifico quais os livros podem ser usados pelos alunos, na realidade eu incentivo muito o uso da Biblioteca para as atividades escolares”.

Na inexistência do material, em geral, os próprios professores o providenciavam, trazendo materiais pertencentes as suas Bibliotecas particulares.

Quanto aos serviços prestados pelas Bibliotecas, na maioria, são restritos à consulta local e empréstimo domiciliar. Nas Bibliotecas de Acesso Cidadão, esse serviço é registrado diariamente, conforme apresentado no Gráfico 4.

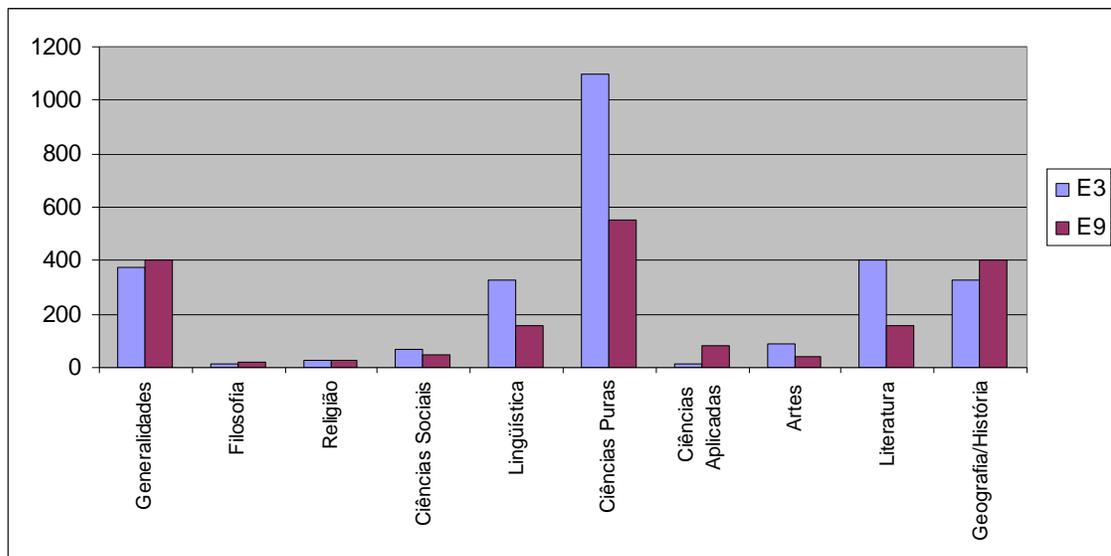


Gráfico 4 – Consulta local das Bibliotecas E3 e E9
FONTE: PENEDO, 2007

5.2.2 Escolas Usuárias e as Bibliotecas de Acesso Usuário

Usuárias foram consideradas as escolas onde o cuidado com o ambiente não era o ponto forte. Os jardins eram quase inexistentes, sendo que em algumas áreas era comum ver descarte de lixo junto a algumas plantas que teimavam em existir (Figura 23), quadro que tornava mais desolador o ambiente escolar.

Em geral, as paredes das escolas continham pichações e infiltrações que demonstravam a falta de cuidado com o bem público, contribuindo para dar maior aspecto de desleixo (Figura 24).

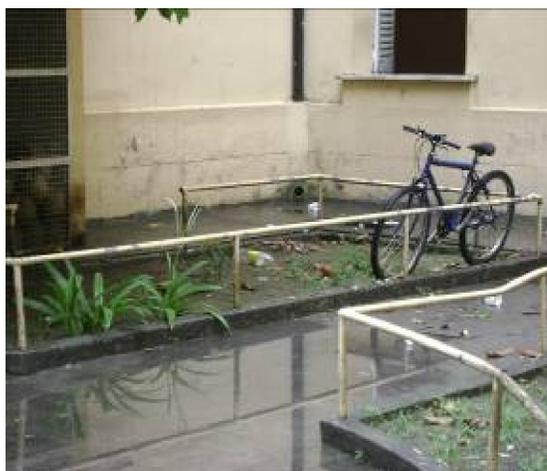


Figura 23 – Jardim Escola E2
FONTE: PENEDO, 2007.



Figura 24 – Parede Escola E6
FONTE: PENEDO, 2007.

Quanto às sinalizações eram insuficientes ou inexistentes, lembrando que a falta de identificação das salas dificultava a orientação dos visitantes e alunos novos, que ainda não conheciam o local (Figura 25).



Figura 25 – Sinalização inadequada Biblioteca E6
FONTE: PENEDO, 2007.

Nas Bibliotecas de acesso usuário, localizadas principalmente em escolas tradicionais da cidade, cujos dirigentes afirmavam possuírem vasto acervos bibliográficos e bom espaço físico, foi motivo de decepção e descontentamento a falta de organização dessas Bibliotecas, que contavam com estantes com identificação errada e obras sem etiquetas de identificação (Figura 26).



Figura 26 – Indicação errada prateleira Biblioteca E1
FONTE: PENEDO, 2007.

Como pode ser verificado, a figura demonstra que embora a indicação da prateleira indicasse que as obras eram relativas a desenhos, na verdade, continha livros de literatura.

Esses fatos podem ter sido resultantes de profissionais desinteressados, inaptos para a função, uma vez que a impressão obtida é que esses funcionários, incluindo até bibliotecários, não tinham vontade de trabalhar no setor. Fatos como esses, já haviam sido constatados em outras Bibliotecas Escolares do país onde há profissionais burocráticos, que trabalham sem emoção e sem compromisso pedagógico com a instituição que em seus estágios letárgicos esperam com ansiedade a saída do último usuário para apagarem as luzes do local (FRAGOSO, 1996), esperando apenas, segundo a autora, a chegada de suas aposentadoria. De acordo com Harrison (2000), é a atitude desses profissionais no atendimento da comunidade escolar irá afastar ou aproximar o usuário da Biblioteca. Por isso, é importante que o atendimento seja realizado por pessoas treinadas, que possam auxiliar o usuário nas suas buscas por informação, seja em livros, revistas ou em base de dados disponíveis.

Também foi constatado que a falta de aparelhos tecnológicos, como computadores, muitas vezes passa a ser desculpa para todos os problemas existentes no local. Em geral, a queixa era de que a Biblioteca era desvalorizada e que por isso os alunos preferiam ir buscar informações na Internet. De forma alguma os profissionais eram incapazes de reconhecer a ineficiência de seus serviços prestados como profissionais para atrair a comunidade escolar para usar a Biblioteca.

As necessidades de melhorias como em outros tipos de Bibliotecas eram muitas, assim como as carências de iniciativas para superar esses obstáculos, também eram grandes. A falta de uma mapoteca para armazenar os mapas existentes e outros materiais que necessitassem deste tipo de móvel era a desculpa para que esses materiais ficassem enrolados dentro de um recipiente (Figura 27) ou então escondidos em alguma prateleira no acervo, o que desestimulava o seu uso.



Figura 27 – Suporte inadequado para armazenar mapas Biblioteca E1
FONTE: PENEDO, 2007.

Como em outras escolas, a carência de estantes também era observada e acabava por contribuir para tornar o ambiente da Biblioteca mais desorganizado, com enormes caixas de papelão contendo materiais que deveriam estar disponíveis para os alunos nas estantes (Figura 28).



Figura 28 – Acervo Biblioteca E2
FONTE: PENEDO, 2007

Quanto ao acervo, pode-se evidenciar que este não era organizado, sendo, em algumas Bibliotecas, tanto a forma de arrumação nas estantes quanto o estado de conservação dos materiais e sinalização do local, considerados lastimáveis.



Figura 29 – Identificação inadequada de obras Biblioteca E2
FONTE: PENEDO, 2007.

Nessas Bibliotecas, não havia catálogos de autor, título e assunto, o que, na realidade, não foi encontrado em nenhuma das Bibliotecas que serviram de objeto para essa pesquisa. Por isso, a falta de sinalização demonstrada na Figura 29, dificultava ainda mais a busca por informações pela comunidade escolar.

Quanto aos serviços oferecidos pelas Bibliotecas de Acesso Usuário, o usual era o empréstimo local e o empréstimo domiciliar, que geralmente não eram controlados, ou seja, os dados relativos a esses serviços não eram anotados, o que dificultou a obtenção de dados para essa pesquisa.

O ambiente da Biblioteca era desprovido de informações referentes a boas vindas, informações sobre o uso do setor ou mesmo outras informações úteis aos usuários, como palestras e cursos, sendo também inexistentes os quadros de avisos ou similares.

Nas cinco escolas tipificadas como usuárias, em geral, os serviços prestados a comunidade escolar eram baseados em serviços de consulta local e empréstimo, sendo que

três dessas Bibliotecas contavam com apoio de bibliotecário, o que de forma alguma impediu que, mesmo assim, a organização tivesse deixado a desejar.

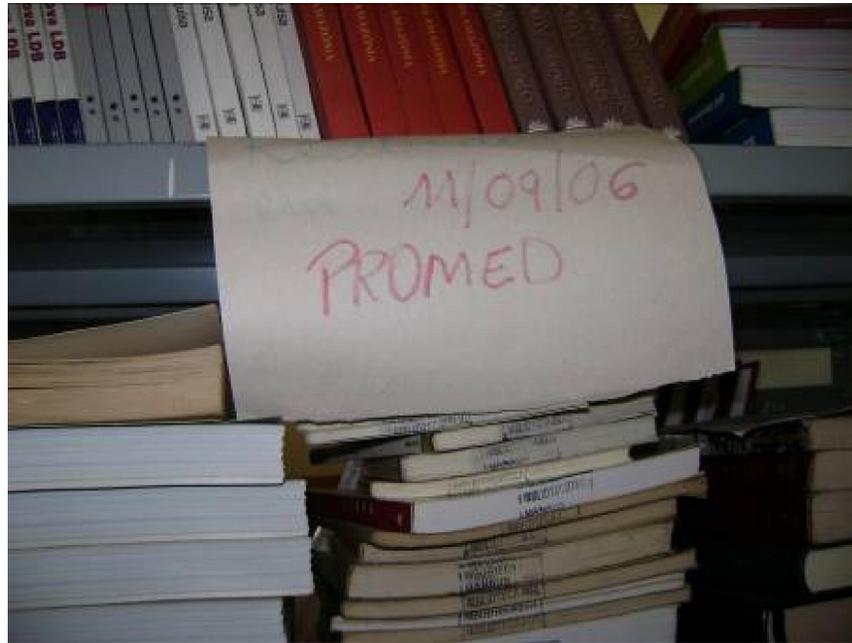


Figura 30 – Material do acervo Biblioteca E2
Fonte: PENEDO, agosto de 2007.

Em muitas estantes, as obras não correspondiam à seleção por assunto, tendo sido possível notar que em algumas Bibliotecas os materiais recebidos e que deveriam estar à disposição dos usuários, passavam muitos meses para serem preparados e destinados ao uso. A Figura 30 retrata bem o caso, uma vez que ela foi feita em agosto de 2007, ou seja, quase um ano já havia se passado do recebimento do material e ele ainda não havia sido catalogado. Essa situação, aliás, nem pode ser considerada pontual, já que existiam muitos avisos desse tipo na Biblioteca E2.

A impressão que se tinha era que os profissionais, bibliotecários ou não, estavam desmotivados, fator esse que desencadeava reflexos na organização da Biblioteca, que possuía mapas amontoados e estantes com livros fora de ordem, que não correspondiam à identificação das prateleiras, situações ocasionadas principalmente pela falta de reposição correta do material após consulta pelo profissional, pelo aluno ou professor que utilizou esse

material, lembrando que é imprescindível que os usuários recebam a orientação de que, após o uso, o material deve ser deixado sobre a mesa e não repostos nas estantes.

No acervo da Biblioteca da Escola E2 podia-se ver na mesma prateleira livros com etiquetas referentes ao assunto e livros somente com etiquetas de tombamento, o que resultava em dificuldades tanto para o armazenamento da obra como para a recuperação da informação.

Dificuldades para acesso à informação nessas Bibliotecas eram diversas, dentre elas a localização das estantes que muitas vezes impossibilitavam o acesso e a retirada das obras, conforme retrata a Figura 31.



Figura 31 – Dificuldades de acesso as estantes Biblioteca E1
FONTE: PENEDO, 2007.

Esse tipo de situação conduz a pensar que o profissional que atuava no setor pouco se interessava se o aluno ou o professor teriam dificuldade de chegar a estante para procurar um livro. Caberia a esse profissional perceber que a colocação da estante nesta posição só acarretava dificuldades e que, portanto, a máquina reprográfica não deveria ocupar esse espaço, uma vez que cabe aos profissionais que atuam nas Bibliotecas a melhoria constante

nos serviços, incluindo o direito da comunidade de usar da melhor forma possível o acervo e as informações nele contidas.

Diversos foram os exemplos de dificuldades observadas nas Bibliotecas de Acesso Usuário que ocasionavam entraves para a busca e obtenção de informações, incluindo a colocação de mesas fechando o acesso aos alunos para o acervo, como foi identificado na Biblioteca da Escola E2, contrariando as observações de Macedo (2005) e Campello (2005) que afirmam que as Bibliotecas Escolares necessitam de ações que incentivem o uso do setor pelos alunos e professores.



Figura 32 – Quadro de aviso da Biblioteca E2
FONTE: PENEDO, 2007.

Uma das formas de chamar a atenção de alunos e professores são as campanhas de divulgação da Biblioteca e de seus serviços. No entanto, a falta de comunicação entre a Biblioteca e a comunidade escolar foi claramente evidenciada, tanto que quando existiam

quadros de avisos nas Bibliotecas de Acesso Usuário, em geral, esses encontravam-se vazios (Figura 32).

5.2.3 Escolas Precárias e as Bibliotecas Sem Acesso

Foram as que causaram as piores impressões ao serem visitadas, pois o aspecto de abandono, por parte do poder público era presente no local. Nos corredores, diferentes do que é comum nas escolas, não havia enfeites ou exposições de trabalhos de alunos. A visão que se tinha era de um local decadente (Figura 33).



Figura 33 – Acesso Biblioteca E4
FONTE: PENEDO, 2007

Tinha-se a impressão que o espaço físico era insuficiente para abrigar uma escola. Havia lugares em que as grades faziam parte da paisagem local, sendo os espaços contidos

por barras de ferro, objetos que não combinam com o ambiente escolar, pois cerceiam a liberdade, tornando-o um lugar depressivo, como uma cadeia (Figuras 34 e 35).



Figura 34 – Visão interna Escola E4
FONTE: PENEDO, 2007.



Figura 35 – Visão interna Escola E5
FONTE: PENEDO, 2007.

Em geral, as pinturas das paredes das escolas eram gastas e sujas (Figuras 36 e 37), fator que não contribuía para que a comunidade escolar fosse incentivada a cuidar desse ambiente. Além disso, cobrar dos alunos o cuidado com os livros e as cadeiras, representa uma dificuldade, uma vez que o próprio ambiente destinado a eles para o estudo representa nada mais que descuido.



Figura 36 – Parede interna Escola E4
FONTE: PENEDO, 2007.



Figura 37 – Parede interna Escola E5
FONTE: PENEDO, 2007.

Nesses locais, a Biblioteca era o retrato do descaso, nem devendo ser chamada de Biblioteca, não passando, conforme Silva (1995), de depósito de livros ou materiais inservíveis (Figuras 38 e 39).



Figura 38 – Acervo Biblioteca E4
FONTE: PENEDO, 2007.



Figura 39 – Acervo Biblioteca E5
FONTE: PENEDO, 2007.

As Figuras 38 e 39 representam bem o que Paiva e Berenblum (2006) afirmam, ou seja, muitas Bibliotecas são confundidas com depósitos de livros amontoados e sem qualquer organização.

Essa visão geral das Bibliotecas serviu para compreender as carências vivenciadas pela comunidade escolar na busca por informações.

5.3 Características dos Participantes da Pesquisa

Na primeira fase da pesquisa, foram aplicados 54 formulários junto aos professores das instituições de ensino selecionadas, sendo que em algumas delas, a participação dos docentes foi maior que em outras. Em geral, os formulários foram aplicados durante o intervalo para o lanche, tendo sido o tempo disponível muito pouco, não mais que dez

minutos, intervalo de tempo que fez com que houvesse a necessidade de que muitas visitas fossem feitas à mesma escola para que se conseguisse que os professores que estivessem dispostos a responder as perguntas constantes no formulário, pudessem ser ouvidos.

Nas escolas cidadãs, dentre os 18 professores participantes da pesquisa 61% eram do sexo feminino, 39% pertenciam ao sexo masculino, 94% possuíam nível superior e 6% nível médio. Já nas escolas usuárias, dos 24 participantes 67% eram do sexo feminino e 33% do masculino. Nas escolas precárias, dos 12 participantes 87% eram do sexo feminino e 13% masculino. Sendo assim, as respostas dos formulários, portanto, são muito pautadas na visão das professoras.

Na pesquisa, a participação maior foi dos profissionais que lecionavam disciplinas referentes à área de Ciências da Natureza: Matemática, Biologia, Física e Química (Gráfico 5).

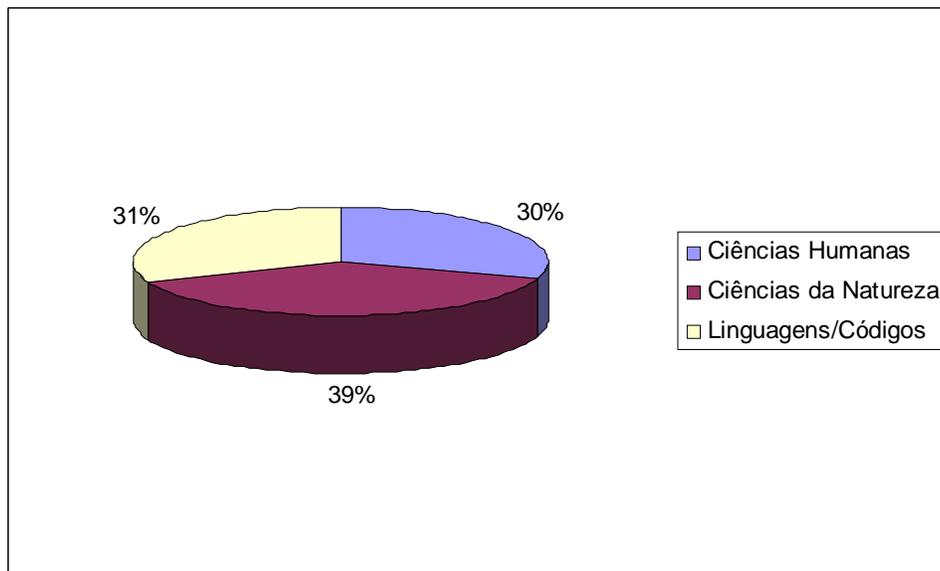


Gráfico 5 – Disciplinas lecionadas pelos professores participantes da pesquisa
FONTE: PENEDO, 2007

Nas escolas cidadãs, a maior participação por disciplina, foi dos professores de Biologia, enquanto nas escolas usuárias e precárias a predominância foi dos professores de Língua Portuguesa.

O fato de ter obtido informações de professores que ministravam aulas de diferentes disciplinas para o Ensino Médio, contribuiu para enriquecer a pesquisa com diferentes visões e necessidades informacionais desses usuários.

Dos professores pesquisados, 55% possuíam menos de dois anos de atuação nas escolas estudadas. Esse percentual era maior nas escolas cidadãs, chegando a representar 61%, seguidos de 55% nas usuárias e 46% nas precárias 46%, valendo destacar que o menor percentual era o de professores com mais de 10 anos de atuação na instituição de ensino.

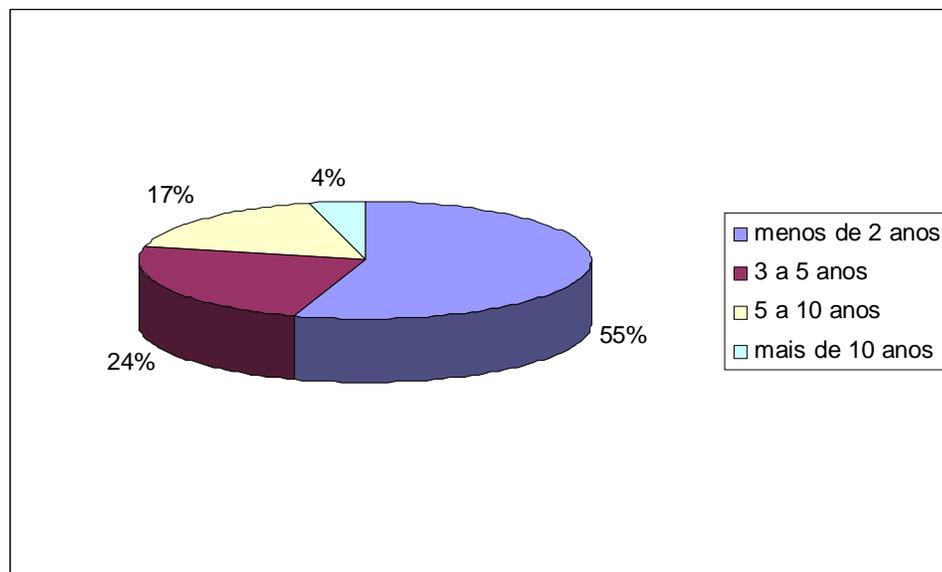


Gráfico 6 – Média de anos trabalhados pelos professores nas escolas estudadas
Fonte: PENEDO, 2007.

Ns Escolas onde as Bibliotecas estudadas estão localizadas, a maior parte dos gestores ocupava o cargo na instituição há menos de dois anos (Gráfico 7).

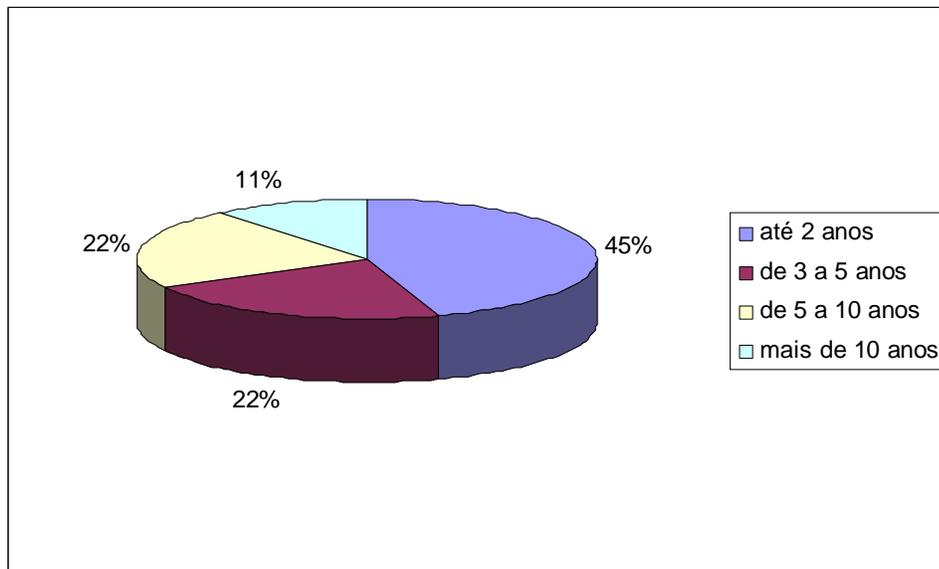


Gráfico 7 – Tempo de trabalho dos gestores das escolas
 FONTE: PENEDO, 2007.

O quadro funcional das Bibliotecas demonstrou que os professores readaptados representavam 45% dos responsáveis pelos locais, seguidos de 30% de auxiliares administrativos e 25% de bibliotecários (Quadro 9).

TIPO DE ESCOLA	PROFISSIONAIS		
	Bibliotecário	Professor readaptado	Auxiliar
Escola Cidadã			
Escola 3	1	2	0
Escola 8	0	2	0
Escola 9	1	2	1
Escola Usuária			
Escola 1	0	1	2
Escola 2	1	1	1
Escola 6	1	1	0
Escola 7	1	1	1
Escola 10	0	0	1
Escola Sem Acesso			
Escola 4	0	0	0
Escola 5	0	0	0

Quadro 9 – Profissionais que atuavam nas Bibliotecas estudadas
 FONTE: PENEDO, 2007

Tais percentuais comprovam os relatos de Silva (1995) relacionados ao fato de que a maioria dos funcionários das Bibliotecas Escolares é composta por professores remanejados das salas de aula, ou seja, professores readaptados.

5.4 A Biblioteca na Visão dos Professores

De acordo com os dados colhidos pelos formulários, no quesito correspondente ao uso da Biblioteca pelos professores, a maioria informou que usa o local (Gráfico 8). Conforme respostas dos professores, nas escolas cidadãs 88% afirmaram ter usado o setor no ano de 2007, enquanto nas escolas usuárias e precárias esses percentuais foram 37% e 33%, respectivamente.

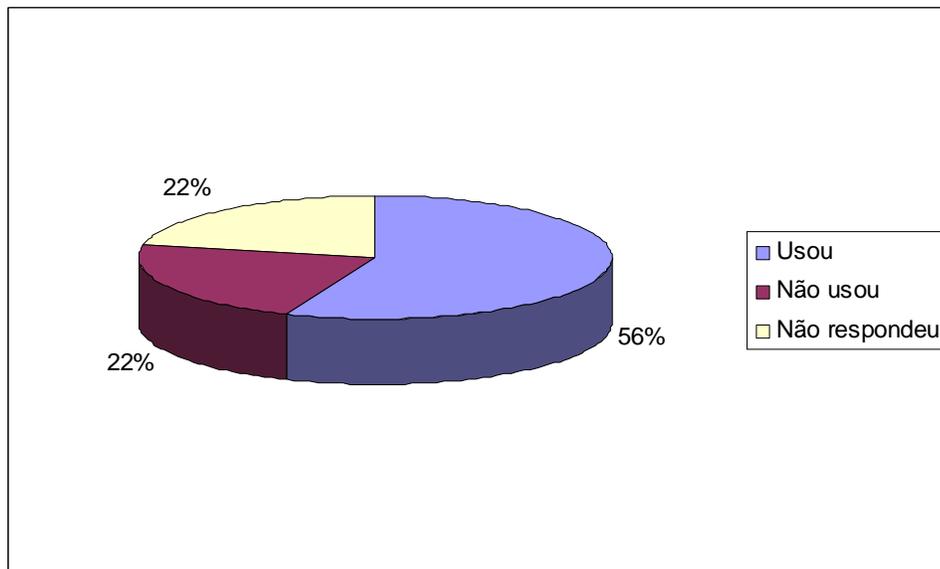


Gráfico 8 – Uso da Biblioteca pelos professores
FONTE: PENEDO, 2007.

Ainda em relação às questões referentes à utilização das Bibliotecas, os professores informaram que na última visita que fizeram às Bibliotecas, nas de Acesso Cidadão: 77% encontraram o que necessitavam, 17% não encontraram e 6% não responderam. Nas

Bibliotecas de Acesso Usuário: 42% afirmaram ter encontrado o que queriam, 41% não acharam o que precisavam e 17% não quiseram responder. Nas Bibliotecas Sem Acesso, esses percentuais foram bem diferentes: 25% informaram ter encontrado o que desejavam, 42% não encontraram o que queriam e 33% não quiseram responder ao questionamento.

Os dados acima citados podem permitir relação com fatos que já foram observados, descritos e registrados, nas fotos que compõem a descrição dos tipos de Bibliotecas anteriormente já citadas, ou seja, o percentual maior de uso das Bibliotecas se deu nas de acesso cidadão em relação aos outros tipos. Mas por que será que esse tipo de Biblioteca foi o mais usado?

Nas Bibliotecas de Acesso Cidadão os acervos identificados possibilitavam aos professores a obtenção mais rápida das informações necessárias. A ordenação dos livros nas estantes propiciava à comunidade escolar oportunidades de visualizar melhor, as obras disponíveis no acervo, sendo que essa organização das Bibliotecas das escolas cidadãs só era possível porque contavam com profissionais que possibilitavam a divulgação e utilização do setor.

Os dados referentes aos professores que não utilizaram a Biblioteca da Escola em período superior a um ano, nas Bibliotecas de Acesso Cidadão representaram 6% e nas Bibliotecas de Acesso Usuário e Sem Acesso foram de 17%.

O alto percentual de professores que não utilizaram essas Bibliotecas por mais de um ano pode estar relacionado ao que Silva (1995) denomina de fatores interbibliotecários, no caso, a falta de organização. Para o autor, organização deficiente dificulta a localização de informações. Essas Bibliotecas apresentavam esse tipo de problema, que na verdade estava relacionado a dois fatores: falta de profissionais capacitados para desempenhar as funções pertinentes aos serviços de uma Biblioteca e existência funcionários desestimulados, fatores

que, na realidade, contribuíram para dificultar o acesso de professores e alunos às informações disponíveis nessas Bibliotecas.

Quanto a não utilização do setor, 6% dos professores das Bibliotecas de Acesso Cidadão responderam que não usam o setor, sendo esse percentual representado por 4% nas Bibliotecas de Acesso Usuário e 33% nas Bibliotecas Sem Acesso.

Nota-se pelos dados da pesquisa que os profissionais que usaram pouco ou não utilizaram a Biblioteca, foram os pertencentes às Escolas Precárias e Bibliotecas Sem Acesso, fator que pode ser evidenciado pela resposta obtida na entrevista com o professor P2E5 que afirmou que não usa a Biblioteca porque “ela não funciona, não tem funcionário”. O profissional informou que prefere usar os próprios livros porque o material existente na Biblioteca “deixa a desejar, a maioria das Bibliotecas das escolas é pra inglês ver”. De acordo com P2E5, isso desacostumou o professor a usar a Biblioteca e o pior é que:

“nós vamos repassar isso pro aluno e a nossa geração. A gente vê o resultado do SAEB e do ENEM, em que os alunos não conseguem interpretar textos por falta de leitura. Então, o grande problema das provas do PSC e do ENEM são questões de interpretação, em que o aluno não tem leitura e tem grandes dificuldades de entender”.

O relato do professor P2E5 confirma o que Silva (1995) já propalava, ou seja, que o acesso à leitura ainda não foi democratizado e isso vem sendo reproduzido desde a época do Brasil Colônia, com o analfabetismo e a inexistência de Bibliotecas. Por isso, é desolador verificar, por meio das informações obtidas, a frequência do uso da Biblioteca da Escola, onde: 59% responderam que procuram o local raramente, 28% com frequência e 13% não responderam.

Quanto ao espaço físico, o professor P1E7 afirma que “nós precisamos de escola aparelhada, pois, em geral, a Biblioteca é uma salinha, com livros desatualizados, que não tem nem computador”.

Pelo que pode ser apurado nas entrevistas, é notório que o espaço físico das Bibliotecas é insuficiente para atender a demanda e comportar o acervo. Para o P2E5, a existência de uma Biblioteca virtual resolveria o problema de espaço físico, já que segundo o professor: “[...] você poderia usar a Biblioteca ‘on-line’ acessando acervos do mundo todo”, o que de acordo com o próprio professor representa uma realidade ainda muito distante, considerando-se que a Biblioteca ao menos dispõe de um computador.

De acordo com o professor P1E5 questão de espaço é crucial na Escola, tanto que na Escola E5 acabaram com a sala de vídeo que funcionava, para implementar uma Biblioteca que não funciona. Conforme o professor, talvez em alguma visita do MEC, alguém tenha visto “o escândalo que era aquele espaço físico”, o que pode realmente ser evidenciado na primeira visita feita à Escola, quando foi possível verificar a existência de uma sala de vídeo e de uma sala ao lado onde havia um depósito onde ficavam os livros. Posteriormente, essas salas foram unidas, porém o material lá encontrado não passou por qualquer tipo de organização.

Na verdade, a comunidade da Escola E5 ficou sem poder usar a sala de vídeo e tampouco a Biblioteca, que não possui a menor condição de funcionamento. Os móveis disponíveis no local correspondem a um balcão que diminui ainda mais o reduzido espaço, uma mesa que foi remanejada do refeitório, um aparelho de ar-condicionado em condições precárias e uma televisão

Quanto aos acervos das Bibliotecas, os Gráficos 9 e 10 demonstram a opinião dos professores sobre os mesmos.

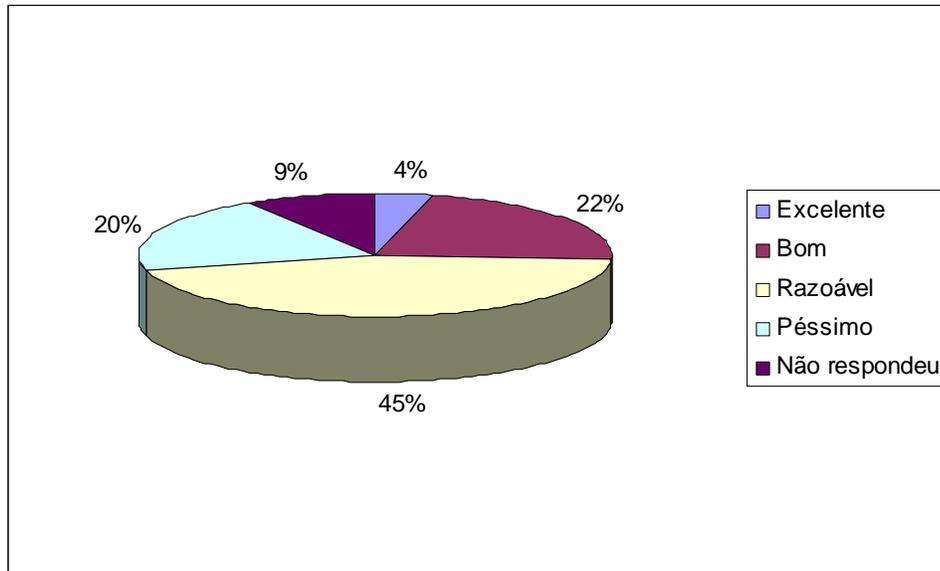


Gráfico 9 – Opinião dos professores quanto ao acervo das Bibliotecas
FONTE: PENEDO, 2007

Quanto aos acervos das Bibliotecas de Acesso Cidadão 44% dos entrevistados os consideraram razoáveis, 39% bons, 11% péssimos e 6% excelentes. Nas Bibliotecas de Acesso Usuário, 54% dos professores os acham razoáveis, 13% bons, 29% péssimos e 4% não responderam. Nas Bibliotecas Sem Acesso, 25% afirmaram que os acham razoáveis, 17% bons, 17% péssimos, 8% excelentes e 33% não responderam, reforçando que esse alto índice de abstenção nas Bibliotecas Sem Acesso sugere que o local efetivamente não é utilizado.

No cômputo geral, 45% dos professores consideraram os acervos de todas as Bibliotecas razoáveis. Desse ponto de vista, quais são então os motivos que levam esses profissionais a não utilizarem mais a Biblioteca? De acordo com Gasque e Costa (2003), os professores buscam informações inicialmente nos canais informais, que são os arquivos pessoais e os colegas, para depois usar o canal formal, neste caso específico, a Biblioteca.

Na questão relacionada à temática ambiental, a pesquisa procurou saber dos professores se as Bibliotecas das Escolas possuem acervo que atenda às necessidades dos alunos.

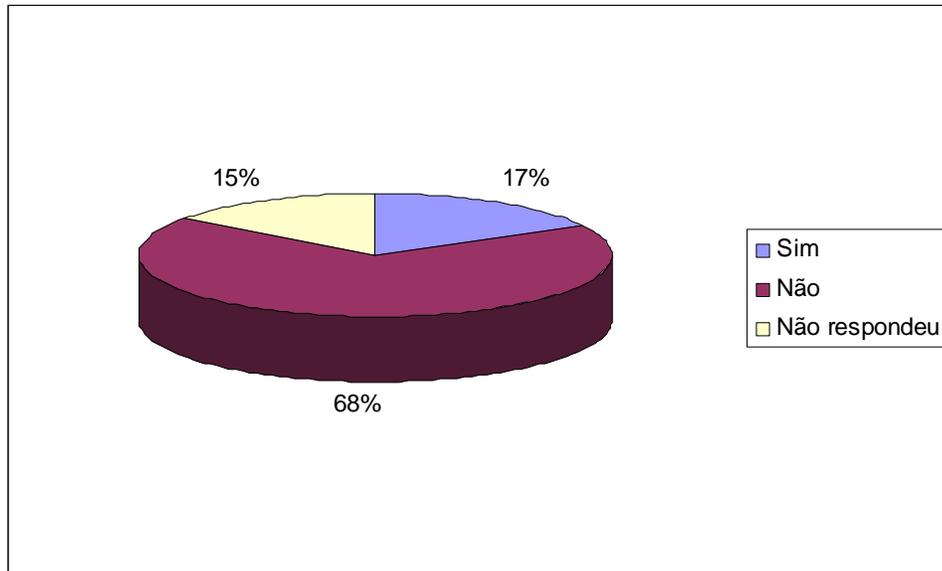


Gráfico 10 – Opinião dos professores quanto ao atendimento da necessidade dos alunos
FONTE: PENEDO, 2007.

De acordo com o Gráfico 10, as informações obtidas demonstram que as aquisições de acervos para as Bibliotecas não observam as reais necessidades dos usuários, o que pode ser reforçado com o relato do professor P3E2 ao afirmar que “Embora o acervo da E2 seja bom, ainda faltam revistas específicas na área de química e ecologia, além de não contar nem com a revista Água Doce que é distribuída gratuitamente”. O que demonstra que não é feito um levantamento das necessidades informacionais junto aos professores, que não são ouvidos. Ele ainda critica o governo por distribuir grande quantidade de gibis, deixando de investir em acervos sobre temas específicos, como as questões ambientais.

Foi comum ouvir comentários de que o acervo das Bibliotecas não era condizente com as necessidades da comunidade escolar, tanto que muitos professores não tiveram seus pedidos atendidos na última visita que fizeram ao setor.

Além da falta de atualização dos acervos, outros motivos descritos no Quadro 10, foram identificados na pesquisa quanto ao não atendimento das solicitações dos professores na última visita feita à Biblioteca da Escola.

TIPO DE BIBLIOTECAS	MOTIVOS ALEGADOS
ACESSO CIDADÃO	
Biblioteca E3	Não tinha o livro
Biblioteca E8	Não tinha o assunto
Biblioteca E9	Não citou nada
ACESSO USUÁRIO	
Biblioteca E1	Edição ultrapassada
Biblioteca E2	Não tinha o livro, não tinha o conteúdo procurado, material desatualizado
Biblioteca E6	Não tinha o material
Biblioteca E7	Faltava o exemplar, a Biblioteca não tinha o que necessitava
Biblioteca E10	Faltava o tema procurado
SEM ACESSO	
Biblioteca E4	Material desorganizado
Biblioteca E5	Local fechado, acervo desorganizado

Quadro10 – Motivos de não atendimento das solicitações dos professores pelas Bibliotecas
 FONTE: PENEDO, 2007.

Para o professor P1E7, “Podemos dizer que na nossa Biblioteca o acervo não condiz com as necessidades. O que existe são livros de matemática e biologia, que não tratam do assunto dos temas ambientais de forma sistêmica e transversal”. Segundo o profissional, isso se reflete nos trabalhos de pesquisa dos alunos, que por não terem acesso a fontes diversas de informação, apresentam textos com pouca fundamentação teórica.

Os motivos citados no Quadro 10 podem ter contribuído para o resultado evidenciado pela pesquisa, uma vez que dos professores que usaram a Biblioteca ultimamente 50% afirmaram ter encontrado o que precisavam no setor durante a última visita, 33% responderam não ter encontrado e 17% não responderam.

Na opinião dos professores que responderam ao formulário, para que a Biblioteca possa atender às necessidades pedagógicas de sua comunidade é preciso maior investimento nos itens: Acervo, Organização, Equipamentos de Informática e Espaço Físico (Gráfico 11).

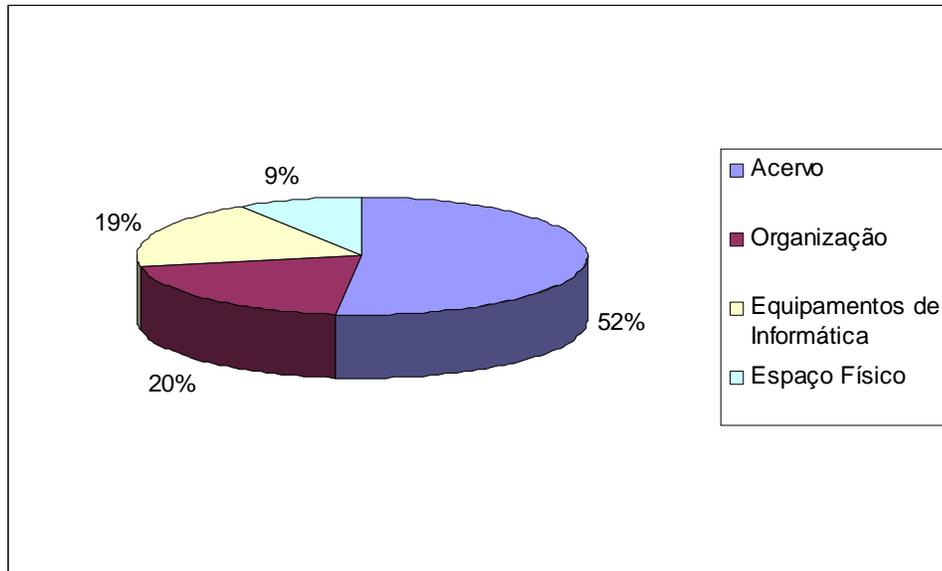


Gráfico 11 – Indicações de melhorias para as Bibliotecas
FONTE: PENEDO, 2007.

Quanto à organização, 15% dos professores afirmaram que as Bibliotecas necessitam de contratação de funcionários para que possam atuar nos turnos de funcionamento da escola, sendo que 5% das respostas foram referentes à necessidade de melhorias quanto à organização das informações. Os dados reforçam os fatos verificados durante a pesquisa, de que a quantidade de profissionais atuando nas Bibliotecas é insuficiente, o que faz com que algumas delas funcionem somente em determinado turno.

Do total das questões relativas aos acervos, 26% indicaram a necessidade de atualização, sendo que 9% citaram a necessidade de assinaturas de periódicos, 3% de aquisições de mapas, 9% de documentários e 5% de base de dados.

Na parte referente a equipamentos de informática, 9% afirmaram a necessidade de aquisição de computadores e 10% de acesso a Internet. Quanto ao espaço físico, 10% das respostas foram referentes à necessidade das Bibliotecas possuírem área física maior para que possa abrigar mais estantes, cadeiras e mesas, propiciando assim melhor atendimento à comunidade escolar.

Nas questões referentes às atividades realizadas pelas Bibliotecas para efetuar o repasse de informações ambientais para a comunidade escolar, 15% dos entrevistados afirmaram conhecer essas atividades, que em geral eram feitas durante a Semana do Meio Ambiente, no entanto a maioria esmagadora, ou 85%, desconhecia essas ações.

Os professores foram questionados se em suas aulas abordavam a temática ambiental com seus alunos e de acordo com as informações obtidas constatou-se que 93% trabalham as informações ambientais com seus alunos, mas 7% não o fazem.

O professor PIE1 trabalha o tema abordando a questão do clima e vegetação, sendo que para ele “[...] o problema da ocupação desordenada que acontece em nosso Estado, é que a maioria da população passa a ocupar áreas sem infra-estrutura, perto de igarapés ou áreas de florestas, passando a desmatar esses locais [...]”. Ao ser perguntado se a Biblioteca da Escola é utilizada para pesquisa sobre o assunto PIE1 ponderou que “[...] procurar na Biblioteca da Escola é difícil porque nós não temos esse acervo, principalmente de obras sobre nosso Estado”. De acordo com PIE1, quando necessita trabalhar com os alunos essas informações, o próprio professor providencia material, fornecendo revistas que assina, ou então pedindo para os alunos procurarem na Internet.

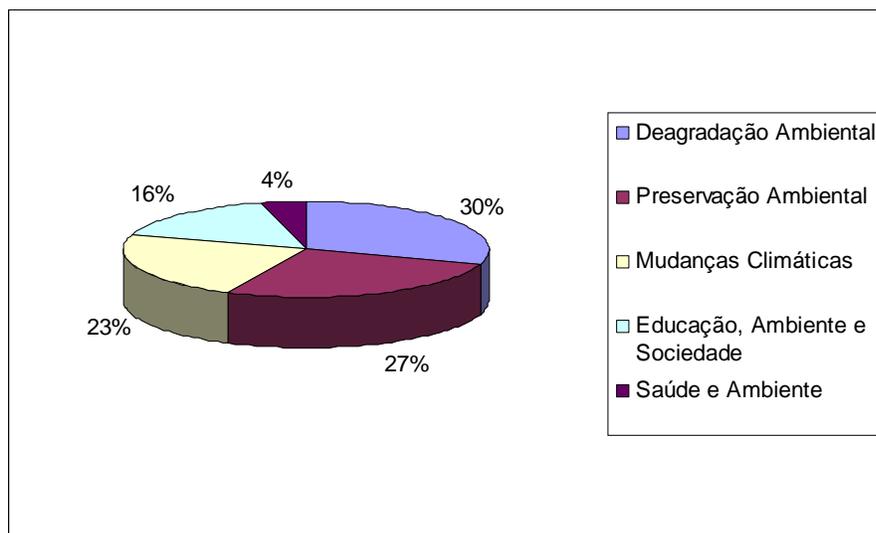


Gráfico 12 – Temas ambientais indicados como relevantes pelos professores
FONTE: PENEDO, 2007.

De acordo com as respostas dos formulários, os temas mais relevantes trabalhados em sala de aula com os alunos, foram os citados pelos professores constantes no Gráfico 12, temas esses que circulam nos noticiários, estão presentes em revistas e jornais, são trabalhados na Escola e devem fazer parte dos acervos dessas Bibliotecas, para possam subsidiar as atividades da comunidade escolar.

Esses temas que são necessários são também almejados pelos profissionais das Bibliotecas, para que sejam adquiridos para os acervos locais. De acordo com o profissional da Biblioteca da Escola E9, “os alunos buscam muito os assuntos referentes a problemas ambientais, principalmente sobre o aquecimento global, a questão climática e a educação ambiental”, mas sem obras que atendam a essas necessidades, a tendência é que a Biblioteca seja pouco utilizada.

5.5 A Biblioteca na Visão dos Gestores e Profissionais do Setor

O gestor G1 gerencia uma escola, que apesar de ser considerada segundo ele “uma referência da educação no Estado”, tem um problema com a Biblioteca que está desatualizada. De acordo com o profissional, 60% dos livros existentes no acervo da Biblioteca não atendem às necessidades dos usuários, devendo ser descartados.

Para o gestor G2, a Biblioteca da Escola em que atua “é muito conceituada, sendo uma das mais bem aparelhadas das Bibliotecas pertencentes à SEDUC-AM”. No entanto, conforme foi possível verificar, a organização do acervo é decepcionante, sendo inclusive a única em que os usuários não têm livre acesso.

Para o gestor G3, a maior dificuldade é o espaço físico que é insuficiente para atender à demanda, inclusive para possibilitar uma separação do espaço destinado ao acervo e ao salão de leitura, assim como para o processamento técnico, pois na atualidade o espaço é

compartilhado; mesmo problema reconhecido pelo gestor G4, para o qual a Biblioteca “é precária, sendo o problema maior o espaço físico e recursos humanos”.

Para o gestor G5, a questão de recursos humanos é primordial, pois a Biblioteca da escola onde atua fica desativada por falta de profissional capacitado para gerenciar o setor; problema que também afeta a escola do gestor G8, que procurou minimizar esse tipo de entrave, com a ajuda de professores readaptados, sendo que outras Bibliotecas só funcionam durante o turno de aula, com é o caso relatado pelo gestor G10.

Quanto ao acervo, o gestor G3 afirma: “eu sei que a Biblioteca é bem provida de livros de literatura, porem é pouco explorada pelos professores”, pois eles não incentivam os alunos a usarem a Biblioteca.

Já na visão do gestor G1, a Biblioteca deve ter um acervo atualizado, cabendo à Escola possuir um projeto de incentivo à leitura, além de realizar campanhas de divulgação do setor, que não terão resultados positivos caso não contem com acervo condizente com os anseios da comunidade escolar. Portanto, será necessário inicialmente conhecer as necessidades do público atendido; ação que, conforme foi constatado pela pesquisa, não é realizada pelas Bibliotecas Escolares da SEDUC-AM.

Foi também abordado o modo como os livros são adquiridos, sendo relato comum dos bibliotecários e funcionários das Bibliotecas que em momento algum eles são consultados, ou seja, os livros são simplesmente comprados e enviados para serem armazenados no local.

Segundo os entrevistados, são adquiridas coleções em grandes quantidades que são pouco utilizadas pelos usuários, sendo às vezes adquiridos cinco exemplares de uma coleção com 30 volumes, o que apenas representa um acréscimo no acervo de 150 livros, que ocupam uma estante inteira, quando somente um exemplar da coleção seria suficiente, considerando o como agravante o problema enfrentado pelas Bibliotecas, relacionado a espaço físico e falta de materiais permanentes, principalmente estantes.

De acordo com o profissional PRE8, “nossa maior carência aqui é a questão de estantes. Temos mais de dez caixas lotadas de exemplares e eu não tenho como armazená-los. É melhor os livros estarem encaixotados que pegando poeira e ou jogados. Assim, racionalizo também o espaço”. O profissional afirma que não é por falta de solicitação que a SEDUC-AM não manda as estantes, pois ele já enviou inúmeros pedidos.

Com livros encaixotados, as informações ficam perdidas e quem sai prejudicado é o usuário, que vai em busca de informação e não a encontra disponível.

5.6 Os Acervos das Bibliotecas

As Bibliotecas pesquisadas possuíam acervos compostos de coleção geral e de referência que são materiais bibliográficos disponíveis no local somente para consulta como dicionários, enciclopédias, atlas, dentre outros materiais. Esses acervos, de modo geral, continham além das obras de referência, livros de literatura brasileira e estrangeira, livros didáticos pertinentes às disciplinas ensinadas, como português, geografia, história, inglês, espanhol, além de obras de escritores amazonenses.

No sentido de conhecer melhor os acervos existentes nessas Bibliotecas, essas tiveram seus acervos contados durante a pesquisa, tendo sido selecionadas as Bibliotecas das Escolas E1, E2, E3, E8, E9 e E10, uma vez que essas apresentavam condições que possibilitavam a contagem do material bibliográfico por assuntos, embora em algumas, a organização do acervo fosse deficitária.

Por meio do resultado desse levantamento, verificou-se que a maior parte do acervo é composta de livros didáticos. Para melhor visualizar os acervos existentes nas Bibliotecas citadas de Acesso Cidadão E3, E8 e E9 e de Acesso Usuário E1, E2 e E10 foram elaborados os Gráficos 13 e 15 que possibilitam visualizar os acervos por área do conhecimento. O

Gráfico 13 revela a junção dos acervos dos dois tipos de escolas, enquanto o Gráfico 15 demonstra a divisão dos acervos por assunto e tipo de Escolas e Bibliotecas.

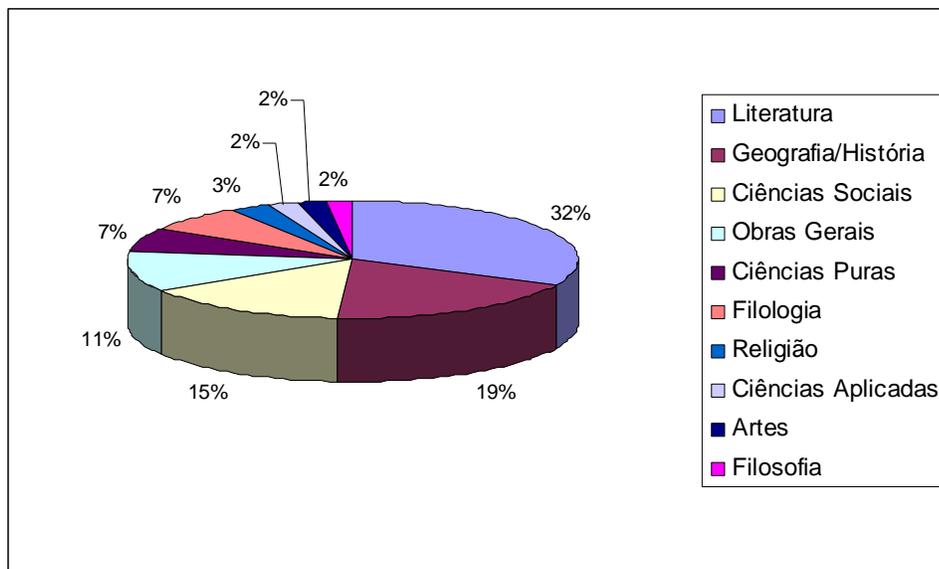


Gráfico 13 – Acervo das Bibliotecas B1, B2, B3, B8, B9 e B10 por assunto
FONTE: PENEDO, 2007.

Dentre os acervos contados, foi possível identificar que as Bibliotecas de Acesso Cidadão das Escolas E3, E8 e E9 possuíam menor quantidade de obras. Já as Bibliotecas das Escolas E1, E2, e E10, de Acesso Usuário, armazenavam quase o dobro de obras das Bibliotecas citadas anteriormente (Gráfico 14).

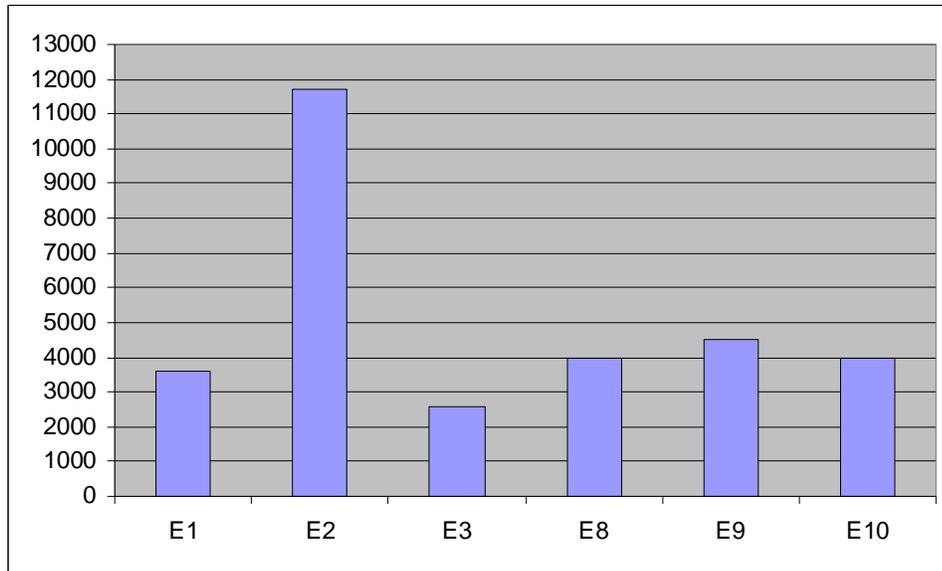


Gráfico 14 – Acervo das Bibliotecas B1, B2, B3, B8, B9 e B10 por quantidade
FONTE: PENEDO, 2007.

Segundo Abreu *et al* (2004), no Brasil não existem documentos institucionais que definam o acervo ideal para uma Biblioteca Escolar e poucas literaturas brasileiras tratam especificamente do assunto. Porém, Campello (2005) e Macedo (2005) informam que as coleções dessas Bibliotecas devem ter por base os PCN's para que possam dar apoio ao processo de ensino/aprendizagem.

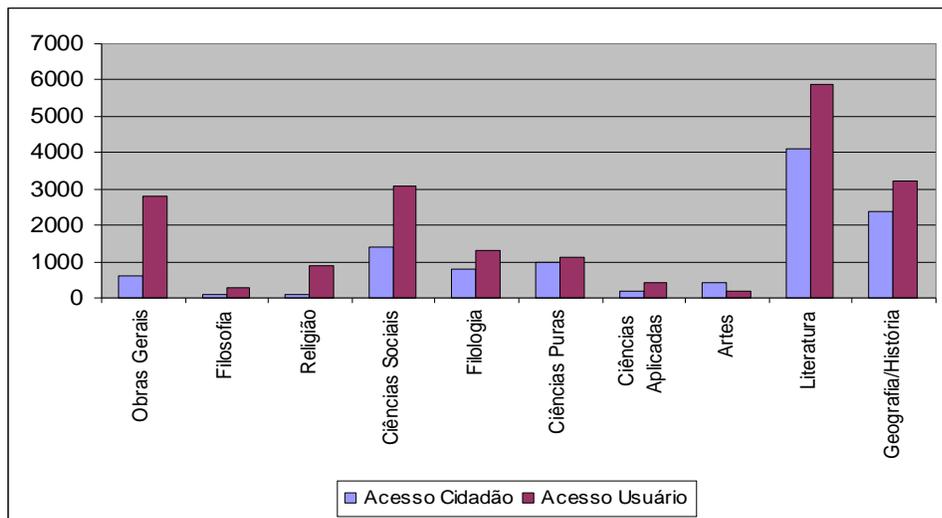


Gráfico 15 – Acervo das Bibliotecas Acesso Cidadão e Usuário por assunto
FONTE: PENEDO, 2007.

Conforme evidenciado no Gráfico 15, foi possível verificar que a maior quantidade de obras tanto nos acervos das Bibliotecas de Acesso Cidadão quanto nas Bibliotecas de Acesso Usuário era referente à disciplina Literatura.

Livros referentes às áreas de ciências puras que são muito usados pelos alunos para as pesquisas escolares, existentes nos acervos das Bibliotecas são insuficientes para atender a demanda de informações, principalmente, porque muitos são livros didáticos, iguais aos que os alunos possuem. Outro fato que despertava a atenção era a expressiva quantidade de obras existentes nos acervos de séries pertinentes ao ensino fundamental, em escolas que atendem estudantes de nível médio, como pode ser visualizado na Figura 40.

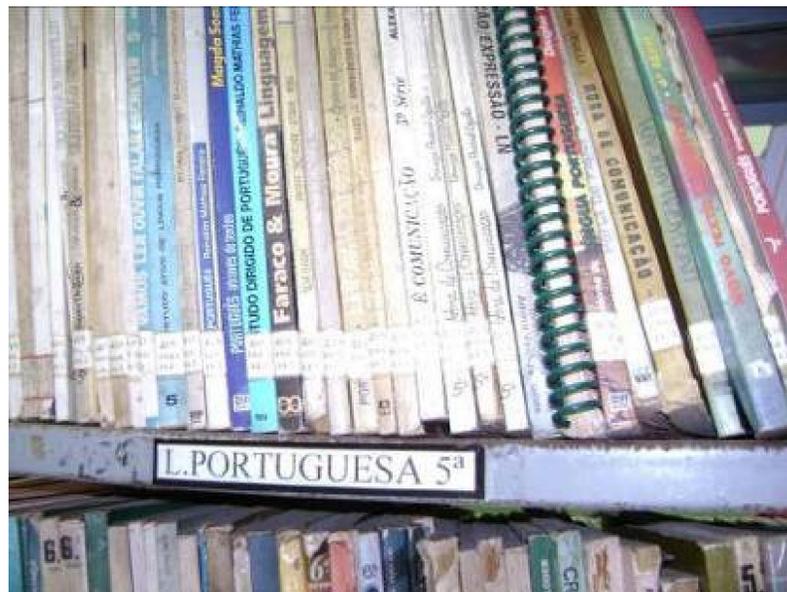


Figura 40 – Acervo Biblioteca E1
FONTE: PENEDO, 2007.

Quanto à preparação técnica dos acervos das Bibliotecas que foram objeto da pesquisa, não foi encontrada uma padronização, o que não é recomendado, pois segundo Vianna (2005), as Bibliotecas, que por motivos práticos organizam de forma muito simplificada seus acervos, acabam por impedir que seus usuários conheçam e aprendam a lidar com formas consolidadas de organização de Bibliotecas.

Tendo em vista que para Hillesheim e Fachin (2000) as Bibliotecas Escolares têm papel de educadoras na formação dos seus usuários, as Bibliotecas Escolares da rede pública estadual de ensino deveriam estar organizadas de maneira que propiciassem à comunidade escolar os conceitos de organização e armazenamento, para posterior recuperação da informação que necessitassem. Por isso, se faz necessário que os padrões existentes de organização não sejam tão diferenciados dos que são usados na maioria das Bibliotecas, para que esses alunos possam adquirir a familiaridade necessária quando da utilização de outras Bibliotecas em qualquer momento da vida.

O que pode ser notado é que as Bibliotecas tanto as de Acesso Cidadão, quanto as de Acesso Usuário e as Sem Acesso, não contavam nem com um simples catálogo de assunto, de autor ou de título. Se a Escola e a Biblioteca postergam o treinamento dos alunos no uso desses instrumentos, para quando ingressarem no ensino superior, acabam por delegar às Bibliotecas das instituições de ensino superior a educação e o treino desses alunos no uso correto dessas ferramentas.

A comunidade escolar deve receber orientações, no sentido de que saibam que, em geral, as obras nas Bibliotecas recebem um número de identificação, ou seja, a classificação que as agrupam por assunto e que essa numeração é utilizada internacionalmente, a exemplo da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e da Classificação Decimal Universal (CDU).

Vale lembrar que educar, treinar e informar são verbos muito utilizados na área da educação e da biblioteconomia, mas de maneira bastante fragmentada, o que não corresponde aos objetivos da educação, pois a Escola e a Biblioteca são fundamentais para a dinâmica educacional. Por isso, deve ser destinado todo o esforço para que os usuários das Bibliotecas possam usar todos os instrumentos existentes nas Escolas e nas Bibliotecas para que possam saciar sua necessidade de informação, seja ela referente a temas ambientais ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após conhecer a realidade das Bibliotecas estudadas, foi possível entender que o conhecimento é enriquecido pelas informações e percepções que se tem do ambiente, no caso da pesquisa, a percepção do ambiente escolar. Somente conhecendo a precariedade de algumas instituições de ensino, foi possível avaliar a importância que a Biblioteca Escolar deve ter para a educação.

Ouvindo relatos de professores, foi possível ter noção da dificuldade que muitos têm para ter acesso à informação, seja ela ambiental ou não, sendo que os que conviviam em Escolas nesta pesquisa tipificadas como Usuárias e Precárias, eram os mais prejudicados. As Bibliotecas dessas Escolas eram o retrato do descuido, da falta de estímulo e de investimento no setor educacional. Investimento esse não só financeiro, mas também relacionado ao comprometimento dos profissionais que ali atuavam, tanto dos gestores escolares, quanto dos professores e funcionários das Bibliotecas que também permitiam esse descaso.

De qualquer forma, não é possível desconsiderar a questão salarial, visto que um bibliotecário que atua diariamente com jornada de 6 horas tem como salário pago pela SEDUC-AM um valor em torno de R\$805,00, sem descontos. Assim, levando-se em conta que o salário mínimo brasileiro, a partir de 1º de março de 2008, passou a ser de R\$ 415,00, os bibliotecários que atuavam nas Bibliotecas Escolares estudadas recebiam, portanto, menos de dois salários mínimos.

Embora não exista no país instrumento legal que estipule o piso salarial para as atividades dos profissionais das Bibliotecas, estão sendo atualmente utilizadas recomendações de honorários, com tabelas de sugestões de preços mínimos. A Associação dos Profissionais de Biblioteconomia de Pernambuco e de Sergipe, assim como a Associação Catarinense de Bibliotecários, recomenda que o salário base mensal para a jornada de trabalho de 30 horas,

seja de 8 salários mínimos, enquanto o Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo propõe que o valor mensal seja de R\$ 1.450,00 e o Sindicato dos Bibliotecários do Rio de Janeiro sugere que esse valor seja de R\$ 1.725,00 (Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB, 2008).

Ainda em relação à questão salarial, vale salientar que o Estado do Amazonas contrata bibliotecários com valores superiores àqueles que são pagos aos que atuam nas escolas públicas. O melhor exemplo disso é o Edital de nº. 046/2007, por meio do qual o governo estadual realiza processo seletivo simplificado para contratação temporária de servidores, com carga horária de 40 horas semanais, dentre eles bibliotecários, para o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM). No referido edital, o salário oferecido para o cargo de bibliotecário é de R\$ 2.200,00, valor quase três vezes maior que a quantia paga aos bibliotecários das escolas estaduais para que executem as atividades pertinentes aos serviços prestados pelas Bibliotecas Escolares.

Embora o salário não possa ser encarado como fator diferencial para melhorias ou não dos serviços abordados nessa pesquisa, com certeza ele contribui para estimular ou não os profissionais envolvidos, uma vez que ter seu trabalho reconhecido, recebendo salário que possa fazer frente as suas necessidades pessoais e de suas famílias, contribui para que o profissional execute suas atividades com maior empenho.

Livros, essas Bibliotecas possuíam. No entanto, por estarem organizados de forma deficitária ou sem organização, deixavam de atender à comunidade que deviam servir, fazendo com que os professores necessitassem adquirir assinaturas de revistas e efetuassem compra de livros para que pudessem ter acesso às informações. Tendo em vista os relatos de Gasque e Costa (2003), que consistem no fato de que os professores têm por hábito buscar informações por meio de canais informais, pode-se inferir que a desorganização das Bibliotecas contribui ainda mais para que eles utilizem menos ainda o setor.

Na realidade, nesta pesquisa a Biblioteca Escolar foi observada a partir de três aspectos: a disponibilidade de informações ambientais, a identificação dos temas ambientais mais solicitados pelos usuários das Bibliotecas estudadas e a verificação dos acervos dessas instituições, com o objetivo de se verificar o atendimento ou não das necessidades informacionais da comunidade estudada.

Desta forma, conhecer e analisar o ambiente das Bibliotecas possibilitou verificar como as informações são apresentadas aos usuários que delas necessitam, daí a importância e relevância para o estudo do modo como os acervos estão organizados.

A pesquisa evidenciou que ações necessitam ser efetivadas para que as Bibliotecas possam cumprir seu papel de apoio pedagógico. A ação inicial que deve ser praticada pelas entidades responsáveis por essas instituições é adotar critérios para uma política de desenvolvimento de coleções, ação fundamental para que se tenha acervo de qualidade que possa atender às necessidades de seu público leitor.

No entanto, para isso, as bibliotecárias e os profissionais responsáveis pelas Bibliotecas Escolares devem ser consultados quando forem efetuados os levantamentos de livros a serem adquiridos para o setor, para que desta forma possam informar quais os assuntos, livros e revistas são mais procurados pela comunidade escolar.

Cada escola é uma unidade específica e suas particularidades devem ser reconhecidas e respeitadas. O ato de comprar “igual para todas” é ineficiente em termos sociais, pois é apenas uma tentativa frustrada de homogenizar o que é diferente. Os professores também devem ser consultados para que possam indicar bibliografias. Do contrário, corre-se o risco de perpetuar compra de acervos que não servem ao propósito da Biblioteca, como apoio pedagógico, pois acervos que não são condizentes com os anseios dos usuários resultam em pouca utilização do setor de informação.

Os dados da pesquisa indicam que, além da aquisição de acervo, é urgente a necessidade de reestruturação das Bibliotecas Escolares, buscando melhorar o espaço físico, bem como dotar o setor de equipamentos tecnológicos, como computadores com acesso a Internet, aquisição de bases de dados, dentre outras necessidades, levantadas neste estudo.

Todavia, de nada adianta a aquisição de acervos, computadores e estantes, se não houver profissionais capacitados e motivados atuando no setor e disponibilizando informações à comunidade escolar.

Embora a SEDUC-AM tenha em sua sede um setor voltado para a Biblioteca Escolar e mesmo que se considere o empenho dos profissionais que ali prestam serviço, para que as ações por eles propostas sejam efetuadas a contento, deve haver nas escolas profissionais capacitados e interessados na melhoria da prestação de serviços, para que não sejam perpetuados os casos constatados de acervos com sinalizações equivocadas e livros guardados fora de ordem, deixando de ser úteis a quem precisa de informação. Em outras palavras, há necessidade urgente de contratação de bibliotecários e auxiliares de Bibliotecas pela SEDUC-AM, para que possam prestar os serviços pertinentes às Bibliotecas escolares Estaduais.

Na realidade, o que aqui ficou comprovado é que existe uma sucessão de equívocos: escolas foram feitas sem que houvesse um planejamento para abrigar as Bibliotecas e acervos foram adquiridos sem que as Bibliotecas tivessem espaço para armazená-los. Na verdade, faltam estantes, livros, organização e vontade individual, enquanto sobram desânimos e reclamações.

Diante dessa situação, todos perdem, principalmente a comunidade escolar que fica prejudicada sem ter o direito de ter acesso à informação ambiental, que contribui para a geração de conhecimento e de cidadania.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados. Foi feito levantamento das Bibliotecas Escolares existentes nas escolas de ensino médio da Rede Pública Estadual, assim como, a

identificação dos temas voltados para a temática ambiental que são relevantes e, por isso, mais solicitados pelos seus usuários das Bibliotecas estudadas. Além disso, foi verificado se as Bibliotecas Escolares estudadas possuíam acervos que atendiam às demandas de informações ambientais da comunidade escolar, o que possibilitou compreender a real situação das Bibliotecas Escolares estudadas.

Em suma, por meio da triste realidade encontrada nas Escolas e Bibliotecas foi possível compreender porque os alunos recorrem à Biblioteca do INPA para realizar trabalhos de pesquisa escolar. Eles buscam informações nas Bibliotecas que julgam estar mais aptas a oferecer as informações de que necessitam, a exemplo da do INPA, considerando que não as encontram nos locais onde as mesmas deveriam estar disponíveis que são as Bibliotecas de suas próprias Escolas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves (Coord.) et al. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino de Belo Horizonte - MG: a situação dos acervos. **Enc. Bibli:R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 17, p. 19-33, 1º sem. 2004.

ALMEIDA, Arthur José Medeiros de; SUASSUNA, Dulce. A formação da consciência ambiental e a escola. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 15, p. 107-129 jul/dez. 2005.

AMARAL, Ana Maria Barros Maia. O Cenário da Política Nacional de Informação ambiental no Brasil. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 1, n.1, p. 47-53, jan./dez. 1991.

AMARAL, Sueli Angélica do. Análise do consumidor brasileiro do setor de informação: aspectos culturais, sociais, psicológicos e políticos. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 207 - 224, jul./dez. 1996.

AMAZONAS. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. Departamento de Planejamento. **Relatório de Atividades desenvolvidas 1999 a 2002**. Manaus: SEDUC, 2002. 110 p.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. Departamento de Planejamento. **Relatório de 2003**. Manaus: SEDUC, 2002. 19 p.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. Departamento de Planejamento. **Relatório de Atividades: Janeiro a Dezembro**. Manaus: SEDUC, 2004. 40 p.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. Departamento de Planejamento. **Relatório de Atividades 2005**. Manaus: SEDUC, 2005. 32 p.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento. Desenvolvimento Humano em Manaus. **Atlas Municipal**. Manaus: Fundação João Pinheiro, 2006. (CD-ROM)

_____. Subsecretaria de Comunicação Social. **Colégio Amazonense D. Pedro II: um pouco de sua história**. Manaus: [s.n], 1993. 69 p.

ANDRADE, Maria Eugênia Albino. A biblioteca faz diferença. In: CAMPELO, Bernardete; VIANNA, Márcia Milton; CARVALHO, Maria da Conceição. **A Biblioteca Escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 55-60.

ARAGON, L. E. Ciência, educação e desenvolvimento na Amazônia. In: FAULHABER, P.; TOLEDO, P. M (Ed.). **Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2001. p. 291-305.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 29-33.

AZEVEDO, Marco Antônio de. Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica. **Perspectiva em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 122-133, jul./dez. 2004.

BAEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque**. Tradução Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438 p.

BARRETO, A. de A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

_____. Políticas Nacionais de Informação: discurso ou ação: Apenas um olhar em três documentos sobre o assunto. **Data Grama Zero**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <[http://www.datagramazero.org.br/abr03/F I aut.htm](http://www.datagramazero.org.br/abr03/F_I_aut.htm)>. Acesso em: 10 outubro 2007.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **A efetividade do direito à informação ambiental**. 2004a 230f. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

_____. A nova Lei do direito à informação ambiental. **R. Spei**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2004b.

BRASIL . **Lei n 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Brasil [Decreto nº 4.339, de 22.08.2002](#). Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Disponível em:< <http://ftp.mct.gov.br/legis/meioambie>>. Acesso em: 08 outubro 2006.

_____. **Lei Nº 7.802, de 11 de julho de 1989.** Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7802.htm>>. Acesso em: 09 outubro 2006.

_____. **Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/18078.htm>>. Acesso em: 06 outubro 2006.

_____. **Lei No 10.650, de 16 de abril de 2003.** Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.650.htm> Acesso em: 08 outubro 2006

_____. Ministério da Educação. **PCN+EM: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, matemática e suas tecnologias.** Brasília: MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Estatística dos professores no Brasil.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 dezembro 2006.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 05 janeiro 2005.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Nacional Biblioteca da Escola.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=Biblioteca_escola.html>. Acesso em: 12 dezembro 2007.

_____. Ministério de Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Assessoria de Documentação e Informação. **Relatório de Atividades 2001.** Manaus: INPA, 2001. 29 p.

_____. Ministério de Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Assessoria de Documentação e Informação. **Relatório de Atividades 2002.** Manaus: INPA, 2002. 27 p.

_____. Ministério de Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Assessoria de Documentação e Informação. **Relatório de Atividades 2003**. Manaus: INPA, 2003. 31 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Conselho Nacional da Amazônia Legal. **Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal**. Brasília: 1995. 33 p.

CALDEIRA, Paulo da Terra. O espaço físico da Biblioteca. In: CAMPELLO, Bernadete et al. **A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 47-49.

CAMPELO, Bernardete. Biblioteca e Parâmetros Curriculares Nacionais. In: CAMPELLO, Bernadete et al. **A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autentica, 2005. p. 17-19.

CAMPELO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a. 181 p. (Coleção ciência da informação).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. tradução de Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.1.(Série a era da informação: economia, sociedade e cultura).

CASTRO, César Augusto. Ensino e biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 64-72, jan./abr. 2003.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Pela formação de leitores. In: AMORIM, Galeno (Organizador) *et al.* **Políticas públicas do livro e leitura**. Brasília, Brasil: OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 53-60 p.

CONDURÚ, Marise Teles. **Redes de Pesquisa e Informação na Amazônia Brasileira**. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/numa/posgrad/educacaoambiental/ementas>>. Acesso em: 08 dezembro 2007.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Censo Profissional: legislação**. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/legislacao/med_rec/recomenda%C3%A7%C3%B5ES%20salarios.asp>. Acesso em: 20 janeiro 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 181-253.

CRESTANA, Maria Fazanelli et al. Interação das Bibliotecas escolares e acadêmicas: uma experiência que busca garantia do exercício da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 17-22 jul. 2005, Curitiba. **[Anais do] XXI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - CBBDD**. Curitiba: [s.n.], 2005. Disponível em: <<http://www.Biblioteca.fm.usp.br/Bibacadesc.pdf>>. Acesso em: 08 dezembro 2007

COSTA, Danielle Pereira. Elaboração do Mapa da área de estudo com a localização das escolas estudadas. Manaus: NEPECAB, 2008.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, Unesco, 1998. 288 p.

DELVAL, Juan. **Aprender na vida e aprender na escola**. Porto Alegre: Atmed, 2001. 118 p.

DIAS, Ednea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999. 189 p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada Ecológica e sustentabilidade humana: as dimensões humanas das alterações ambientais globais – um estudo de caso brasileiro (como o metabolismo ecossistêmico urbano contribui para as alterações ambientais globais)**. São Paulo: Gaia, 2002. 258 p.

DIAS, Maria Matilde Kronka; BELUZZO, Regina Célia Baptista. **Gestão da informação em ciência e tecnologia sob a ótica do cliente**. Bauru : EDUSC, 2003. 184 p.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida (Coord.). **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: INEP, 2007. 65 p.

FEDERAÇÃO Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas. **Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO**, 1999. Disponível em: <<http://www.ifla.org>>. Acesso em: 4 maio 2006.

FRAGOSO, Maria das Graças. Biblioteca escolar: a "Bela Adormecida" precisa acordar. **Amar educando**, Belo Horizonte, v. 24, n. 263, p.32-34, out., 1996. Disponível em: <http://br.geocities.com/gra_fragoso/textos/bela.html>. Acesso em: 10 abril 2006.

_____. Biblioteca escolar - profissão e cidadania. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 7, n. 1, p. 251-260, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

FREITAS, Carolina. Resultado do Enem-2007 foi 40% melhor que em ano anterior. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 de abril 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/geral/not_ger150796,0.htm>. Acesso em: 05 abril 2008.

GADOTTI, Moacir. **Palestra: Educação e desigualdade social. Congresso Educação e Transformação Social SESC Santos - maio/2002**. Disponível em: <www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencia/44.rtf>. Acesso em: 05 fevereiro 2008.

_____. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 3-11, 2000.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Suely Maria de Souza. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 54-61, set./dez. 2003.

GATTI, Daniel Couto. **Sociedade informacional e an/alfabetismo digital**: relações entre comunicação, computação e internet. Bauru : Edusc; Uberlândia : Edufu, 2005. 164 p.

GÓIS, Antônio; PINHO, Ângela. Brasil é reprovado, de novo, em matemática e leitura. **Folhaonline**, São Paulo, 05 de dezembro 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com/Folha/educação/ult305u351481.shtml>>. Acesso em: 05 jan 2008.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

HAMMES, Valéria Sucena. **Construção da Proposta pedagógica**. São Paulo: Globo, 2004. v.1.

HARRISON, Maria da Glória. O bibliotecário como agente educacional. In: XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. **Anais...** Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://Dici.ibict.br/archive/00000762>>. Acesso em: 10 outubro 2007.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo : Loyola, 2004. p. 79-103.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Biblioteca escolar: relato de experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 90-103, 2000.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. 2.ed. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 45-73.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LE COADIC, Yves-Francois. **A ciência da informação**. 2 ed. Tradução de Maria Yeda F.S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LEFF, H. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.

LEMOES, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernardete; CALDEIRA, Paulo da Terra Caldeira (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 101-119.

MACEDO, Neusa Dias de (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: SENAC, 2005. 446 p.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 206 p.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. Desafios a serem Enfrentados na Capacitação de Gestores Escolares. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 97-112, fev/jun. 2000.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da Biblioteca**. Com um capítulo referente à propriedade literária. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001. 519 p.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Informação para educação: os novos cenários para o ensino fundamental. **Rev. Informação e sociedade**, João Pessoa, v.10, n.2, 2000. Disponível em: <<http://www.Informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php.ies>>. Acesso em: 07 fevereiro 2006.

_____. Missão e Objetivos: debatedores. In: MACEDO, Neusa Dias de. **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: SENAC São Paulo; Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, 2005. p. 184.

_____. Rompendo o silêncio: a biblioteca escolar e a trajetória de um pesquisador. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 31-38. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

MIRANDA, Antônio. **Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília: Tesaurus, 2003. 212 p.

MODESTO, Fernando. Uma introdução às tecnologias emergentes de informação e comunicação. In: MACEDO, Neusa Dias de. **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: SENAC São Paulo; Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, 2005. p. 287-297.

MOTA, José Aroudo. **O valor da natureza: economia e política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 198 p.

NASCIMENTO, Aline Mendes do; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Retrato das Bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de Ribeirão Preto-SP. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2007.

PAIVA, Jane, BERENBLUM, Andrea. **Relatório final do Projeto de Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Rio de Janeiro: UNESCO, MEC/SEB, ALPAC, 2006. 268 p.

PRETI, Oreste. Apoio à aprendizagem: o orientador acadêmico. In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; MORAN, José Manuel (Org.). **Integração das Tecnologias na Educação**. Brasília: MEC, 2005. p. 172-178

ROUANET, Sérgio Paulo. Da pólis digital à democracia cosmopolita. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21, maio, 2000. Caderno Mais.

SANTOS, Luiz Alberto dos. **Prestação de contas, acesso à informação e participação o processo decisório governamental**. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/Fulltext/0052523>>. Acesso: em 18 dezembro 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 233-288.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Marques da. **A**

longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 558 p.

SICILIANO, Oswaldo. **No combate à fome de livro.** Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/download.php?recid=71>>. Acesso 10 julho 2007.

SILVA, Mônica Amparo. **Biblioteca escolar e educação.** Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/gebe/dowloads/323.pdf>>. Acesso em: 18 dezembro 2007.

SILVA, Terezinha Elizabeth da. Política de Informação na Pós- Modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. **Inf. & Soc. Est**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 8-13, jan./dez. 1991.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da Biblioteca Escolar.** São Paulo: Cortez, 1995. 118 p.

SOUTO, Leonardo F. (Org.). **O profissional da informação em tempo de mudanças.** Campinas: Alínea, 2005. 102 p.

SPITZ, Clarice. Brasil tem nona maior taxa de analfabetismo da América Latina. **Folhaonline**, São Paulo, 28 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u332044.shtm>>. Acesso em: 10 outubro 2007.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. IN: CAVALCANTE, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. p. 118

SUAIDEN, Emir José. **A Biblioteca pública no contexto da informação.** Ciência da informação. Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

TARGINO, M. Informação ambiental: uma prioridade nacional? **Inf. & Soc. Est**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 51-84, 1994.

TARGINO, M. das G. A Biblioteca no marco constitucional do país. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 7-14, jan./abr. 2004.

_____. **Olhares e fragmentos: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação.** Teresina: EDUFPI, 2006. 266 p.

TAVARES, C.; FREIRE, I. M. Informação ambiental no Brasil: para quê e para quem? **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 208-215, jul./dez. 2003.

TAYLOR, M. W. A biblioteca escolar no contexto educacional brasileiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES, I, 1982, Brasília. **Anais ...** Brasília: INL, 1982. p. 33-38

TORNAGHI, Alberto. Computadores, Internet e educação à distância. In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; MORAN, José Manuel (Org.). **Integração das Tecnologias na Educação**. Brasília: MEC, 2005. p. 167-170

VIANNA, Márcia Milton. A organização da coleção. In: CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **A Biblioteca Escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 37-42

VIVALEITURA Ano Ibero Americano da Leitura. **Bibliotecas em Rede**. Disponível em: <http://www.vivaleitura.com.br/calendario_detalhe.asp?id_projeto=355>. Acesso em: 10 julho 2007.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação**. 5. ed. São Paulo: Cultura, 2003. 380 p.

ZUCCHI, Odir José. **Educação ambiental e os parâmetros curriculares nacionais**: um estudo de caso das concepções e práticas dos professores do ensino fundamental e médio em Toledo-Paraná. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO

1) Identificação
Nome:
Contato:
a) Sexo: () Feminino () Masculino
b) Idade:
c) Nível de Escolaridade: Ensino Médio: () Completo () Incompleto Ensino Superior: () Completo () Incompleto Pós-Graduação: () Completo () Incompleto
2) Local de Trabalho
a) Nome da escola em que trabalha:
b) Quanto tempo trabalha no local:
c) Disciplina que leciona:
3) Uso da Biblioteca da Escola
a) Quando foi a última vez que usou a Biblioteca?
b) Encontrou o que queria? () sim () não
c) Caso negativo, qual o motivo?
d) Qual a frequência que usa a Biblioteca () raramente () frequentemente
4) Acervo Bibliográfico
a) Considera o Acervo da Biblioteca: () excelente () bom () razoável () péssimo
b) A Biblioteca possui acervo voltado para a área ambiental que supra as necessidades da comunidade escolar? () sim () não
c) Em sua opinião o que precisa ser melhorado na Biblioteca para atender às necessidades pedagógicas quanto à temática ambiental?
5) Atividades da Biblioteca
a) Conhece alguma atividade que a Biblioteca realiza para divulgar à comunidade escolar informações ambientais? () sim () não
b) Caso afirmativo quais são essas atividades?
6) Temática Ambiental
a) Em suas aulas repassa aos alunos informações referentes ao meio ambiente? () sim () não
b) Na área ambiental quais os temas mais relevantes abordados em sua disciplina?
c) Como obtém informações ambientais para realização de seu trabalho? () revistas () livros () Internet () outros
FORMULÁRIO Nº.:
DATA:

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ declaro que fui informado (a) sobre os objetivos da pesquisa **“De usuário a cidadão: o acesso à informação ambiental em bibliotecas escolares em Manaus”** realizada pela pesquisadora Yêda Vidéo de Sousa Penedo, sob a orientação da Professora Dr^a. Tatiana Schor. Fui informado (a) que as informações prestadas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos e acadêmicos. Declaro que foi utilizado equipamento de gravação. Fui informado (a) de que não há riscos de qualquer natureza em participar desta pesquisa, bem como nenhuma despesa, nem pagamento financeiro pela participação na mesma. A publicação dos resultados não poderá utilizar nenhum mecanismo de identificação. Declaro também que fui informado (a) do telefone e endereço comercial dos pesquisadores para qualquer dúvida sobre o projeto. Todas as informações foram fornecidas por livre e espontânea vontade, sendo a presente declaração lida pelo pesquisador antes de iniciar a entrevista. A expressão disto é verdade e por isso dou fé.

Manaus ____ de _____ de 2007.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

Tem por base os tópicos a seguir especificados: a utilização da Biblioteca pelo professor, o atendimento das necessidades de informações da comunidade escolar; as dificuldades do professor para obter informações ambientais na Biblioteca da Escola, além da interação do professor e profissionais que atuam na Biblioteca para obtenção de informações que auxiliem o processo de ensino e aprendizagem. Aborda o incentivo dado pelo professor aos alunos para que utilizem a Biblioteca da Escola, assim como as dificuldades encontradas na utilização do setor e as necessidades de melhorias.

1. Quanto tempo leciona na Escola e qual a disciplina?
2. Já utilizou a Biblioteca da Escola para pesquisa bibliográfica?
3. Teve dificuldades para encontrar informações que necessitava?
4. Quais foram essas dificuldades?
5. No seu entender, o acervo da Biblioteca atende suas necessidades na temática ambiental?
6. Alguma vez já indicou a Biblioteca da Escola aos alunos?
7. Os alunos usam a Biblioteca da Escola para buscar informações referentes aos temas ambientais que aborda em sua disciplina?
8. Em sua opinião, o acervo bibliográfico da Biblioteca supre as necessidades de informações ambientais desses alunos?
9. O que precisa ser melhorado na Biblioteca para que possa melhor atender a comunidade escolar?
10. Quais os temas ambientais que gostaria que a Biblioteca adquirisse mais publicações?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA BIBLIOTECA

Elaborado para abranger os seguintes tópicos: formação do profissional entrevistado e o uso da Biblioteca pela comunidade escolar. Também trata da questão de aquisição de material bibliográfico, a organização desses materiais e as necessidades e melhorias para o setor.

1. Quanto tempo trabalha na Escola?
2. Tem formação bibliotecária? Caso contrário, qual a sua formação? Teve treinamento de auxiliar de Biblioteca?
3. A comunidade escolar usa a Biblioteca da Escola? Ela tem livre acesso ao acervo?
4. Pela sua observação, os usuários têm alguma dificuldade para usar o acervo?
5. Como o acervo da Biblioteca é organizado?
6. Quais são os temas mais procurados pelos usuários?
7. Os usuários procuram informações sobre temas referentes ao meio ambiente?
8. A Biblioteca possui materiais sobre esses temas?
9. Quais os temas ambientais que gostaria que a Biblioteca adquirisse para o acervo?
10. A Biblioteca realiza algum serviço de divulgação de seus serviços ou de informações ambientais para a comunidade escolar?
11. Os professores usam a Biblioteca para pesquisa bibliográfica?
12. Os professores, antes de passarem trabalho de pesquisa para os alunos, procuram a Biblioteca para saber se há obras que tratam da temática a ser solicitada?
13. A Biblioteca consulta os professores para saber quais livros devem ser adquiridos para o setor?
14. A Biblioteca dispõe de verba para adquirir publicações? Como é realizada a aquisição de publicações?
15. A Biblioteca possui computadores com acesso à Internet?
16. Na sua visão, o que precisa ser melhorado na biblioteca para melhor atender a comunidade escolar?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES

Baseado nos seguintes tópicos: tempo de atuação do gestor na escola, as questões referentes ao orçamento disponível na Escola para suprir as necessidades da Biblioteca, principalmente para aquisição de materiais bibliográficos, e as necessidades de melhorias para o setor.

1. Quanto tempo tem de atuação como gestor da escola?
2. A Escola tem Biblioteca?
3. Como são adquiridas publicações para a Biblioteca?
4. Quem é o responsável pela Biblioteca?
5. Costuma frequentar a Biblioteca da Escola?
6. O acervo da Biblioteca possui obras que atendam às necessidades da comunidade escolar?
7. A Escola aborda a questão ambiental em suas disciplinas?
8. A Escola realiza eventos que tratam da temática ambiental? A Biblioteca participa desses eventos?
9. A Biblioteca está apta a atender as necessidades de informações ambientais de sua comunidade?
10. O que precisa ser implementado na Biblioteca para melhor atender a comunidade escolar?